Editora Bernoulli

HISTÓRIA

Volume 04

Sumário - História

Frente A

16 — 3 Independência da América Espanhola
Autor: Geraldo Magela

17 — 13 Ideias sociais e políticas do século XIX
Autor: Geraldo Magela

18 — 21 Unificação italiana, alemã e Comuna de Paris
Autor: Geraldo Magela

19 — 31 Estados Unidos no século XIX
Autor: Geraldo Magela

20 — 39 Imperialismo
Autor: Geraldo Magela

Frente B

13 — 51 Brasil Império: Período Regencial
Autor: Edriano Abreu

14 — 63 Bases políticas do Brasil Império
Autor: Edriano Abreu

15 — 73 Grupos sociais em conflito no Brasil Império
Autor: Edriano Abreu

16 — 89 República Provisória e da Espada
Autor: Edriano Abreu

HISTÓRIA

Independência da América Espanhola

MÓDULO 16 FRENTE A

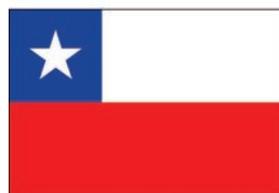
CONTEXTO EUROPEU

O domínio europeu na América, iniciado no final do século XV, acabou sendo colocado em xeque na passagem do século XVIII para o XIX, pois, entre outros motivos, as transformações ocorridas no Velho Continente provocaram um contexto no qual se tornaram inevitáveis as lutas por independência. O desenvolvimento industrial da Inglaterra, por exemplo, fez crescer a demanda por matéria-prima e por mercados. Apesar de a América Colonial ser parte do mercado inglês, o comércio era mediado pelas metrópoles, ou seja, atravessadores que, por vezes, inviabilizavam as relações comerciais inglesas. Mesmo sendo favorável à Independência das Américas, a Inglaterra vivia um dilema, pois não podia perder seu mercado europeu. Era necessário, portanto, apoiar as Independências sem entrar em conflito com as metrópoles, afinal, o objetivo dos ingleses era aumentar o seu mercado consumidor, e não transferi-lo. Esse paradoxo foi resolvido com o apoio indireto da Inglaterra às Independências, por meio da concessão de empréstimos às colônias e de financiamentos a mercenários, como o lorde Cochrane, que lutaram ao lado dos colonos.

O pensamento iluminista, que atingiu seu ápice na Europa no século XVIII, chamado de Século das Luzes, também teve influência nos processos de Independência das Américas. Por acreditarem em uma ideologia essencialmente burguesa, os iluministas eram contrários às distinções sociais oriundas do Período Feudal, defendendo, assim, a igualdade entre os homens, pelo menos juridicamente. O Iluminismo também pregava o liberalismo econômico, que, na prática, significava a não intervenção do Estado na economia. Dessa forma, as relações existentes entre as metrópoles e as colônias – baseadas completamente nos princípios mercantilistas – eram vistas com extremo desprezo não só pela Inglaterra, como também pelos ilustrados, afinal, os nativos não tinham os mesmos direitos políticos que os indivíduos da metrópole, a colônia não possuía liberdade comercial e mesmo a liberdade de expressão era coibida no continente americano.

Posta, portanto, a divergência entre o sistema colonial e as ideias iluministas, as metrópoles buscaram meios de proibir a circulação das obras consideradas subversivas, principalmente francesas, em seus domínios. Mesmo assim, livros de autores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, por exemplo, chegavam às colônias, fosse por intermédio das elites que iam estudar na Europa e lá tomavam consciência dos ideais ilustrados, fosse por meio do contrabando de livros para a América. Dessa maneira, formou-se uma elite colonial que via na Independência a única saída para seu desenvolvimento econômico e político. Além disso, essa elite de formação europeia se considerava igual aos europeus, por mais que estes adotassem uma visão etnocêntrica que vinculasse a América à barbárie.

Além de influências ideológicas, como o Iluminismo, os colonos tomaram como exemplo algumas lutas liberais burguesas ocorridas durante o século XVIII. Uma delas foi a Revolução Francesa, afinal, aquele processo revolucionário burguês, ocorrido em 1789, foi uma das mais importantes lutas contra o absolutismo. Além de conseguirem derrubar o governo, que era considerado o mais despótico de toda a Europa, os revolucionários franceses implementaram novos modelos políticos no país e, assim, evidenciaram o fracasso do Antigo Regime.

Uma clara manifestação da influência revolucionária francesa nos processos de emancipação do continente americano é a grande recorrência de bandeiras tricolores como estandartes das novas nações que se formaram. Porém, ao contrário do azul, branco e vermelho – que representam, respectivamente, liberdade, igualdade e fraternidade – da bandeira francesa, as nações americanas adotaram cores que faziam alusão a elementos próprios do continente, por exemplo o amarelo, que representava a riqueza oriunda dos metais preciosos.

Inspirados na bandeira da França, os estandartes do Chile e da Venezuela apresentam variações tricolores.

Mesmo tendo passado cerca de dez anos do início da Revolução Francesa, as lutas no continente europeu não cessaram e, já no início do século XIX, a Europa vivenciava as guerras napoleônicas, quando o poderio bélico francês se impôs em praticamente todo o continente. A Europa se rendia ao Exército de Napoleão Bonaparte, e a Inglaterra era a única potência que, devido à sua força econômica e à sua posição insular, conseguia resistir à expansão napoleônica.

Diante da resistência inglesa, o imperador francês decretou o Bloqueio Continental (1806), que proibia os países europeus de comercializarem com os britânicos. A Espanha, assim como outros países da Europa, tinha uma economia muito dependente dos ingleses, e, como a França não estava no mesmo patamar industrial que a Inglaterra, os espanhóis romperam o Bloqueio.

A reação francesa foi imediata e se manifestou através da invasão da Espanha e da deposição do rei daquele país, Fernando VII. José Bonaparte, irmão de Napoleão, foi colocado no trono espanhol e, além da resistência interna ao seu governo, o novo rei enfrentou a desobediência das colônias que compunham a América Espanhola.

CONTEXTO INTERNO DAS AMÉRICAS

Apesar da importante contribuição europeia para as lutas de Independência dos hispano-americanos, é necessário compreender a realidade do continente americano à época, assim como as estruturas internas das colônias espanholas, para se ter uma noção da realidade dos novos Estados formados a partir desse processo emancipacionista.

Se a Revolução Francesa foi a maior inspiração europeia para os colonos que ansiavam por liberdade, o melhor exemplo de luta em pleno continente americano foi a Independência das Treze Colônias, processo também conhecido como Revolução Americana, ocorrido no século XVIII. A luta dos estadunidenses serviu de exemplo aos hispano-americanos, pois o norte da América foi a primeira região do continente a conquistar a liberdade, livrando-se, inclusive, da nação mais poderosa da época, a Inglaterra. Além disso, o considerável desenvolvimento tecnológico alcançado por parte dos estados que compunham aquele país levava as elites coloniais a acreditarem que a independência seria a melhor saída naquele momento. Uma clara manifestação da influência estadunidense nas Américas foi o sistema político adotado pela maioria dos Estados formados, que, assim como os Estados Unidos, se tornaram republicanos.

Internamente, as colônias que compunham a América Espanhola apresentavam uma sociedade estratificada. Os *chapetones*, espanhóis que vinham para a América, tinham a posição social mais privilegiada e, por isso, ocupavam os altos cargos administrativos e controlavam o comércio externo. Outra camada que ocupava posição de destaque era os *criollos*, elite nativa descendente de espanhóis, que controlava a economia colonial e tinha poderes políticos limitados. A classe intermediária era formada por mestiços e índios, que, por não terem grande prestígio social, eram excluídos de certos direitos políticos, como o voto. Finalmente, é importante apontar a posição social inferior ocupada pelos negros que, estando abaixo de qualquer outro elemento social, muitas vezes eram submetidos à escravidão e, logo, aos interesses das elites coloniais.

Com o desenrolar da colonização espanhola, os *criollos* acabaram entrando em divergência com os *chapetones*, pois a elite nativa ganhou muita força econômica pelo fato de controlar as estruturas produtivas das colônias espanholas, estruturas estas que, ao longo do tempo, se desenvolveram bastante. Apesar de parecer um paradoxo, o investimento estrutural nas colônias era importante para a metrópole, que, a partir de então, teria condições de cobrar mais impostos sobre uma produção mais volumosa. Assim, em virtude da força econômica alcançada pelos *criollos*, estes passaram a reivindicar maior representação política, uma vez que sustentavam a economia colonial com suas minas e fazendas. A única forma de obter essa participação, no entanto, era rompendo com a metrópole, já que, por serem espanhóis, os *chapetones* tinham maior influência junto à Coroa.

Além do desejo de liberdade por parte da elite colonial, a maior parte da sociedade, formada por pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados, mestiços, índios e negros, também via a Independência com bons olhos, pois acreditava que, vivendo em um país independente, conquistaria maiores direitos sociais e políticos. Às vésperas do século XIX, portanto, a sociedade colonial espanhola, por mais que apresentasse projetos políticos distintos, demonstrava seus anseios de liberdade, situação preocupante para a metrópole, que via o seu controle sobre as Américas ameaçado.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

No processo de emancipação política da América Espanhola, há algumas peculiaridades e diferenças em relação ao das Treze Colônias e ao do Brasil. No caso das Treze Colônias, o que ocorreu após a Independência foi um processo de expansão territorial. A Marcha para o Oeste estava associada ao ideário do Destino Manifesto, uma crença quase religiosa da missão dos estadunidenses em expandir os valores da democracia e da liberdade. Já no caso brasileiro, houve a manutenção da unidade territorial, se desconsiderarmos pequenas alterações sofridas ao longo do século XIX e início do XX.

O processo de Independência da América Latina, mais precisamente da América Espanhola, no entanto, gerou uma grande fragmentação territorial em relação às antigas possessões espanholas, que, já no século XIX, se desmembraram em vários Estados politicamente autônomos. É importante ressaltar que, mesmo dentro de alguns desses Estados, houve sedições políticas, pois, em virtude da disputa do poder entre os *caudillos* – líderes das independências –, países que haviam conquistado sua emancipação, como a Grã-Colômbia, acabaram sofrendo fragmentações posteriores.

Outra reflexão interessante que devemos fazer é a respeito do termo utilizado: emancipação política. A preferência por esse termo, ao contrário de simplesmente independência, tem por objetivo mostrar que, ao conquistar a sua liberdade política, a América Latina não conseguiu se livrar do jugo econômico europeu. O apoio dado pela Inglaterra às Independências acabou por manter laços de domínio econômico, uma vez que as estruturas econômicas e mesmo culturais da região favoreciam a manutenção dessa dependência. Muitos membros das elites coloniais tinham ligações econômicas com a Europa e acreditavam que o Velho Mundo poderia contribuir culturalmente para o desenvolvimento da América, já que grande parte dos membros dessa elite teve sua formação intelectual na Europa.

Um dos mais importantes precursores das Independências latino-americanas aconteceu no vice-reino de Nova Granada – atual Peru –, onde a *mita* e a *encomienda*, tipos de trabalho compulsório indígena, eram utilizadas de forma extensiva nas minas e *haciendas*. José Gabriel Tupac Amaru, que afirmava ser um descendente dos incas, liderou, em 1780, uma rebelião contra a exploração sofrida pela população indígena e, reunindo índios, mestiços e *criollos*, chegou a derrubar esses tipos de trabalho compulsório em várias cidades da região.

Apesar do sucesso inicial, o movimento acabou fracassando devido a fatores como a inexperiência militar dos rebeldes. Além disso, a elite colonial, que a princípio apoiava o movimento, temendo a radicalização do projeto emancipacionista, passou a facilitar a ação das tropas espanholas na repressão aos rebeldes. Traído, Tupac Amaru foi preso, julgado na cidade de Cuzco e condenado à morte em 1781.

É importante ressaltar que, apesar do aparente fracasso do projeto emancipacionista elaborado por Tupac Amaru, através daquele ato, a Espanha pôde perceber, já no século XVIII, que a contestação ao domínio colonial estava em andamento, e que, no caso da América Hispânica, as massas reivindicavam não só maior liberdade, mas também mudanças sociais. Essa rebelião, ocorrida em uma das principais zonas mineradoras da América, assustou não só a elite metropolitana, como também as elites coloniais, que sentiram que seus privilégios sociais estavam sendo ameaçados. Mais tarde, a Revolução de São Domingos (Haiti) mostrou novamente às elites que as camadas exploradas das sociedades americanas estavam se mobilizando.

Ocorrido majoritariamente durante o século XIX, o processo de Independência da América Espanhola pode ser dividido em dois momentos. No primeiro momento (1810-1816), as elites coloniais foram beneficiadas pelas guerras napoleônicas, afinal, diante da desordem criada pelo imperador francês, os *criollos* tomaram frente na política colonial e transformaram os *cabildos* em juntas governativas, órgãos com maior autonomia política. Ainda assim, nesse primeiro momento, não houve grandes conquistas por parte dos colonos, ou seja, apesar das lutas, a maioria dos países não garantiu a sua emancipação política em relação à Espanha. Tal situação se justifica pelo fato de a Inglaterra – diretamente interessada na Independência da América – estar envolvida nas guerras napoleônicas, o que acabou inviabilizando o apoio daquela importante nação aos movimentos emancipacionistas.

Em 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado definitivamente pelas forças conservadoras que, através do Congresso de Viena, reconduziram o rei espanhol Fernando VII ao trono. Devido à sua tendência absolutista, o rei logo se empenhou em reafirmar a sua autoridade política e econômica sobre as colônias instaladas na América. Tal imposição, no entanto, não agradou aos *criollos,* uma vez que a elite nativa americana não estava disposta a abrir mão da autonomia conquistada. Assim, entre 1816 e 1825, houve um segundo momento emancipacionista, quando a maioria dos países da América conquistou sua autonomia política.

Francisco de Goya

Fernando VII

Apesar da concretização das Independências, é importante ressaltar que a Espanha, que não concordava em perder seus domínios, passou a reprimir violentamente as lutas de Independência. Os espanhóis contaram ainda com o apoio da Santa Aliança e de países como a França que, através do Congresso de Verona (1822), se dispôs a enviar tropas à América em auxílio aos espanhóis.

A vitória dos colonos sobre a Espanha só foi possível por causa da aliança realizada entre as elites coloniais e a Inglaterra, diretamente interessada nas relações comerciais com o continente americano. Tal postura da Coroa inglesa, no entanto, causou uma crise na Quíntupla Aliança (criada durante o Congresso de Viena), uma vez que, desrespeitando o caráter conservador dos aliados, a Inglaterra defendeu os movimentos liberais emancipacionistas nas colônias espanholas da América. A partir de então, os ingleses se desvincularam da Aliança, o que enfraqueceu o movimento conservador na Europa, facilitando a Independência da América Espanhola e abrindo espaço para novos movimentos liberais.

Após a Independência, os *caudillos*, como ficaram conhecidas as lideranças políticas e militares que haviam figurado à frente dos movimentos de Independência, passaram a controlar politicamente as novas nações formadas. O principal desses líderes foi Simón Bolívar, responsável pela Independência de países como Bolívia, Grã-Colômbia, Venezuela e Equador. Bolívar, um dos libertadores da América, defendia o pan-americanismo, através do qual toda a América Espanhola se unificaria em torno de uma confederação. Segundo ele, a união das ex-colônias espanholas seria a melhor saída para viabilizar a formação de uma nação hegemônica no cenário mundial, nação esta que se estenderia da Terra do Fogo, na Argentina, até o Alasca.

Em 1826, foi organizado o Congresso do Panamá, quando, com base nas ideias de Simón Bolívar, houve uma tentativa de reunir os chefes políticos dos Estados recém-formados, com o objetivo de manter a unidade do continente. A maioria dos representantes, entretanto, não compareceu, pois os *caudillos*, que exerciam grande influência nos seus países, não tinham interesse na união desejada por Bolívar. Os participantes do Congresso entraram em divergência também no que se refere ao sistema político ideal para o país a ser formado. Os adeptos de José de San Martín – outro libertador da América – defendiam que o regime republicano, semelhante ao dos Estados Unidos, seria o mais propício ao desenvolvimento econômico da grande nação hispano-americana. Já os adeptos de Simón Bolívar acreditavam que o sistema monárquico seria o mais viável, pois, desde a colonização, a América, em geral, já estava ambientada com os regimes europeus. Assim, em virtude dessas divergências surgidas durante o Congresso, o projeto de formação de uma grande nação americana não foi concretizado.

Artista desconhecido

Encontro entre Simón Bolívar e José de San Martín, dois dos libertadores da América, em Guayaquil (atual Equador), em 1822.

Em parte, a fragmentação das ex-colônias espanholas em Estados autônomos distintos pode ser justificada pelos aspectos geográficos que, por vezes, dificultavam a comunicação entre as diversas regiões americanas. A Cordilheira dos Andes, que se estende por grande parte da América do Sul, é um claro exemplo dessa "fronteira natural" existente entre os novos países.

Outro fator fundamental para o fracasso da união da América foi a participação da Inglaterra no processo de emancipação, afinal, os ingleses não desejavam o aparecimento de uma nação forte e poderosa no continente. É importante ressaltar, ainda, que a própria divisão política da América Espanhola, promovida pela metrópole, que não permitia a comunicação entre os vice-reinos e as capitanias gerais, foi responsável pela falta de unidade política.

Porém, o elemento mais importante para a fragmentação da América Espanhola foi as diferenças de interesses entre os *caudillos*, que, após as Independências, passaram a disputar o poder conforme seus interesses. Assim, em vez de ceder parte dos seus poderes ao chefe do grande Estado projetado por Bolívar, os *caudillos* preferiram manter a sua influência nos Estados que dominavam.

CASOS PARTICULARES

Argentina

As Províncias Unidas do Prata compreendiam o território onde hoje se situam a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia. Já em 1811, a região iniciou um processo de emancipação fragmentada, pois, naquele ano, o Paraguai se tornou independente. Logo depois, foi a vez dos argentinos, que, apesar de jurarem fidelidade ao rei espanhol, Fernando VII, não toleraram as atitudes absolutistas tomadas pelo monarca após a sua volta ao poder, em 1815. Assim, reunidos no Congresso de Tucumã (1816), os argentinos se declararam independentes sob o comando de José de San Martín. Mesmo com a Independência argentina, o processo de fragmentação continuou, afinal, poucos anos após a libertação da Argentina, o Brasil anexou a região da Cisplatina, hoje chamada de Uruguai.

A fragmentação do vice-reino do Prata, no entanto, nunca agradou aos argentinos, que sempre mantiveram vivo o sonho de reconstrução da unidade do Prata. Posicionamento paradoxal, uma vez que, até a década de 1960, não havia unidade política nem mesmo na Argentina, pois, até então, cabia ao presidente argentino comandar a província de Buenos Aires. Em cada uma das outras províncias, o poder era exercido por *caudillos,* que faziam oposição ao governo central.

México

As lutas pela Independência do México começaram em 1810, tendo sido lideradas pelos padres Hidalgo e Morelos, que defendiam mudanças sociais favoráveis à população indígena. Observa-se que essas lutas tinham, em sua origem, um caráter de movimento revolucionário social. Miguel Hidalgo, por exemplo, decretou que os indígenas não seriam obrigados a arrendar suas terras e que elas seriam trabalhadas exclusivamente pelos seus proprietários.

Já José María Morelos apoiou Hidalgo na supressão da escravidão e foi além: defendia a extinção das qualificações discriminatórias entre índios, mulatos e negros, condenando qualquer medida que representasse opressão.

O caráter revolucionário do México assustou não só as elites metropolitanas, mas todos os poderosos da própria colônia. Assim, esses padres foram assassinados, mas a luta pela Independência continuou.

Juan O' Gorman

El grito de dolores, *mural que retrata o padre Hidalgo à frente do povo mexicano durante a luta pela Independência.*

As lutas emancipacionistas chegaram ao seu ápice em 1821, quando o general Iturbide – até então responsável pela contenção às rebeliões separatistas – proclamou o Plano Iguala. Apesar de concretizar a Independência mexicana, este plano assegurava os privilégios da Igreja Católica e a proteção à propriedade, favorecendo, assim, os grandes proprietários de terras. A única mudança de fato gerada pela emancipação foi que as riquezas do país não iriam mais para a Espanha, permanecendo agora no México, nas mãos da elite econômica, responsável pelo comando de uma monarquia personificada pelo general Iturbide.

O regime monárquico durou até 1823, quando Iturbide foi forçado a abdicar e a se exilar na Europa, o que levou à implantação da república no México. Assim, a partir daquele ano, o Brasil passou a ser a única monarquia no continente americano.

Confederação da Grã-Colômbia

Em 1819, as elites coloniais do vice-reino de Nova Granada se reuniram no Congresso de Angostura, quando anunciaram o rompimento da região com a metrópole e a criação da Confederação da Grã-Colômbia. Naquele momento, os colonos indicaram Simón Bolívar como o presidente da república ali instalada, e, como vice-presidente, foi nomeado Santander, que foi, de fato, quem governou, já que Bolívar continuava liderando lutas de independências em outras regiões americanas.

Apesar da emancipação política, os chefes de Estado da recém-formada Grã-Colômbia entraram em divergência, afinal, enquanto Bolívar defendia o unitarismo, através de um governo forte e centralizado, Santander apoiava o federalismo, com descentralização do poder. As disputas internas entre os dois grupos foram tantas que, em 1829, a Confederação da Grã-Colômbia iniciou um processo de fragmentação em três países: Colômbia, Equador e Venezuela.

Cuba

Último país da América Espanhola a se livrar do domínio colonial, Cuba recebeu o apoio dos Estados Unidos para sua Independência, o que contrariava os interesses espanhóis. A justificativa para tal atitude veio em 1898, quando um navio estadunidense, ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado. Alguns autores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, que serviria como um motivo para o conflito. Fato é que tal incidente provocou a Guerra Hispano-Americana, travada entre os Estados Unidos e a Espanha, que acabou sendo derrotada.

Pelo Tratado de Paris (1898), além da Independência de Cuba, os espanhóis reconheciam o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, até hoje sob controle daquele país. Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que foi incorporada à Constituição cubana. Esse dispositivo concedia a emancipação aos cubanos, mas, ao mesmo tempo, dava ao governo dos EUA o direito de intervir e de construir bases militares no país, sendo que, até hoje, uma delas, Guantánamo, funciona como uma prisão estadunidense em solo cubano.

Uruguai

O Uruguai foi incorporado ao território brasileiro em 1820. As pretensões lusas na região eram antigas, pois Portugal desejava o controle sobre a Bacia do Prata. D. João, usando o argumento de que sua esposa, Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, da Espanha, era herdeira da região, acabou por anexar a região ao Brasil.

Em 1825, apoiados pela Argentina, que também tinha interesses na região, os uruguaios iniciaram uma guerra para se livrarem do domínio brasileiro. Devemos lembrar que o Brasil, nesse momento, já era independente. A Guerra da Cisplatina (1825-1828), como ficou conhecida, terminou com a intervenção da Inglaterra, que, para não fortalecer um lado ou outro, acabou determinando a criação da República da Banda Oriental do Uruguai, desvinculada do Brasil e também da Argentina.

Haiti

O Haiti faz parte da Ilha de Hispaniola (atual São Domingos), dividida durante o Período Colonial entre Espanha, lado oriental, e França, lado ocidental. O lado francês da ilha possuía três classes sociais distintas: a maior parte da população era composta de escravos; os mulatos e negros libertos, que podiam inclusive se tornar donos de escravos, compunham uma classe intermediária; e, finalmente, os brancos, socialmente privilegiados, compunham a minoria responsável pela exploração econômica e pela administração colonial.

O processo de Independência de São Domingos se iniciou durante a Revolução Francesa, em 1791, tendo como líder Toussaint Louverture, que, inspirado no movimento burguês europeu, acabou se convencendo de que o Haiti deveria se tornar uma federação ligada à França. Assim, após a Convenção Nacional abolir a escravidão nas colônias francesas, Louverture se incorporou ao Exército francês na luta contra os ingleses, o que acabou lhe concedendo prestígio o suficiente para realizar mudanças administrativas na ilha. Louverture criou hospitais, construiu parques, estimulou a produção das lavouras de açúcar, criou escolas e chegou a redigir uma Constituição para o Haiti.

A liderança de um negro na América, no entanto, assustou as elites brancas e, principalmente, Napoleão Bonaparte, o homem mais poderoso do mundo na época. A mando do imperador francês, uma expedição militar, comandada pelo general Leclerc, chegou ao Haiti em 1802. Louverture foi derrotado, preso e enviado à França, onde morreu um ano mais tarde.

Apesar da aparente derrota do movimento emancipacionista haitiano, Jean-Jacques Dessalines deu continuidade à obra de Louverture e, assim, proclamou a Independência da ilha – agora denominada Haiti – em 1804. Dessalines se proclamou imperador com o título de Jacques I, mas, em 1806, acabou sendo assassinado.

A Independência do Haiti teve um caráter singular, uma vez que foi o segundo país da América a conquistar a liberdade, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, a emancipação foi realizada por uma classe socialmente subordinada, os escravos, que, com requintes de crueldade, exterminaram a elite branca daquela região. Vale ressaltar, no entanto, que essa conquista não significou o fim do preconceito étnico: a minoria mulata, que assumiu o comando da nova nação, discriminava a maioria negra.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UNIRIO-RJ) Ao compararmos os processos de formação dos Estados Nacionais no Brasil e na América Hispânica, no século XIX, podemos afirmar que

A) a unidade brasileira foi garantida pela existência de uma monarquia de base popular, enquanto que o caudilhismo, na América Hispânica, impediu qualquer tipo de participação das camadas mais baixas da população.

B) a unidade brasileira relacionou-se, exclusivamente, ao forte carisma dos representantes da casa de Bragança, enquanto, na América Hispânica, não surgiu nenhuma liderança que pudesse aglutinar os diversos interesses em disputa.

C) as diferenças regionais, no Brasil, não ofereceram nenhum obstáculo à obra centralizadora em torno da Coroa, ao passo que, na América Hispânica, as diferenças regionais contribuíram para a sua fragmentação.

D) os interesses ingleses, na América Hispânica, eram mais presentes e foram os únicos determinantes da sua fragmentação, ao passo que, no Brasil, aqueles interesses não existiram de maneira tão marcante, de forma a impedir a obra da centralização.

E) não existiu, na América Hispânica, uma facção oligárquica hegemônica que conseguisse levar adiante a obra da unidade, enquanto, no Brasil, os interesses escravistas aglutinaram as elites em torno de um projeto centralista.

02. (UFMG) Leia este trecho:

> [...] *não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis: em suma, sendo americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos de disputar estes aos do país e mantermo-nos nele contra a invasão dos invasores – encontramo-nos, assim, na situação mais extraordinária e complicada.*
>
> BOLÍVAR, Simón. *Carta de Jamaica*, 1815.

Ao escrever esse texto, o autor refere-se à situação ambígua dos

A) *criollos*, formados na tradição europeia, mas identificados com o novo continente.

B) escravos negros americanos, que perderam seus laços culturais com a África.

C) mulatos libertos nascidos na América, divididos entre diferentes tradições culturais.

D) *cholos*, indígenas educados por europeus, afastados das suas raízes identitárias originais.

03. (UFJF-MG–2010) A seguir, se encontram descritas diferentes características dos processos de Independência da América Latina e da América do Norte. Sobre esse contexto, leia as afirmativas seguintes.

I. Nos Estados Unidos, como consequência imediata de seu processo de Independência, ocorreu a abolição da escravatura.

II. Em toda a América Espanhola, ocorreu uma aliança entre as elites locais e os setores populares contra os interesses metropolitanos, sem, contudo, produzir mudanças nas formas de governo.

III. Na América Portuguesa, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, bem como a abertura dos portos às nações amigas, constituiu-se em importante fator para a crise do sistema colonial.

IV. O processo de Independência no Haiti caracterizou-se por uma rebelião escrava, constituindo-se em um singular modelo de luta anticolonial.

Marque a opção **CORRETA**.

A) Todas estão corretas.

B) Todas estão incorretas.

C) Apenas a I e IV estão corretas.

D) Apenas a I e III estão corretas.

E) Apenas a III e IV estão corretas.

04. (FGV-SP) *O hispano-americano principia como uma justificação da independência, mas se transforma quase imediatamente num projeto: a América é menos uma tradição a seguir que um futuro a realizar. Projeto e utopia são inseparáveis do pensamento hispano-americano, desde o final do século XVIII até nossos dias.*

PAZ, Octavio. *Labirintos da solidão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 109.

Sobre o processo de Independência na América Espanhola, é **CORRETO** afirmar:

A) O Congresso do Panamá, de iniciativa de Simón Bolívar, tinha como objetivo a criação de uma confederação pan-americana e contava com a simpatia britânica.

B) A utopia da unidade era compartilhada por líderes da Independência, como San Martín, Hidalgo e Morelos.

C) A luta pela Independência visava à libertação dos *criollos* da tutela do domínio metropolitano, possibilitando, assim, a modificação da estrutura social e econômica das colônias.

D) As guerras de Independência, inicialmente lideradas pelas elites nativas, ganharam força com a participação de índios e escravos que concretizaram a emancipação do domínio espanhol.

E) Bolívar, chamado de o "libertador", era um político conservador, defensor de uma monarquia pan-americana.

05. (UNESP–2008) *Os donos da terra e os grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto se ampliava a pobreza das massas populares oprimidas* [...] *A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas pelo liberalismo* [...] *As burguesias dessas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional.*

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina.*

A partir do texto, é **POSSÍVEL** afirmar:

A) As indústrias da América Latina independente tornaram-se competitivas em relação às britânicas, no mercado internacional.

B) A América Latina independente caracterizou-se pela igualdade, pelas leis autoritárias e pelo desenvolvimento nacional autônomo.

C) Os Estados Nacionais independentes criaram leis baseadas nos princípios democráticos e na autonomia econômica em relação ao capital externo.

D) Na América Latina, a Independência preservou a economia colonial dependente do mercado externo e aprofundou as desigualdades sociais.

E) As burguesias latino-americanas lutaram pela sua autonomia política e econômica em relação ao capital internacional.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFU-MG) Em relação aos processos de Independência das Américas Espanhola e Portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Os dois principais líderes dos movimentos emancipacionistas, Simón Bolívar e José de San Martín, tinham em comum a origem popular, propiciando a condução unificada das Independências e instalação de regimes republicanos que romperam com as estruturas coloniais.

B) A Independência da Argentina foi um exemplo típico de manutenção da influência dos caudilhos, líderes da oligarquia rural e grandes pecuaristas, enquanto a do Haiti, um dos países mais pobres da América Central, ex-colônia francesa, foi realizada com a participação maciça de negros, defendendo a liberdade, igualdade e o direito à propriedade de terras.

C) A vinda da família real portuguesa para o Brasil proporcionou o fortalecimento dos laços coloniais entre Brasil e Portugal, por meio da decretação da Abertura dos Portos e da assinatura dos tratados comerciais de 1810 com a Inglaterra, os quais impediram a afirmação de uma economia colonial autônoma.

D) A vitória obtida nos processos de Independência do Paraguai e do México propiciou um distanciamento das ex-colônias espanholas da influência inglesa, assim como sua aproximação com os Estados Unidos, concretizando o sonho do pan-americanismo dos libertadores, expresso no lema: "A América para os americanos".

02. (UFMG) Considerando-se a formação dos Estados Nacionais na América Latina, é **CORRETO** afirmar que

A) as ilhas caribenhas de colonização espanhola, seguindo o exemplo do continente, se emanciparam da metrópole nas primeiras décadas do século XIX.

B) os Estados emergentes mantiveram as fronteiras que separavam os vice-reinos e as capitanias-gerais, unidades administrativas do Império Espanhol.

C) os novos Estados adotaram a república, com exceção do México e do Haiti, com suas breves experiências monárquicas, e do Brasil.

D) os novos Estados se consolidaram lentamente, superando numerosos obstáculos, mas mantendo a ordem política e a unidade nacional.

03. (UFMG) *Para a América Espanhola e, pode-se acrescentar, para o Brasil oitocentista e os Estados Unidos, o Haiti foi um exemplo e uma advertência, observados com crescente horror tanto por governantes como por governados.*

LYNCH, John. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina.* São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. v. 3. p. 69.

Nesse trecho, faz-se referência

A) ao subdesenvolvimento e à miséria da ilha caribenha, país mais pobre da América Latina.

B) à desagregação da sociedade haitiana, reforçada pelas constantes turbulências econômicas.

C) ao aumento crescente da influência dos ideais anarquistas e evolucionistas na ilha caribenha.

D) ao processo de Independência da ilha, marcado por uma sublevação maciça de escravos negros.

04. (UFU-MG) Sobre o pan-americanismo do século XIX, é **CORRETO** afirmar:

A) O bolivarismo defendia a criação de uma zona de livre-comércio na América do Sul, abolindo todas as tarifas alfandegárias.

B) Ao formular suas ideias de união das sociedades americanas, Bolívar propunha a formação de uma poderosa república sob seu governo, unindo o Equador, Peru, Argentina e Chile.

C) O monroísmo, substituto do bolivarismo, representou o mais alto grau de solidariedade continental, garantindo a manutenção da independência de cada país e realizando muitos dos ideais de Bolívar.

D) Pode ser entendido como um movimento de solidariedade continental, com o objetivo de manter a paz nas Américas, defender a independência dos Estados americanos e estimular seu inter-relacionamento.

E) O monroísmo e o bolivarismo coexistiram como doutrinas que pregavam a igualdade entre todos os Estados. Tinham como objetivo maior a formação de uma Confederação de Estados na América do Sul.

05. (FUVEST-SP–2007) Nas reivindicações dos movimentos políticos que levaram à Independência dos países da América Espanhola, encontram-se alguns traços comuns. Entre eles, a

A) proposta de igualdade social e étnica.

B) proposição de aliança com a França revolucionária.

C) defesa da liberdade de comércio.

D) adoção do voto universal masculino.

E) decisão de separar o Estado da Igreja.

06. (UFJF-MG–2006) A respeito do processo de Independência na América Espanhola, é **INCORRETO** afirmar:

A) A invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas levou à reorganização do comércio das colônias, favorecendo a desarticulação do pacto colonial e a implantação de práticas comerciais mais livres.

B) A Inglaterra ofereceu apoio à Independência das colônias espanholas, pois via na região uma possibilidade de ampliação dos mercados para seus produtos industrializados.

C) Os índios lutaram contra a Independência e para manutenção do trabalho forçado, pois viam no sistema colonial a única maneira de preservação de suas atividades econômicas.

D) Os *criollos* pretendiam romper o exclusivo colonial, mas não pretendiam encaminhar uma alteração na estrutura social das colônias.

E) A emergência de uma revolução liberal na Espanha dificultou o envio de tropas para as colônias, favorecendo o processo de Independência.

07. (FMCMG–2011) O rápido processo de Independência da América Espanhola ocorreu em um contexto político-social de lutas internas e interesses estrangeiros, entre os quais se pode identificar

A) a atuação de Simón Bolívar, cuja marcha popular libertadora contra os interesses da Espanha e dos Estados Unidos defendia a formação de uma confederação de países soberanos e latinos na América do Sul.

B) a vitória de diversas rebeliões populares lideradas por indígenas, como as do Peru e México, que lutavam contra a opressão das elites espanholas e *criollas*, criando novos países livres no continente.

C) a atuação dos *criollos*, membros das elites hispano-americanas, que buscavam romper com a política metropolitana monopolista, que dificultava suas transações mercantis, sobretudo com a Inglaterra.

D) a derrota de Napoleão na Europa, o que ocasionou o enfraquecimento das monarquias europeias comprometidas com o centralismo político e com o pacto colonial mercantilista na América.

08. (UFMG) O caudilhismo foi um fenômeno político surgido na América Hispânica, na primeira metade do século XIX, a partir da crise do sistema colonial e em meio às guerras de Independência que se seguiram.

A) **EXPLIQUE** por que a ação dos caudilhos dificultou a consolidação dos Estados Nacionais em vários países hispano-americanos.

B) **EXPLIQUE** por que o Brasil, ao contrário do que ocorreu em países da América Hispânica, conseguiu manter sua unidade territorial em meio ao processo de Independência verificado na primeira metade do século XIX.

09. (UNESP–2010) Leia atentamente o texto.

O período de Pré-Independência assistiu ao nascimento de uma literatura de identidade, na qual os americanos glorificavam seus países, proclamavam seus recursos e louvavam seu povo. Enquanto mostravam a seus compatriotas as suas qualidades, esses autores apontavam as qualificações dos americanos para os cargos públicos e, na verdade, para o autogoverno. Os próprios termos instilavam confiança por repetição – pátria, país, nação, nossa América, nós americanos. Embora ainda se tratasse de um nacionalismo mais cultural do que político e não fosse incompatível com a unidade imperial, mesmo assim ele preparava as mentes dos homens para a Independência, ao lembrar-lhes de que a América tinha recursos independentes e as pessoas para administrá-los.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina,* 2001.

INDIQUE os principais motivos que levaram as colônias espanholas à Independência.

10. (Unicamp-SP–2010) *A Revolução de Saint Domingue (Haiti), entre 1791 e 1803, destruiu a economia de* plantation *na colônia europeia mais rica da época. Como resultado disso e da abolição do tráfico de escravos para as colônias britânicas, em 1807, a exportação de açúcar, café e outros produtos tropicais cresceu em Cuba e no Brasil, que experimentaram um enorme aumento no afluxo de escravos. Essas regiões são caracterizadas no século XIX por uma "segunda escravidão", mais próxima de um sistema industrial na disciplina do trabalho e na inovação técnica na produção. Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, esta "segunda escravidão" demonstrou sua adaptabilidade e vitalidade.*

TOMICH Dale W. *Through the Prism of Slavery:* Labor, Capital, and World Economy. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p. 69, 80. (Adaptação).

A) Segundo o texto, o que caracterizava a vitalidade e a adaptabilidade da "segunda escravidão", desenvolvida no século XIX?

B) **IDENTIFIQUE** duas características da Revolução de Saint Domingue (Haiti).

SEÇÃO ENEM

01. Após as Independências dos países latino-americanos, a autonomia política foi sendo limitada pela dependência econômica. Na maioria das vezes, a Inglaterra substituiu as antigas metrópoles na exploração econômica, mantendo, com isso, o baixo padrão de vida das camadas populares. Podemos afirmar que essa situação pós-Independência da América Latina foi fruto do (a)

A) descaso das elites nativas em participarem do processo de emancipação política, o que foi feito por uma massa de camponeses sem consciência política.

B) falta de participação política das massas durante o Período Colonial e da ligação comercial das elites nativas ao capital inglês.

C) oposição dos EUA às Independências latino-americanas, o que levou essas jovens nações a buscarem o apoio da Inglaterra.

D) fragmentação territorial da América Espanhola, levando à sua fragilidade, apesar da coalizão dos caudilhos, chefes políticos locais.

E) baixo desenvolvimento econômico do subcontinente, que possuía uma economia baseada somente no extrativismo mineral e animal.

02.

Divisão administrativa	Ano de criação	Regiões atuais
Capitania de Guatemala	1527	Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica
Vice-reino da Nova Espanha	1537	Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Utah, México
Vice-reino do Peru	1543	Peru, parte da Bolívia e parte do Equador
Vice-reino de Nova Granada	1717	Colômbia, Panamá e parte do Equador
Capitania da Venezuela	1773	Venezuela
Vice-reino do Rio da Prata	1776	Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia
Capitania de Cuba	1777	Caribe e Flórida
Capitania de Chile	1778	Chile

Disponível em: <http://n.i.uol.com.br/licaodecasa/ensmedio/historiageral/capit-espanholas.gif>. Acesso em: 30 jul. 2010.

A tabela anterior evidencia a divisão política da América Espanhola no contexto da Independência. Entre os vários fatores que justificam essa fragmentação, destaca-se

A) a manutenção de um modelo econômico tipicamente colonial após o processo emancipatório.

B) a ação das lideranças regionais, conhecidas por caudilhos, que não aceitaram a submissão a qualquer projeto de unificação.

C) o apoio norte-americano à Independência, orientado pela Doutrina Monroe e seu projeto da "América para os americanos".

D) a interferência brasileira por meio de vários conflitos, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.

E) a existência de uma unidade linguística e religiosa que estimulou conflitos e divergências em toda a região.

03. Leia o texto a seguir.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão de obra.

GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Esse texto retrata o quadro de exploração experimentado historicamente pela América Latina. Diante dessa relação, é possível afirmar que

A) a América Latina mantém-se como área de exploração das grandes potências mundiais, mas reproduz em escala interna a relação de dominação à qual foi submetida desde o período de colonização europeia.

B) o processo de Independência dos países da América Latina conferiu, aos mesmos, autonomia para determinarem internamente o melhor processo de relação geopolítica.

C) a dominação produzida pelos países mais desenvolvidos da América Latina aos países menores da região não pode ser considerada como relação de exploração, como a verificada anteriormente.

D) o autor se equivoca quando afirma que terra, homens e capacidade de consumo foram explorados no processo de colonização, devido ao fato de serem valores imateriais de uma região.

E) atualmente a América Latina não pode ser considerada área de exploração, devido ao desenvolvimento verificado em alguns países como o Brasil.

GABARITO

Fixação

01. E 02. A 03. E 04. D 05. D

Propostos

01. B 02. C 03. D 04. D 05. C 06. C 07. C

08. A) Os caudilhos, que em muitos casos detinham o poder econômico, político e constituíam a força repressiva em determinadas regiões, colaboraram para a fragmentação da América Hispânica. A defesa de seus interesses foi empecilho para a consolidação das nações latino-americanas.

    B) A transferência da Corte e a manutenção da monarquia portuguesa, após o processo de Independência, aliadas aos interesses de uma elite latifundiária e escravista, garantiram a unidade do território brasileiro.

09. Entre os motivos que levaram os colonos a se rebelarem na América Espanhola, pode-se destacar o contexto europeu do século XIX, quando Napoleão Bonaparte, durante suas ações expansionistas, destronou o rei espanhol Fernando VII e criou um ambiente propício ao início de tais rebeliões. É importante ressaltar, também, que as insatisfações tiveram a sua origem antes mesmo do século XIX, pois a opressão política e fiscal, gerada pelo exclusivo colonial, exercida pela Espanha, não era bem vista pelos colonos, principalmente pelos *criollos,* que almejavam o controle do continente assim que ele conquistasse sua Independência. Por fim, cabe ressaltar a contribuição de algumas ideias, como o Iluminismo, de outros eventos, como a Revolução Americana, e mesmo de outros países, como a Inglaterra, que apoiou o processo de emancipação da América visando à ampliação do seu mercado consumidor.

10. A) De acordo com o texto, a "segunda escravidão" foi caracterizada pela adaptação dos escravos a um regime de trabalho semelhante ao dos operários de uma fábrica. Dessa forma, a escravidão no século XIX acabou distoando das antigas relações paternalistas de trabalho travadas no início da colonização nas Américas.

    B) Diferentemente das demais revoluções registradas no continente americano no final do século XVIII e no início do século XIX, a Revolução Haitiana foi um movimento de cunho inicialmente popular, quando os negros tomaram o poder na ilha e submeteram a minoria branca a um genocídio. Além disso, o regime político adotado pelo Haiti foi a monarquia, tendo sido posteriormente apropriado por facções sociais que implementaram uma ditadura republicana no país.

Seção Enem

01. B 02. B 03. A

HISTÓRIA

MÓDULO 17 FRENTE A

Ideias sociais e políticas do século XIX

O século XIX foi marcado por grandes transformações de ordem econômica, social, política e ideológica. Abordaremos, agora, os aspectos ideológicos que caracterizaram o século XIX europeu e que deram configuração ao século seguinte.

Um dos grandes debates surgidos no século XIX foi se o avanço tecnológico poderia ou não tornar o homem feliz. Os críticos do capitalismo acreditavam que era possível alcançar a felicidade desde que fosse em uma outra ordem econômica. Vale ressaltar que, apesar de serem críticos do capitalismo, tais pensadores propuseram ideologias que muitas vezes divergiam entre si.

SOCIALISMO UTÓPICO

Os socialistas utópicos criticavam o capitalismo sem, no entanto, propor soluções reais para os problemas apresentados. Alguns chegavam a idealizar a sociedade perfeita, mas sem demonstrar os caminhos para a construção dessa sociedade, tendo sido esse um dos motivos que levou Marx a chamá-los de socialistas românticos. Outros chegavam a acreditar que o próprio capitalismo encontraria solução para seus problemas estruturais.

Principais socialistas e suas ideias

Charles Fourier (1772-1837)

Fourier defendia a criação de falanstérios, que funcionariam como cooperativas em que produtores industriais, agrícolas e trabalhadores produziriam juntos. Cada um ganharia conforme a sua participação, ou seja, os trabalhadores receberiam menos. Para ele, a função dos falanstérios não era distribuir riquezas igualmente entre os homens. Nos falanstérios, cada um iria produzir o que quisesse, e, com isso, os homens seriam mais felizes. O projeto de Fourier acabou sendo prejudicado pela falta de financiamento dos patrões, que acreditavam que quanto mais sofrida fosse a vida dos trabalhadores, mais eles produziriam para esquecerem suas mazelas.

Louis Blanc (1811-1882)

De origem francesa, Blanc propunha a criação de oficinas nacionais ou sociais, também conhecidas como *ateliers*, nas quais todos os trabalhadores de um mesmo setor se uniriam para produzir juntos. O objetivo principal era conseguir melhor preço para os produtos e enfrentar a concorrência dos produtos ingleses, que levavam vantagem sobre os franceses. Em 1848, durante a Revolução que derrubou o rei francês Luís Felipe, a burguesia criou os *ateliers* buscando o apoio do proletariado, mas, assim que os burgueses assumiram de fato o poder, estes fecharam as oficinas.

Robert Owen (1771-1858)

Empresário, filho de artesãos, Owen construiu creches para os filhos dos seus empregados, diminuiu a jornada de trabalho nas suas empresas e dividiu os lucros com os funcionários, entre outras medidas. Robert Owen – também conhecido como "Patrão Esclarecido" – chegou a criar uma empresa nos Estados Unidos e entregou o controle aos operários. Acreditava, ao fazer isso, que outros empresários o seguiriam e assim mudariam o mundo. Como agiu sozinho, enfrentando a oposição dos outros industriais, Owen viu as suas empresas, dentre elas a norte-americana New Harmony, falirem.

F. Bate

Representação da New Harmony*, indústria idealizada por Robert Owen nos Estados Unidos.*

Saint-Simon (1760-1825)

Nobre francês, Saint-Simon propunha uma sociedade na qual não haveria ociosos e nem exploração de um homem sobre o outro. Defendia a associação dos produtores, combinando propriedade privada com planejamento centralizado, projeto que contestava o liberalismo econômico vigente até então.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Considerado por alguns como o pai do anarquismo, Proudhon defendia a destruição do Estado, da Igreja e da propriedade privada, que para ele seria um roubo. De acordo com alguns historiadores, Proudhon não foi um socialista utópico, haja vista a sua contribuição para a doutrina anarquista.

SOCIALISMO CIENTÍFICO

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) também criticaram o capitalismo, mas, diferentemente de seus antecessores, propuseram um sistema, criado a partir de análises históricas, que visava à substituição do capitalismo. O conjunto de ideias defendido por Marx e Engels ficou conhecido como marxismo.

A primeira grande obra dos dois foi o *Manifesto Comunista* de 1848, mas a principal obra veio somente em 1867, *O Capital*. Para eles, a transformação da sociedade se daria pela via revolucionária com a derrubada do capitalismo pela classe proletária. Podemos sintetizar o marxismo em quatro teorias fundamentais: a luta de classes, o materialismo histórico, o materialismo dialético e a mais-valia.

Andrew Eland / Creative Commons

Monumento erguido em Xangai, China, em homenagem a Marx e Engels.

Teoria da luta de classes

Segundo Marx e Engels, "a história da humanidade é a história das lutas de classes", ou seja, toda sociedade sofre transformações devido aos conflitos existentes no seu interior. Dessa forma, sempre existiria uma classe dominante e outra dominada: a primeira quer aumentar cada vez mais seu domínio, e a segunda quer sair da condição de dominada. No capitalismo, o grupo dominante é a burguesia e o dominado é o proletariado.

Ainda de acordo com a ideologia marxista, a grande contradição existente no capitalismo é que, para que haja um desenvolvimento cada vez maior desse sistema, o proletariado deve ser cada vez mais explorado. Tal imposição, apesar de parecer benéfica aos capitalistas, geraria uma revolução proletária, através da qual os operários tomariam o poder e os meios de produção.

Teoria do materialismo histórico

De acordo com a teoria marxista, toda sociedade é determinada pelo seu modo de produção. A economia é a infraestrutura que sustenta a sociedade. Já a política, a religião, a ciência e a cultura representam a superestrutura que se apoia na economia. Assim, o modo de produção de cada período histórico seria o fator responsável por ditar as características de toda a sociedade. Entre os modos de produção registrados pela história, Marx enfatizou o escravista, o feudal e o capitalista.

Teoria do materialismo dialético

Ao afirmarem que "todo sistema já traz em si os germes da sua destruição", Marx e Engels dão a entender que os mesmos elementos que levam um sistema a crescer e a se desenvolver também contribuem para o seu declínio. O capitalismo se assenta na exploração do capitalista sobre o proletariado, e é justamente essa exploração que vai criar as condições para a revolução proletária. Segundo Marx e Engels, quanto mais o capitalismo cresce, mais aumenta a exploração da burguesia sobre o proletariado e, quando o capitalismo chegar ao seu auge, haverá o máximo da exploração. Como o proletariado não terá nada a perder a não ser os seus grilhões, este fará a revolução que vai derrubar o capitalismo e implantar uma nova ordem, a socialista.

Teoria da mais-valia

O marxismo defende a ideia de que o proletário vende sua força de trabalho, mas produz um excedente que é apropriado pelo capitalista. Tal ideologia tem as suas origens no pensamento de David Ricardo, que afirma ser o valor de uma mercadoria determinado pelo trabalho embutido nela. Portanto, se o operário produz, deveria ficar com o resultado da venda, afinal, ele produz com o seu trabalho mais do que recebe. Tal excedente é denominado mais-valia.

Segundo a análise marxista, seria necessário a conscientização do proletariado quanto à exploração da mais-valia. Quando os trabalhadores assumissem tal consciência, portanto, seria o momento ideal para a realização da revolução proletária já prevista pelas outras teorias. A burguesia seria derrubada do poder e os meios de produção passariam para as mãos do Estado, que distribuiria as riquezas igualmente. Essa fase de socialização das riquezas foi denominada de socialismo.

Quando as riquezas estivessem distribuídas de forma igualitária, a sociedade entraria na fase comunista. Nessa última fase, não haveria Estado, propriedade privada ou classes sociais. Para o marxismo, toda sociedade caminha para o comunismo, que é o estágio final e desejável para as sociedades humanas.

O socialismo marxista teve uma enorme influência na política e no movimento operário mundial. A Revolução Russa de 1917, por exemplo, teve inspiração marxista e contribuiu para, após a Segunda Guerra, a expansão do regime socialista pelo mundo.

ANARQUISMO

O anarquismo – representado por Peter Kropotkin (1842-1921) e Mikhail Bakunin (1814-1876) – defendia a abolição de toda espécie de autoridade. Para os anarquistas, os homens somente devem estar submetidos à natureza, ao bom senso e ao senso comum. A sociedade seria organizada em comunidades de autoabastecimento, em que as trocas não teriam fins lucrativos. Ainda de acordo com os anarquistas, todo Estado é opressor, devendo ser, portanto, abolido, assim como a propriedade privada e as classes sociais. Em outras palavras, o objetivo final do anarquismo e do marxismo é o mesmo.

Mikhail Bakunin, um dos idealizadores do anarquismo

Apesar das semelhanças iniciais, é válido ressaltar que a forma de atingir esse objetivo é controversa entre as duas ideologias. Para o marxismo, a construção do comunismo passa pela fase de transição, o socialismo. Já o anarquismo, contrário ao Estado – existente na fase socialista –, defende a passagem direta do capitalismo ao comunismo. Observe o esquema a seguir, que diferencia o anarquismo do marxismo:

Anarquismo (passagem direta capitalismo/comunismo)

Revolução Proletária

Capitalismo	**Socialismo**	**Comunismo**
Propriedade privada dos meios de produção	Propriedade estatal dos meios de produção	Abolição da propriedade privada
Domínio da classe burguesa sobre o proletariado	Função do Estado: dividir as riquezas igualmente	Sociedade sem classes
Função do Estado: garantir a propriedade privada	Período de transição entre o capitalismo e o comunismo	Abolição do Estado
		Estágio final de toda sociedade

Surgiu, paralelamente ao anarquismo, o anarcossindicalismo, teoria que defende os sindicatos como meios de educação ideológica do operário. Os anarquistas se opuseram a essa adaptação por negarem toda espécie de estrutura hierárquica, inclusive os sindicatos. Assim, o que os diferencia é que os anarcossindicalistas veem uma funcionalidade nos sindicatos, responsáveis por educar o trabalhador para a posterior implantação da sociedade anárquica. Apesar das diferenças, essas duas vertentes tiveram forte influência no movimento operário brasileiro, na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX.

CRISTIANISMO SOCIAL OU SOCIALISMO CRISTÃO

Percebendo os avanços de movimentos sociais que questionavam as estruturas vigentes e, com isso, temendo perder adeptos, a Igreja Católica passou a se posicionar em relação a tais problemas. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em uma tentativa de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho. O documento condenava o capitalismo selvagem, no qual os capitalistas exploravam desmedidamente os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, também condenava o socialismo marxista, por seu caráter ateísta e materialista, considerando-o pecado.

Para a Igreja Católica, era possível existir uma variação do capitalismo sem a exploração exagerada, desde que o patrão controlasse sua ânsia excessiva pelo lucro, e o trabalhador, sua natural insubordinação contra "aqueles que o alimentavam". Na verdade, a Igreja, através da *Rerum Novarum*, continuava a adotar um posicionamento neutro diante dos grandes debates da sociedade.

A *Rerum Novarum* foi a inspiração para outros posicionamentos da Igreja, como a *Quadragesimo Anno* (1931), do papa Pio XI; a *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII, e as *Populorum Progressio* (1967) e *Humanae Vitae* (1968), de Paulo VI.

LIBERALISMO E DEMOCRACIA

Apesar de ser propagado ainda no século XVIII através do Iluminismo e da Revolução Francesa, o liberalismo – seja em âmbito político ou mesmo econômico – também teve uma grande importância para o ideário dos homens do século XIX. O liberalismo, no entanto, não deve ser confundido com os ideais democráticos, pois os primeiros liberalistas pregavam a limitação do poder real, mas não a participação democrática de todos os homens na política. Para eles, as massas incultas, consideradas inexperientes e mesmo selvagens, não tinham capacidade de se organizar politicamente e de atuar como agentes transformadores da sociedade.

Assim, por terem sido lideradas pela burguesia liberal, as revoluções liberais do século XIX não efetivaram mudanças estruturais profundas na sociedade europeia. Foi comum, naquele período, portanto, a adoção de regimes políticos que protegessem a propriedade privada e, principalmente, adotassem o sistema de voto censitário, restringindo a participação política àqueles homens mais abastados.

Mesmo se opondo à democracia, a ideologia liberal favoreceu o surgimento e a ascensão desta posteriormente. Os ideais de igualdade jurídica e política, de liberdade de expressão e do fim dos privilégios sociais defendidos pelos iluministas serviram de inspiração para o aumento das reivindicações das massas. Assim, no decorrer do século XIX e principalmente no início do século XX, os trabalhadores de vários países europeus conquistaram o sufrágio universal masculino, além de melhores condições de trabalho e maiores salários. Tais conquistas só foram possíveis por meio de muitas lutas e, principalmente, de concessões por parte da alta burguesia, que, estrategicamente, passou a fazer pequenas concessões de caráter democrático no intuito de evitar rupturas mais traumáticas, como uma revolução proletária, por exemplo.

ROMANTISMO

Apesar de o Romantismo também ter surgido no final do século XVIII, ele influenciou fortemente a cultura europeia no início do século XIX. Os românticos eram conhecidos por discordarem dos iluministas e, ao contrário de valorizar a razão, como faziam os ilustrados, ressaltavam os sentimentos como os principais elementos para a vida de um homem e, logo, para a sociedade. A essência do Romantismo foi bem representada na obra de John Keats, que escreveu: "Oh! Uma vida de sensações é muito melhor que uma só de pensamentos".

A fala de Keats também revela outra característica do Romantismo: a valorização do "eu interior", elemento explorado como força primitiva e fonte de inspiração criativa do homem. Esse "eu interior", tão admirado pelo Romantismo, foi reinterpretado posteriormente e denominado de inconsciente por Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, um dos principais expoentes influenciados pelo pensamento romântico.

Os regimes fascistas surgidos no século XX também se basearam na exaltação dos sentimentos e no desprezo pelo racionalismo para construir sua base de apoio das massas. Deve-se ressaltar, entretanto, que os românticos possuíam um enorme respeito pela individualidade humana, contrariando o nacionalismo exacerbado e racial do nazismo, por exemplo. Dessa forma, não se pode dizer que o pensamento romântico foi o responsável pelo sentimento racista e belicista surgido na Alemanha no início do século XX.

Egide Charles Gustave Wappers

A tela retrata as lutas que compuseram a revolução liberal belga de 1830. Assim, é possível afirmar que o Romantismo foi contemporâneo e esteve associado ideologicamente ao nacionalismo e ao liberalismo europeu do século XIX.

As divergências entre os ilustrados e os românticos também passavam pela interpretação que ambos faziam sobre a Idade Média. Enquanto os iluministas a consideravam uma idade de trevas, mitos e superstições religiosas, os românticos consideravam-na rica em heróis, mistérios e emoções. Para os românticos, a História era dotada da alma e dos sentimentos dos indivíduos que haviam participado da sua construção. Assim, cada período histórico, mesmo o Medieval, seria um momento dotado de mitos e de características culturais próprias, o que o tornaria portador de heranças distintas e necessárias para a composição do ideário dos homens.

Vale ressaltar, também, que os românticos, assim como os socialistas, foram importantes críticos do capitalismo industrial, que, segundo eles, apesar de gerar um grande desenvolvimento tecnológico, acarretava uma subordinação do indivíduo aos interesses do capital e, por isso, era um dos piores males do novo século que se iniciava.

NACIONALISMO

O nacionalismo está relacionado a símbolos como bandeira, língua, cultura, tradição, etc. Esses elementos criam a identidade de um grupo de pessoas que partilham de um sentimento de união, apesar de suas diferenças. A essência do nacionalismo – que ganhou enorme força durante o século XIX –

pôde ser percebida ainda no início da Idade Moderna, quando houve a consolidação da maioria dos Estados Nacionais europeus e, logo, a implantação de línguas, bandeiras e culturas comuns nos novos Estados unificados.

A disseminação do nacionalismo no século XIX pode ser atribuída principalmente à atitude de Napoleão Bonaparte. Ainda no início do século, o imperador francês promoveu invasões em diversas partes do continente europeu, exaltando sempre os ideais da Revolução Francesa. Assim, grande parte dos povos que foram submetidos ao Império Napoleônico passou a se apropriar de princípios como a soberania e a cidadania buscando se desvincular econômica, política e racialmente do domínio francês. Os maiores exemplos da ideologia nacionalista do século XIX foram materializados pelas unificações da Itália e da Alemanha, processos que aumentaram ainda mais a rivalidade entre os Estados Nacionais europeus e resultaram em diversos conflitos armados, como a Primeira Guerra Mundial.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Fatec-SP) O Movimento Ludista e o Cartismo foram, respectivamente,

A) uma reação de defesa dos trabalhadores franceses que foram aprisionados pelos alemães na Guerra Franco-Prussiana; e uma ação pacífica em defesa dos trabalhadores irlandeses explorados pelos ingleses.

B) uma reação da camada operária inglesa, quebrando máquinas, pois as identificavam como causadoras de desemprego; e uma das primeiras tentativas de organização da classe operária através de reivindicações contidas na “Carta do Povo”.

C) um movimento operário inglês, que reivindicava melhores condições de trabalho através da introdução de máquinas; e um movimento operário que defendia um governo socialista.

D) uma ação isolada de trabalhadores ingleses que, influenciados por Karl Marx, reivindicavam a introdução das máquinas; e um movimento de trabalhadores escoceses que defendiam o fim da servidão em seu território.

E) um movimento liderado por Willian Ludd, que defendia melhores condições de trabalho; e uma reação liderada por lord Strangford em defesa de 8 horas de trabalho, por meio da “Carta do Povo”.

02. (UFMG) Todas as alternativas contêm características relativas à organização dos trabalhadores europeus no século XIX, **EXCETO**

A) A legislação impedia a organização dos trabalhadores em nível nacional.

B) As demonstrações de massa, os motins e petições eram as principais formas de manifestação.

C) O movimento operário defendia o sufrágio universal e a igualdade econômica.

D) Os sindicatos incentivavam a quebra das máquinas para denunciar a exploração do trabalho.

E) Os sindicatos surgiram com força nova no cenário político.

03. (FAAP-SP) O socialismo científico tem as seguintes características, **EXCETO**

A) Desenvolvimento por Marx e Engels.

B) A crise do capitalismo daria origem ao socialismo.

C) Luta de classes entre burguesia e proletariado.

D) Ditadura do proletariado.

E) Teoria da mais-valia com ênfase na defesa da propriedade privada.

04. (FUVEST-SP–2010) No Ocidente, o período entre 1848 e 1875 *“é primariamente o do maciço avanço da economia do capitalismo industrial, em escala mundial, da ordem social que o representa, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo”.*

HOBSBAWM, E. J. *A era do capital*: 1848-1875.

A “ordem social” e as “ideias e credos” a que se refere o autor se caracterizam, respectivamente, como

A) aristocrática e conservadores.

B) socialista e anarquistas.

C) popular e democráticos.

D) tradicional e positivistas.

E) burguesa e liberais.

05. (Unicamp-SP) O liberalismo tornou-se ideologia predominante na sociedade ocidental a partir da segunda metade do século XIX.

A) Quais direitos naturais que o liberalismo se propõe a garantir?

B) Quais as principais características do liberalismo econômico?

C) Quais correntes de pensamento se opuseram ao liberalismo no século XIX?

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFJF-MG) *Exalta o direito de propriedade individual e da riqueza; opondo-se, consequentemente, à intervenção do Estado na economia. Defende intransigentemente que deve haver total liberdade de produção, circulação e venda. Considera que o homem, enquanto indivíduo, deve desfrutar de todas as satisfações, não se submetendo, senão, aos limites da razão. Crê no progresso como sendo resultado de um fenômeno natural e decorrente da livre-concorrência, que, ao estimular as atividades econômicas, é a única forma aceitável de proporcionar liberdade, felicidade, prosperidade e igualdade entre todos os homens.*

O trecho anterior pode ser considerado uma síntese dos valores constitutivos da ideologia política intitulada

A) catolicismo social.

B) socialismo utópico.

C) socialismo científico.

D) liberalismo.

E) anarquismo.

02. (PUC-SP) No século XIX, o desenvolvimento socialmente desigual da sociedade capitalista liberal deu origem à "questão social". Para resolvê-la, surgiram então

I. o socialismo utópico e reformista (de Fourier e outros), que pretendia reconstruir a sociedade a partir de um plano ideal, igualitário e justo;

II. o catolicismo social, preocupado com a defesa da justiça social ameaçada pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista;

III. o socialismo científico de Marx e Engels, baseado no materialismo histórico e dialético, que propunha uma sociedade sem classes;

IV. o Movimento Cartista, vitorioso na Inglaterra (1838-1842), que preconizava o anarcossindicalismo.

Assinale se estão **CORRETAS** apenas

A) I e II.

B) II e III.

C) III e IV.

D) I, II e III.

E) I, II e IV.

03. (Cesgranrio) "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!"

Com essa frase, que se tornou famosa, Marx e Engels começavam o *Manifesto Comunista*, no fervilhar de um período de profundas agitações em toda a Europa, no período entre 1830 e 1848. Acerca dessa conjuntura, podemos afirmar que

A) as barricadas de 1848, em Paris, exigiam mudanças sociais na França e culminaram com a queda da monarquia de Luís Bonaparte.

B) com a formação do II *Reich*, em 1830, os estados alemães unificados começaram a atender aos anseios nacionalistas dos movimentos sociais.

C) as vitórias do Movimento Cartista inglês criaram as bases para o surgimento do *Labour Party*, intérprete das demandas operárias na vida política nacional.

D) a consolidação da Internacional Socialista, em 1848, unificando os vários partidos social-democratas europeus, colocou em xeque os governos democrata-cristãos.

E) a atuação dos "déspotas esclarecidos" contra o avanço do nacionalismo e do liberalismo reafirmou os compromissos do Congresso de Viena.

04. (UECE) Reagindo à economia clássica, o socialismo corporifica-se com as teorias de Karl Marx e Friedrich Engels. A teoria desses dois pensadores

A) resulta da observação crítica das realidades socioeconômicas da Europa na fase da Revolução Industrial e no período imediatamente posterior.

B) defende a propriedade privada como instrumento indispensável para a superação das desigualdades sociais.

C) prega a diminuição do Estado (Estado mínimo) e mais espaço para a iniciativa privada.

D) apresenta a síntese mais acabada do chamado "socialismo utópico".

05. (PUC-Campinas-SP) O desenvolvimento das ideias socialistas, no século XIX, principalmente aquelas relacionadas às teorias de Marx e Engels, adquire importância ímpar na organização e constituição dos partidos políticos operários que estão associados à

A) publicação, no final do século XIX, de *O estado e a revolução* de Lênin e à Revolução Russa de 1917.

B) publicação, em 1848, do *Manifesto Comunista* e à organização em Londres, em 1865, da Primeira Internacional.

C) publicação de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, e à fundação da Associação Internacional de Trabalhadores em 1876.

D) publicação de *O capital*, em 1855, e à fundação do Partido Socialista Francês, em 1870.

E) publicação do romance *Os miseráveis*, de Victor Hugo, e à fundação do Partido Trabalhista Inglês, em 1870.

06. (Mackenzie-SP) O historiador Eric J. Hobsbawm considera que o período de 1789 a 1848 foi assinalado por uma "Dupla Revolução", a Francesa e a Industrial Inglesa.

Essas revoluções

A) subordinaram o trabalho ao capital, propiciando transformações muito mais técnicas do que sociais, rompendo os laços de dominação burguesa.

B) consolidaram os valores burgueses, disciplinando a ação do capital, com o objetivo de dar à maioria, que dispunha unicamente desse meio para sobreviver, condições de se sublevar.

C) ocasionaram transformações econômicas, sociais e políticas que superaram os resquícios do feudalismo e marcaram o triunfo do capitalismo liberal burguês.

D) condicionaram o capital ao trabalho, acentuando o caráter igualitário das novas relações político-ideológicas expressas nos chamados Direitos do Homem, permitindo o triunfo do capitalismo liberal.

E) estabeleceram novas relações de produção, nas quais o proletário, possuidor dos meios de produção e da força de trabalho, acumula capital, para desenvolver a propriedade industrial e superar os laços feudais.

07. (UECE)

Documento 1

[...] a conversão da propriedade privada em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito que não fosse o de tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário [...] e toda a possibilidade de aumentar o seu patrimônio e melhorar a sua situação [...] A propriedade privada e pessoal é para o homem de direito natural [...] O homem deve tomar com paciência a sua condição; é impossível que, na sociedade civil, toda a gente seja elevada ao mesmo nível [...] Contra a natureza todos os esforços são vãos [...] O erro capital [...] é o de crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente... Não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concordância engendra a ordem e a beleza [...] Toda a economia das verdades religiosas [...] é de natureza a aproximar [...] os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus mútuos deveres [...]

Documento 2

O Congresso reunido em Saint Imier declara:

1. Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado.
2. Que toda organização de um poder que pretende ser provisório e revolucionário para efetivar aquela destruição é um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos que existem hoje.
3. Que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária.

Os documentos anteriores correspondem a duas interpretações sobre a realidade social do século XIX. Respectivamente,

A) ao socialismo científico e à doutrina social da igreja.

B) à doutrina social da igreja e ao socialismo libertário.

C) ao socialismo libertário e ao socialismo utópico.

D) ao socialismo utópico e ao socialismo científico.

E) à doutrina social da igreja e ao socialismo científico.

08. (UFOP-MG) Ao longo do século XIX, a difusão da Revolução Industrial alterou as condições de vida nas diversas áreas atingidas pelo processo de industrialização, o que fez surgirem novas concepções e doutrinas comprometidas com o desenvolvimento ou com a reforma da sociedade capitalista. Entre as propostas dessas doutrinas sociais, identificamos **CORRETAMENTE** a

A) crítica da propriedade privada, formulada pelo marxismo científico.

B) submissão integral do trabalhador ao capital, expressa pela doutrina social da Igreja, na *Rerum Novarum*.

C) defesa da livre associação dos trabalhadores em corporações e sindicatos profissionais, proposta pelo liberalismo doutrinário.

D) subordinação do cidadão a um Estado totalitário, pregada pelo movimento anarquista.

E) opção pela democracia partidária, defendida pelos socialistas utópicos, sendo o sufrágio universal censitário o único meio de o proletariado alcançar o poder.

09. (UFPR) As transformações estruturais que atingiram a Europa, ao longo do século XIX, alteraram as relações sociais e as práticas políticas em diversos países europeus. Entre essas transformações, pode-se apontar **CORRETAMENTE** o(a)

A) formulação da doutrina social da Igreja, definida na encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, que apoiou a doutrina marxista da luta de classes em defesa dos pobres, criando a Teologia da Libertação.

B) instituição do Segundo Império, na França, entre 1852 e 1870, por Napoleão III, que liderou a restauração da monarquia absoluta baseada nas relações senhoriais e nas instituições políticas do Antigo Regime.

C) unificação da Itália, em 1871, em consequência da vitória do movimento anarquista, chefiado por Garibaldi, contra os grupos republicanos e as forças militares monarquistas apoiadas pelo papado.

D) ideário socialista, expresso nos movimentos populares que eclodiram na Alemanha em 1848, o qual conduziu à unificação do país, constituindo uma República Federativa presidida por Bismarck.

E) fortalecimento das associações de trabalhadores com a formulação, a partir da Segunda Internacional, reunida em 1889, de um ideário reformista político baseado na social-democracia.

10. (UFF-RJ) Assinale a opção que sintetiza alguma das ideias do líder anarquista Bakunin.

A) Bakunin é chamado de anarquista porque, em 1881, suas ideias resultaram em uma Internacional Socialista separada da Primeira Internacional, semeando anarquia nas hostes do movimento operário europeu.

B) A sociedade livre deve recusar qualquer forma de organização que limite a liberdade individual; por tal razão, o anarquismo pode ser considerado um movimento antissocial e antipolítico.

C) O anarquismo de Bakunin foi uma tentativa burguesa divisionista de opor ao marxismo uma contrafacção de socialismo baseada em ideias absurdas, mas de apelo para os operários.

D) A sociedade livre deve organizar-se espontaneamente em grupos de vizinhos (comunas) e de pessoas que trabalham juntas (cooperativas); entre tais grupos podem surgir confederações livres, mas sem que se institua acima deles uma autoridade controladora.

E) Bakunin era um fidalgo russo boêmio e profundamente reacionário, cujas ideias resumiam-se na recusa de qualquer autoridade ou associação de qualquer tipo e nível, tanto na economia quanto na política.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–1999) A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX. Pode-se afirmar que as conquistas no início desse século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com

A) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.

B) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.

C) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

D) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.

E) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

02. (Enem–2010) *Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria? Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem? Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?*

SHELLEY. Os homens da Inglaterra.
Apud HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*.
Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada

A) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.

B) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.

C) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.

D) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.

E) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

03. (Enem–2010) *O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no princípio do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas). A Revolução Francesa lhes deu confiança; a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente.*

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções*.
São Paulo: Paz e Terra, 1977.

No texto, analisa-se o impacto das Revoluções Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a "confiança" dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a "necessidade da mobilização permanente", trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que

A) a competitividade do trabalho industrial exigia um permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.

B) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.

C) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material para os operários.

D) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.

E) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com as manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

GABARITO

Fixação

01. B 02. D 03. E 04. E

05. A) O liberalismo, muito útil aos valores iluministas, se propunha a garantir os direitos à vida, à propriedade, à liberdade e à igualdade perante a lei.

B) Traduzido para a economia, o liberalismo defendia a não intervenção do Estado na economia, assim como a não intervenção nas relações de trabalho.

C) Além do absolutismo monárquico, os movimentos socialistas (utópicos ou científicos) eram críticos ferrenhos do liberalismo, que era visto como responsável pelas mazelas do operariado.

Propostos

01. D 03. C 05. B 07. B 09. E
02. D 04. A 06. C 08. A 10. D

Seção Enem

01. C 02. E 03. B

HISTÓRIA

MÓDULO 18 FRENTE A

Unificação italiana, alemã e Comuna de Paris

Para se entender o processo de unificação da Itália e o da Alemanha, é necessário analisar a configuração geopolítica da Europa já no início do século XIX, tendo como base as decisões tomadas pelo Congresso de Viena (1814-1815). O princípio de compensações utilizado durante esse Congresso definia que as grandes potências que derrotaram Napoleão, libertando a Europa, deveriam receber uma recompensa em contrapartida. A Áustria, governada pelos Habsburgo, era uma dessas potências, cabendo-lhe os territórios italianos da Venécia e Lombardia e, ainda, o direito de indicar os governantes dos estados italianos de Módena, Parma e Toscana. O único estado que manteve a sua autonomia na Península Itálica foi o reino de Piemonte-Sardenha, situado ao norte.

Já entre os estados alemães, foi formada a Confederação Germânica, composta inicialmente de 38 estados associados e presidida politicamente pela Áustria. Para que houvesse de fato uma unificação, quer seja entre os estados itálicos ou germânicos, seria necessário, portanto, eliminar a influência austríaca daquelas respectivas regiões.

Devido à hegemônica força política e militar do Império Austríaco, tanto o processo de unificação da Itália quanto o da Alemanha ocorreram somente no século XIX e foram marcados por conflitos internos e externos. É importante ressaltar que, após o Congresso de Viena, estabeleceu-se relativa paz no continente europeu. Assim, os principais conflitos ocorridos na Europa, no período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, foram as guerras decorrentes das unificações e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Outro ponto a se ressaltar é que as duas unificações foram processos elitistas e, logo, nada democráticos. O povo, colocado à margem dos processos, assistiu à burguesia italiana do norte e à aristocracia prussiana liderarem as unificações na Itália e na Alemanha, respectivamente. Além da participação das elites nos projetos centralizadores, dois estados independentes – Piemonte, no caso italiano, e Prússia, no caso alemão – tiveram grande influência na condução dos novos governos. Devido ao desenvolvimento desse processo coordenado, vários historiadores consideram que a Itália e a Alemanha até hoje guardam claras heranças dos estados que as originaram e, por isso, podem ser consideradas extensões de Piemonte e da Prússia, respectivamente.

Ao final do século XIX, os dois países – que até então eram compostos de vários estados sem unidade – se encontravam em acelerado desenvolvimento, afinal, as mesmas elites que patrocinaram a centralização política de ambos os Estados passaram a comandá-los politicamente. Assim, itálicos e germânicos passaram a concorrer com as grandes potências da época, Inglaterra e França, provocando o fim do equilíbrio europeu. Por esse motivo, as unificações foram responsáveis pela exacerbação dos nacionalismos europeus que levaram à Primeira Guerra Mundial.

UNIFICAÇÃO ITALIANA

Desde o contexto das revoluções liberais, no século XIX, os reinos da Península Itálica já demonstravam o desejo de promover um processo de unificação. Naquele momento, Giuseppe Mazzini, à frente da sua instituição – Jovem Itália –, comandou uma insurreição em prol da unificação. O projeto de Mazzini incluía as massas italianas, acreditando que a unificação emanaria das camadas populares.

A proposta democrática de Mazzini não agradava às elites da região, que, visando a enfraquecer aquele movimento, dividiram os rebeldes, apoiando outra proposta de unificação, que deveria ocorrer sob a tutela de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha, o único reino independente do norte da Península.

Dessa forma, coube a Camilo de Cavour, primeiro-ministro de Vítor Emanuel II e defensor da causa monárquica, a responsabilidade pelo início do processo de unificação. Uma das justificativas para a liderança de Piemonte-Sardenha no processo de unificação era a riqueza desse reino, que contrastava com o caráter agrário dos estados do sul da Península. Apesar de serem vistos como os líderes ideais do processo de unificação, os piemonteses tinham como grande obstáculo para esse processo a hegemonia da Áustria, que, desde o Congresso de Viena, dominava diversos estados itálicos.

Percebendo as dificuldades que enfrentaria, Cavour passou a buscar aliados no continente europeu, afinal, a Áustria era uma potência militar. Assim, a França, que desejava enfraquecer o Império Austríaco e, logo, aumentar a sua zona de influência na Europa, prontificou-se a apoiar a causa da unificação, desde que, em troca, recebesse as regiões de Nice e Savoia. Com o apoio das tropas de Napoleão III, Cavour pôde, enfim, travar uma guerra contra a Áustria, que foi derrotada pelas tropas francesas e piemontesas em 1859.

Ainda naquele ano, como sanção à derrota na guerra, a Áustria foi punida com a perda de Lombardia, Toscana, Romagna, Parma e Módena, regiões anexadas ao reino de Piemonte. As regiões de Savoia e Nice também se libertaram do domínio austríaco e, conforme havia sido acertado, passaram para o controle dos franceses. A exceção foi a região de Venécia, que, apesar de também estar no norte da Península Itálica, continuou subordinada ao Império Austríaco.

Fases do processo de unificação da Itália

SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. *Atlas Bordas géographique et historique.* Paris, Bordas, 1996. *The Times atlas of world history*. London, Times Books Limited, 1990.

Diante da vitória das tropas unificadoras, diversas outras regiões da Península Itálica, como os Estados Pontifícios, que também se encontravam subordinadas a outras nações, organizaram revoltas buscando a sua libertação. Essa expansão das revoltas, no entanto, não interessava aos católicos franceses, que temiam pela integridade do poder do papa, que até então governava o centro da Península. Assim, a ala católica conservadora francesa pressionou Napoleão III a retirar o seu apoio a Piemonte-Sardenha, o que de fato ocorreu.

Se, ao norte, o reino de Piemonte foi o grande responsável pela libertação de diversos estados, no sul, destacou-se a figura de Giuseppe Garibaldi, revolucionário republicano que havia lutado na Farroupilha, no Sul do Brasil, e que, comandando mil homens, os Camisas Vermelhas, invadiu o reino das Duas Sicílias e o de Nápoles em 1860. Devido ao seu caráter republicano, Garibaldi não concordava com o processo de unificação comandado pelo reino de Piemonte. Ao mesmo tempo, ele também sabia que os sulistas não eram fortes o bastante para liderarem a unificação. Diante dessa situação, Garibaldi acabou se retirando das lutas para não atrapalhar o processo iniciado por Piemonte-Sardenha, entregando, assim, as regiões conquistadas ao sul para serem integradas às conquistas piemontesas.

Reprodução

Representação de Giuseppe Garibaldi

Em 1866, enquanto ocorria a Guerra Austro-Prussiana, conflito que fez parte do processo de unificação da Alemanha, os italianos aproveitaram-se das derrotas austríacas para conquistar a Venécia. Assim, a Áustria, tendo de enfrentar dois inimigos, em duas frentes de batalhas, acabou derrotada em ambos os conflitos e, logo, foi obrigada a ceder a Venécia aos italianos.

No final da década de 1860, portanto, foi criado um Estado unificado, com as suas fronteiras bem definidas no norte e no sul da Península Itálica, sendo que os Estados Pontifícios, protegidos por Napoleão III e situados na região central,

impediam a completa unificação italiana. Foi necessário o início da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, para que os italianos, aproveitando-se do enfraquecimento francês, conquistassem os Estados papais. Vale ressaltar que, naquele momento, a França estava sendo derrotada pelos prussianos e, por isso, retirou suas tropas da Itália.

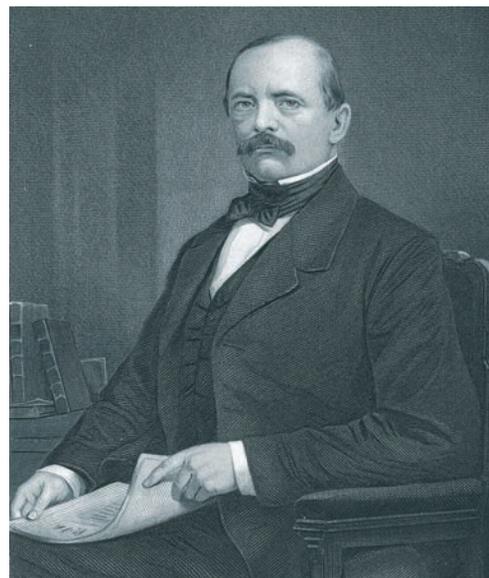
Como o chefe da Igreja Católica e os seus domínios ficaram desprotegidos, as tropas piemontesas não hesitaram e, naquele mesmo ano, asseguraram a conquista dos territórios sob domínio do papa. Estava praticamente completo, portanto, o processo de unificação da Itália, apesar de pequenas regiões — Trieste e Trentino, regiões conhecidas como Itália Irredenta — no norte italiano continuarem sob domínio austríaco até o final da Primeira Guerra, quando foram, então, entregues aos italianos.

Também no século XX, foi resolvido o conflito gerado entre a Igreja Católica e o Estado italiano, conhecido como Questão Romana. O processo de unificação italiana havia desagradado ao papa, que se declarou um prisioneiro dos italianos. A solução, em 1929, veio com o Tratado de Latrão, pelo qual Mussolini, primeiro-ministro da Itália fascista, desejando o apoio da Igreja, criou o Estado do Vaticano, indenizou a Igreja pelos territórios perdidos e instituiu o Ensino Religioso nas escolas italianas.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ

A Confederação Germânica, ratificada pelo Congresso de Viena, era uma entidade política formada por estados alemães e submetida ao controle político da Áustria. Assim como no caso italiano, em 1849, após as revoluções liberais que se alastraram pela Europa, houve uma fracassada tentativa de eliminar o domínio austríaco na região e de promover a unificação. O fracasso do movimento deveu-se ao poderio bélico austríaco e também à atuação das elites germânicas, que, percebendo a participação de operários no processo revolucionário, abandonaram o projeto unificador e criaram meios de facilitar a repressão por parte do Império Austríaco.

Apesar da repressão ao movimento de unificação na primeira metade do século XIX, o projeto de libertar e unificar os estados subordinados aos austríacos não foi abandonado. Nesse sentido, conforme o desejo das elites germânicas, a unificação alemã foi arquitetada por Otto von Bismarck, primeiro-ministro da Prússia e também representante dos *junkers*, grandes proprietários de terras que defendiam o uso da força para a construção do Estado Nacional alemão. Antes de concretizar a sua hegemonia sobre os estados germânicos, no entanto, os prussianos deveriam eliminar por completo a influência austríaca que era exercida na região.

Evert A. Duykinck

Otto von Bismarck

O primeiro passo nesse processo foi a instituição da *Zollverein* (1818), uma tentativa de unificar a economia dos estados germânicos e a da Prússia. O acordo estabelecia uma união aduaneira entre as regiões, o que facilitaria a circulação de seus produtos em toda a Alemanha. Assim, se a Áustria exercia um domínio político sobre os estados germânicos, a partir da criação da *Zollverein*, cabia à Prússia controlar a economia da Confederação, o que gerou uma grande insatisfação por parte dos austríacos.

Além da eliminação das barreiras alfandegárias no comércio entre a Confederação Germânica e a Prússia, esta procurou, principalmente sob o comando de Bismarck, organizar um grande Exército que pudesse fazer frente às forças que se mostrassem contrárias ao projeto unificador. Pode-se afirmar, portanto, que a unificação alemã, assim como a italiana, foi concretizada por meio de diversas guerras, que serão detalhadas a seguir.

Guerra dos Ducados (1864) – Interessadas nos ducados de Schleswig e Holstein, até então vinculados à Dinamarca, a Áustria e a Prússia deixaram suas diferenças de lado para expandirem suas respectivas zonas de influência. Dessa forma, as duas forças se uniram contra a Dinamarca, que não tinha condições de resistir à investida. Conforme havia sido previamente combinado, após a derrota dos dinamarqueses na Guerra dos Ducados, os prussianos ficaram com o controle de Schleswig e aos austríacos coube o controle do ducado de Holstein.

É importante ressaltar que, apesar da união entre a Áustria e a Prússia em uma guerra contra a Dinamarca, o objetivo de Bismarck era realizar um confronto militar com o Império Austríaco, já que a Confederação Germânica continuava politicamente vinculada aos austríacos.

Fases do processo de unificação da Alemanha

Guerra Austro-Prussiana (1866) – Logo após a Guerra dos Ducados, Bismarck alegou que o Império Austríaco havia descumprido o acordo de divisão dos ducados, pois estaria realizando uma má gestão no ducado de Holstein. Esse, no entanto, era apenas um pretexto para iniciar um conflito com os austríacos, que, de fato, veio a ocorrer em 1866. No momento em que a Guerra Austro-Prussiana se iniciou, a Itália, interessada em domínios austríacos, aliou-se à Prússia, o que favoreceu a derrota do Império Austríaco em poucas semanas.

Após a vitória dos prussianos, estes puderam, enfim, eliminar a influência austríaca na região alemã e, assim, criar a Confederação Germânica do Norte, reunindo não só economicamente, como previa a *Zollverein*, mas também politicamente vários estados que, a partir de então, foram integrados aos domínios da Prússia.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – Diante da concretização do projeto unificador alemão, a França, que temia a perda de seu prestígio no continente europeu, manifestou-se contrária à continuidade do processo liderado pela Prússia. Através do seu imperador, Napoleão III, os franceses enviaram diversas cartas ao *kaiser* prussiano, Guilherme I, ameaçando-o quanto às possíveis sanções caso o projeto de unificação fosse levado à frente. Temendo a represália francesa, em uma de suas cartas, Guilherme respondeu a Napoleão, alegando que não pretendia unificar toda a Alemanha. Bismarck, no entanto, não era favorável à postura pacificadora tomada pelo *kaiser* prussiano e, por isso, alterou o conteúdo da carta, fazendo com que esta passasse a ter um tom ameaçador e ofensivo a todo o povo francês. Além de alterar o conteúdo do documento, Bismarck ainda fez com que a carta fosse divulgada pela imprensa, o que tornou o conflito entre a França e a Prússia inevitável.

Como se pode perceber, o objetivo do primeiro-ministro prussiano era eliminar a resistência francesa à unificação alemã, além de fomentar o nacionalismo e unir todos os estados alemães em torno de um inimigo em comum, o que de fato ele conseguiu. Em aproximadamente seis meses, a França foi derrotada pela união dos alemães e Guilherme I foi coroado imperador de toda a Alemanha dentro da Sala dos Espelhos, em pleno Palácio de Versalhes, em território francês.

A França, pelo Tratado de Frankfurt, foi obrigada a entregar a Alsácia e a Lorena para os alemães, regiões ricas em minério de ferro e carvão. A conquista dessas regiões, em 1871, significou a finalização do processo de unificação da Alemanha e contribuiu para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, para os franceses, que tiveram de passar a importar minério de ferro e carvão, a perda dessas regiões acabou criando um forte sentimento de revanche, fator que, em partes, foi responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial logo no início do século XX.

Artista desconhecido

Representação do brasão da Prússia em 1871. Nas asas da águia negra, é possível ler o nome de alguns estados germânicos anexados pelos prussianos.

REFLEXOS NA EUROPA

Itália e Alemanha, após suas unificações, passaram por um intenso processo de industrialização e entraram na corrida imperialista disputando mercados com a Inglaterra e com a França, até então as grandes potências da Europa. O equilíbrio de forças na Europa se alterou e os conflitos tornaram-se latentes. A rivalidade entre os países europeus contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra, afinal, além do revanchismo francês gerado pela perda da Alsácia e da Lorena, as nações alemã e italiana entraram na corrida imperialista atrasadas e acabaram, para atender seus interesses imperialistas, formando uma aliança militar, que foi um dos elementos responsáveis pela deflagração do conflito.

REFLEXOS NO BRASIL

Com as guerras de unificação, o número de pessoas fugindo dos conflitos aumentou. Assim, o fluxo de imigrantes, majoritariamente italianos e alemães, para o Brasil se intensificou, aumentando a oferta de mão de obra, principalmente na cafeicultura. Essa imigração resolveu o problema brasileiro da carência de mão de obra, uma vez que a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibia o tráfico negreiro justamente no momento em que a cafeicultura passava por uma fase de expansão devido ao aumento da demanda no mercado externo.

A expansão do café para o Oeste Paulista, que data da segunda metade do século XIX, levou os cafeicultores da região a buscarem o trabalho assalariado, representado, principalmente, pelo imigrante europeu. Além disso, o governo brasileiro incentivava a vinda desses imigrantes, com base na crença da superioridade europeia, tão em voga no Velho Continente durante o século XIX. As elites brasileiras acreditavam que o negro era inferior e despreparado para o trabalho na indústria, já que o trabalhador europeu tinha experiência nesse ofício.

Vale ressaltar, porém, que, apesar das contribuições que os trabalhadores europeus concederam à agroexportação, estes também tinham experiência na luta operária e foram os líderes do início do movimento operário brasileiro. Os imigrantes, além disso, contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira em várias áreas, como alimentação, cultura, técnicas agrícolas e capitais para o desenvolvimento industrial.

COMUNA DE PARIS (1870)

Quando a França se envolveu na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, Napoleão III foi para a frente de batalha, imaginando que a sua presença iria aumentar o fervor militar de seus soldados, que sofriam sucessivas derrotas para o Exército prussiano, mais bem preparado que o francês. A vitória esperada, no entanto, não aconteceu, e, assim, Napoleão III tornou-se prisioneiro dos prussianos após a Batalha de Sedan. Naquele momento, o imperador francês foi obrigado a assinar a rendição do seu país, decisão que não foi aceita pela população francesa em geral. Diante do impasse instalado no país, o Legislativo da França, que até então auxiliava o rei, se organizou e proclamou uma república na França, conhecida também como Terceira República Francesa.

Essa república, liderada por Thiers, insistiu em manter a soberania francesa e, para isso, manteve as suas tropas na guerra. Mesmo com os esforços empregados pelo novo governo diante dos prussianos, as tropas não resistiram e voltaram a sofrer sucessivas derrotas. Temendo uma rebelião ainda maior, o governo republicano acabou optando pelo mesmo caminho de Napoleão III, ou seja, assinar a rendição, reconhecendo a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana.

Se a atitude dos governistas republicanos assemelhou-se à do imperador deposto, as consequências sofridas pelo regime foram as mesmas e, em 1871, diante do fiasco das tentativas de defesa, as massas de Paris, lideradas por anarquistas e, principalmente, por comunistas, revoltaram-se e tomaram o controle da cidade. Milícias populares formaram-se e foi implantada a gestão operária em várias fábricas durante o período em que a chamada Comuna de Paris comandou as ações da capital francesa.

Durante esse curto período de aproximadamente 72 dias, apesar das evidentes conquistas operárias, houve também uma indecisão entre os *communards*, revolucionários que comandavam o movimento, pois, enquanto alguns achavam que era necessário criar uma aliança com a burguesia, outros defendiam a ideia da luta isolada do povo, sem o auxílio burguês.

Artista desconhecido

Barricada montada pelos communards *em Paris*

Aproveitando a indecisão dos *communards*, as elites parisienses, que haviam sido prejudicadas pela Comuna e temiam a realização de reformas ainda mais profundas, aliaram-se aos prussianos para acabar com a revolta. Assim, a aliança formada entre a alta burguesia francesa e as tropas prussianas derrotou a Comuna através de batalhas que resultaram na morte de milhares de franceses e também na detenção de vários outros. Apesar da aparente derrota do movimento de tendência comunista e anarquista, é importante ressaltar que a Comuna de Paris foi uma das primeiras experiências de governo popular da modernidade, chegando a inspirar Lênin, revolucionário russo de 1917.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

Atores e atrizes de Paris, pouco tempo depois de acabado o confronto entre versalheses e *communards*, eram convidados a encenar os principais episódios da Comuna. Cenas de massas em que os "vilões" eram os *communards*. Para que essas encenações? Para tirar fotos, a arte então em moda em Paris. E de muitas dessas fotos hoje não é possível dizer com certeza se correspondem à realidade ou a uma reconstrução "mitológica". Bem, essa linha difusa de separação, a encontramos permanentemente presente em tudo o que diz respeito à Comuna. Mas ela não parece ser apenas esse tênue fiapo com que se mantêm juntas a reconstrução fotográfica e a realidade. É, na verdade, produto radical de uma transfiguração do espaço histórico que permite que uma guerra entre nações vá se deslizando passo a passo em direção a uma guerra civil. Não há história da Comuna se não se faz a história dessa transfiguração.

No entanto, não são essas as linhas historiográficas mais frequentes. Os historiadores da "nação francesa" vêem a Comuna como um momentâneo desvio de rota, uma excrescência originada na derrota francesa às mãos de Bismarck. Basta uma rápida consulta a Seignobos para exemplificar esse modelo de tratamento. Por sua parte, os historiadores do "movimento operário" – aqui, por exemplo, bastaria uma não menos rápida pesquisa nos volumes escritos por Édouard Deolléans – interpretam-na como um ensaio vigoroso, talvez prematuro, da primeira caminhada revolucionária dos movimentos operários europeus, cheia de ensinamentos para os movimentos sociais posteriores. Não é sustentável, porém, a idéia de que a Comuna surge em um momento de "descuido" da nação em guerra exterior, como também não é convincente o elo rígido que a une aos movimentos revolucionários contemporâneos. Nem uma "exceção", nem uma "necessidade"; ou, dito de melhor forma, ela parece ter muito de "necessária" aí onde os historiadores tradicionais a vêem como um assalto inesperado e fora de qualquer regra, e parece ter muito de descuido e de "excepcionalidade" aí onde os historiadores dos movimentos trabalhistas a vêem como o anúncio inexorável, apenas um pouco corrigível e modelável, que pede e reproduz infinita e linearmente seus herdeiros. Se essas nuanças são válidas, elas justificarão este livro e seu duplo distanciamento (por diferentes razões) a respeito das duas grandes abordagens que, contemporâneas à própria Comuna, vêm nos dizendo uma ou outra vez como sonharam, como lutaram e como morreram os homens que ocuparam o Hôtel de Ville durante março, abril e maio de 1871.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris*: os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114-115.

Texto II

Na Paris sitiada, a lógica da guerra civil.

Quando chega a Paris a notícia de Sedan – Bonaparte III e o marechal Mac Mahon presos pelos prussianos –, os deputados republicanos, reunidos no Palais Bourbon, a velha sede do Legislativo, não duvidam. Era preciso não deixar escapar essa oportunidade única que lhes oferecia a marcha da guerra. É domingo em Paris e se proclama a República. Estamos a 4 de setembro de 1870. Dúvidas e hesitações. Onde proclamá-la? Uma voz, muitas vozes: "Ao Hôtel de Ville!" A partir de então, os acontecimentos terão como epicentro o edifício da municipalidade de Paris, antiga construção de linhas renascentistas, muito severas, datada de meados do século XVI. Sempre associado às insurreições urbanas, o velho prédio cairá com a Comuna, menos de um ano depois, entre as chamas de um fantástico incêndio. Entre gritos esparsos de "Vive la Commune" – um presságio – começa sua marcha à República, em mãos de um governo de defesa nacional, cuja tarefa principal será a de prosseguir a guerra que o Império tinha começado com tão pouco êxito. Diz-se "defesa nacional" como no século seguinte se dirá "resistência".

Todos estão de acordo quanto a isso.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris*: os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 30-31.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Cesgranrio) Os movimentos nacionais, na Alemanha e na Itália, na 2ª metade do século XIX, além das diferenças políticas, têm como objetivo a

A) unidade política e econômica como requisito para o desenvolvimento capitalista através do fortalecimento do Estado e da integração geográfica dos mercados.

B) independência econômica frente à intervenção econômica inglesa com a manutenção de estruturas de produção medievais.

C) valorização do arianismo como instrumento de recuperação do homem germânico e italiano e criador do "espaço vital".

D) construção de um Estado forte inspirado nos modelos orientais como base política para a recuperação da posição que Itália e Alemanha haviam ocupado no final do século XVIII.

E) manutenção de uma política de proteção territorial contra os interesses franceses, resultantes da expansão napoleônica, assentados numa perspectiva política conservadora.

02. (Cesgranrio) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa **CORRETA** sobre o processo de unificação da Alemanha (1871) e da Itália (1870).

A) Na Itália, a proclamação da República por Giuseppe Garibaldi, líder do movimento carbonário e republicano, estabilizou economicamente o país, permitindo a fixação das fronteiras internacionais italianas e sua unificação interna.

B) Na Itália, com o apoio do papa Pio IX, o movimento unificador difundiu-se a partir da cidade de Roma, sendo contrário aos interesses econômicos da burguesia do Piemonte e do norte do país.

C) Na Alemanha, Bismarck implementou a unificação com a ajuda econômica e militar do Império Austríaco, opondo-se à política separatista da Prússia de Guilherme I.

D) A criação da União Alfandegária (*Zollverein*) entre os estados alemães desenvolveu a industrialização e a economia da Confederação Germânica, culminando na unificação política com a criação do Segundo *Reich* (Império) Alemão.

E) Ambos os processos unificadores resultaram da derrota dos movimentos nacionalistas locais frente à reação das forças monárquicas reunidas pelo Congresso de Viena.

03. (UFTM-MG–2010) Pode-se apontar como característica comum das unificações da Alemanha e da Itália

A) a criação de uma república liberal, comandada pela pequena burguesia e ligada às tradições românticas do século XIX, em especial com a música.

B) a participação de todas as classes – em especial do operariado – associada à constituição de uma monarquia que respeitava as culturas regionais.

C) o apoio militar da Áustria para efetivar os interesses nacionais dos povos que lutavam contra as forças reacionárias francesas e do papado.

D) a ação inglesa contra as forças reacionárias que, apoiadas nas decisões do Congresso de Viena, impediam a formação de novos Estados.

E) o fato de esse processo ter sido liderado pelas classes dominantes de regiões de crescente industrialização.

04. (PUC-SP) A Itália foi uma nação que se unificou tardiamente, na segunda metade do século XIX. Levando em conta os fatores históricos desse processo, é **INCORRETO** afirmar que

A) as determinações do Congresso de Viena (1814-1815) assinalaram a divisão da Itália em sete estados, submetidos parcialmente à ocupação austríaca.

B) o norte da Península Itálica era industrializado, com investimentos nos setores mecânicos e ferroviários, na instalação de companhias de créditos e no estabelecimento de bancos e redes comerciais.

C) após a unificação, a burguesia do sul da Península Itálica promoveu um desenvolvimento capitalista a partir de um intenso surto de industrialização.

D) interessava à burguesia do norte da Península Itálica superar todos os obstáculos que emperravam o crescimento capitalista. A Península Itálica, dividida em vários reinos, apresentava diversas leis e impostos que retardavam a livre-circulação das mercadorias.

E) no norte da Península Itálica evidenciou-se a formação de uma burguesia industrial interessada em fortalecer os empreendimentos capitalistas, combatendo o domínio das forças conservadoras.

05. (CEFET-PR) Sobre a unificação italiana, é **CORRETO** afirmar que

I. após o Congresso de Viena, a Itália foi dividida e transformada numa simples "expressão geográfica", motivando o *Risorgimento*.

II. a liderança na luta pela unificação coube ao reino de Piemonte-Sardenha, sob orientação de Benito Mussolini.

III. foi na década de 1870 que os italianos conquistaram Roma e completaram a unificação.

IV. a conquista da unidade deu origem à Questão Romana, monarquia italiana *versus* papa, que só foi resolvida com o Tratado de Latrão, em 1929, quando foi criado o Estado do Vaticano.

Das proposições anteriores, são **CORRETAS** somente

A) II, III e IV.

B) I, III e IV.

C) I, II e III.

D) I e IV.

E) I e II.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FUVEST-SP) *Fizemos a Itália, agora temos de fazer os italianos.*

Ao invés da Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia.

Essas frases, sobre as unificações italiana e alemã,

A) aludem às diferenças que as marcaram, pois, enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para capital, contemplou todas as regiões.

B) apontam para as suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrentes do passado fascista, no caso italiano, e nazista, no alemão.

C) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das duas unificações, imposta pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.

D) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática e a italiana foi democrática e popular.

E) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter impositivo de processo liderado por Cavour, na Itália, e por Bismarck, na Alemanha.

02. (Mackenzie-SP) A unificação política da Alemanha (1870-1871) teve como consequências

A) a ruptura do equilíbrio europeu, o revanchismo francês, a revolução industrial alemã e política de alianças.

B) enfraquecimento da Alemanha e miséria de grande parte dos habitantes do sul, responsável pela onda migratória do final do século XIX.

C) a anexação da Alsácia e Lorena, o empobrecimento do *Zollverein* e a retração do capitalismo.

D) corrida colonial, revanchismo francês, enfraquecimento do *Reich* e anexação da Áustria.

E) o equilíbrio europeu, a aliança com a França, a formação da união aduaneira e a Liga dos Três Imperadores.

03. (PUC RS) Em 1871, alterava-se profundamente o quadro geopolítico europeu com a conclusão do processo de unificação da Alemanha sob hegemonia prussiana e a criação do Segundo *Reich*. É **CORRETO** afirmar que um componente político fundamental da estratégia prussiana de unificação foi o __________, tendo como base social decisiva __________ .

A) republicanismo, a alta burguesia

B) nacional-socialismo, os operários fabris

C) militarismo, a aristocracia fundiária

D) nacional-socialismo, a alta burguesia

E) militarismo, os operários fabris

04. (UFRGS–2006) Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que está **CORRETA** em relação ao processo de unificação italiana, concluída na segunda metade do século XIX.

A) O Congresso de Viena concluiu o processo de integração nacional italiano na medida em que este veio ao encontro dos interesses das elites locais.

B) O processo de unificação nacional resultou das fortes pressões da burguesia do sul do país, cuja economia demandava um mercado interno homogêneo, dinâmico e integrado para a colocação da sua moderna produção industrial.

C) A construção do Estado Nacional implicou enfrentar e expulsar as tropas de ocupação pertencentes aos impérios Britânico, Russo e Espanhol, estabelecidas na Península Itálica desde os acontecimentos de 1848.

D) O movimento de unificação partiu das áreas mais industrializadas, teve forte presença de uma burguesia interessada na ampliação do mercado interno e foi sustentado pela ideologia do nacionalismo.

E) A consolidação da formação do Estado Nacional italiano ocorreu com a anuência do papa Pio IX e o reconhecimento, pelo primeiro-ministro Cavour, da existência e da soberania do Estado do Vaticano, após as negociações da Questão Romana.

05. (UNESP) As unificações políticas da Alemanha e da Itália, ocorridas na segunda metade do século XIX, alteraram o equilíbrio político e social europeu. Entre os acontecimentos históricos desencadeados pelos processos de unificações, encontram-se

A) a ascensão do bonapartismo na França e o levante operário em Berlim.

B) a aliança da Alemanha com a Inglaterra e a independência da Grécia.

C) o nacionalismo revanchista francês e a oposição do papa ao Estado italiano.

D) a derrota da Internacional Operária e o início da União Europeia.

E) o fortalecimento do Império Austríaco e a derrota dos fascistas na Itália.

06. (UEL-PR) Sobre a unificação da Itália (1870) e a da Alemanha (1871), analise as afirmativas a seguir:

I. Os movimentos liberais, que nesses países assumiram um aspecto fortemente nacionalista, tiveram importante participação no processo de unificação.

II. A ausência de guerras ou revoltas marcou a unificação italiana e alemã.

III. O processo de unificação acelerou o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e na Itália, o que resultou em disputas que desembocaram na Primeira Guerra Mundial.

Assinale a alternativa **CORRETA.**

A) Apenas a afirmativa II é verdadeira.

B) Apenas a afirmativa III é verdadeira.

C) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

D) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

E) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

07. (PUC Minas) No processo de unificação da Itália de meados do século XIX, destacam-se, **EXCETO**

A) a preocupação da burguesia em evitar qualquer aliança com a massa camponesa.

B) a permanência de um sistema oligárquico que garante os interesses dos grandes proprietários da terra.

C) a ação dos liberais moderados, liderado por Cavour, para impedir as tentativas revolucionárias.

D) a obtenção da unidade através do alargamento do estado piemontês e não de um movimento nacional.

E) o papel decisivo dos movimentos populares para a concretização da unidade italiana.

08. (UFRGS–2007) A unificação alemã, habilmente arquitetada por Otto von Bismarck, realizou-se em torno de guerras bem-sucedidas contra potências vizinhas.

Assinale a alternativa **CORRETA** em relação às motivações e aos acontecimentos que desencadearam esse processo de unificação.

A) A fragmentação política obstaculizava o pleno desenvolvimento comercial e industrial da região. A unificação promoveria um mercado ágil e ampliado, com condições de enfrentar a concorrência inglesa através da proteção governamental.

B) A unificação foi liderada pela Áustria, o mais poderoso dos estados germânicos e sucessora do extinto Sacro-Império, capaz de eliminar as pretensões da Prússia. Aliado da França, o país austríaco contou com o seu apoio para vencer as resistências germânicas do sul.

C) A constituição, redigida por Bismarck, inaugurou uma era democrática nos estados alemães, sob influência dos ideais da Revolução Francesa, baseados na soberania e na participação popular.

D) As decisões do Congresso de Viena, ao reconhecerem o direito de independência da Alemanha, foram fundamentais para a consolidação da unificação, pois inibiram as pretensões italianas aos territórios do sul da Alemanha.

E) O processo de unificação alemã contou com o apoio da França, que, acossada pela supremacia britânica, via no novo Estado um importante aliado na corrida imperialista.

09. (UFMG) Sobre a unificação alemã no século XIX, Marionilde Magalhães afirma:

Desde o final do século XVIII, a criação de inúmeras associações resultou num determinado patriotismo cultural e popular, num território dividido em estados feudais dominados por uma aristocracia retrógrada. Tais associações se dirigem à nação teuta, enfatizando o idioma, a cultura e as tradições comunitárias, elementos para a elaboração de uma identidade coletiva, independentemente do critério territorial. E, de fato, esse nacionalismo popular, romântico-ilustrado (uma vez que pautado no princípio da cidadania e no direito à autodeterminação dos povos), inspirará uma boa parcela dos revolucionários de 1848. Mas não serão eles a unificar a Alemanha. Seus herdeiros precisarão aguardar até 1871, quando Bismarck realiza uma revolução de cima, momento em que, em virtude do poderio econômico e da força militar da Prússia, a Alemanha se unifica como Estado forte, consolidando a sua trajetória rumo à modernização.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. A Reunificação: enfim um país para a Alemanha? *Revista Brasileira de História.* São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 28. 1994. p. 102. (Adaptação).

Tendo-se como referência essas considerações, pode-se concluir que

A) o principal fator que possibilitou a unificação alemã foi o desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, iniciado com o estabelecimento do *Zollverein* – liga aduaneira que favoreceu os interesses da burguesia.

B) a unificação alemã atendeu aos interesses de uma aristocracia rural desejosa de formar um amplo mercado nacional para seus produtos, alicerçando-se na ideia do patriotismo cultural e do nacionalismo popular.

C) na Alemanha, a unificação nacional ocorreu, principalmente, em virtude da formação de uma identidade coletiva baseada no idioma, na cultura e nas tradições comuns.

D) na Alemanha, a unificação política pôde ultrapassar as barreiras impostas pela aristocracia territorial, que via no desenvolvimento industrial o caminho da modernização.

10. (UFG–2006) A unificação italiana, no final do século XIX, ameaçou a integridade territorial da Igreja. Esse impasse resultou

A) no reforço dos sentimentos nacionalistas na Itália, provocando a expropriação das terras da Igreja.

B) no envolvimento da Igreja em lutas nacionais, criando congregações para a expansão do catolicismo.

C) na adoção de atitudes liberais pelo papa Pio IX, como forma de deter as forças fascistas.

D) na assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando Mussolini criou o Estado do Vaticano.

E) no *Risorgimento*, processo em que segmentos ligados à Igreja defenderam a Itália independente.

SEÇÃO ENEM

01. A História possui rupturas e permanências, em que determinados processos se assemelham e, alguns, até se repetem. Dentro da história europeia, é possível observar permanências durante o longo processo de construção de nacionalidade da Alemanha e na atual tentativa de promover a unificação europeia.

Podemos considerar como pontos comuns a esses dois momentos distintos da Europa:

A) Nos dois momentos, há a presença de uma economia forte que pretende se expandir a partir de uma unificação econômica.

B) Nos dois momentos, os objetivos principais foram atingidos a partir de um conflito armado de grandes proporções.

C) A Inglaterra assumiu a liderança nos dois momentos citados, devido à sua visão cosmopolita da sociedade europeia.

D) A eliminação do xenofobismo foi um elemento que garantiu o sucesso das unificações nos momentos citados.

E) A rivalidade entre França e Alemanha atrasou tanto a unificação alemã quanto a formação da União Europeia.

02. A unificação da Itália foi dificultada pelo controle que o Império Austro-Húngaro exercia em alguns estados do norte da Itália e pela presença de Estados sobre o controle do papado. Dessa forma, a centralização política foi viabilizada graças

A) à presença de um estado livre e independente, o Piemonte-Sardenha, que liderou esse processo.

B) ao fortalecimento do papado, que desejava criar uma unidade religiosa na Itália, região de influência protestante.

C) à liderança de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte, ferrenho defensor do republicanismo.

D) ao grande desenvolvimento econômico do Sul, desenvolvido industrialmente, que liderou a unificação.

E) ao apoio dado à Itália pela França, que desejava ter um aliado católico, na Europa, para se opor à Inglaterra anglicana.

GABARITO

Fixação

01. A
02. D
03. E
04. C
05. B

Propostos

01. C
02. A
03. C
04. D
05. C
06. D
07. E
08. A
09. A
10. D

Seção Enem

01. A 02. A

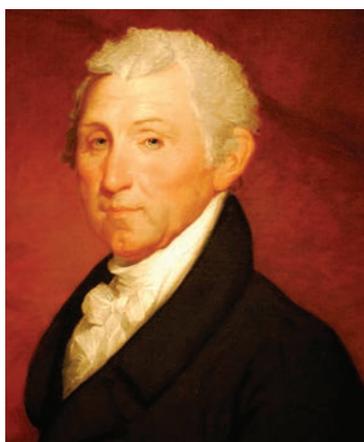
HISTÓRIA

MÓDULO 19 FRENTE A

Estados Unidos no século XIX

O século XIX foi importante para a história dos Estados Unidos, pois foi o momento da expansão territorial e do desenvolvimento econômico e bélico, o que fez com que as Treze Colônias se transformassem em um dos maiores países do mundo. No início daquele século, já era propagada a doutrina do Destino Manifesto, que defendia a superioridade dos estadunidenses. Segundo essa ideologia, os Estados Unidos tinham recebido de Deus a missão de levar o desenvolvimento a toda a América, favorecendo, assim, a postura imperialista do país.

Data do século XIX, também, a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1812-1815). Naquele contexto, a Inglaterra, envolvida nas guerras napoleônicas, passou a apreender navios e a utilizar suas tripulações nos navios de guerra ingleses. Como existiam embarcações estadunidenses entre as apreendidas pelos ingleses, houve um embate diplomático entre as duas nações, o que acabou desembocando em um conflito entre a Inglaterra e a sua ex-colônia. Uma vez que os Estados Unidos não estavam envolvidos em outros conflitos, estes venceram a guerra, consolidando de uma vez por todas a Independência das Treze Colônias.

Fortalecidos ainda mais após a Segunda Guerra de Independência, os estadunidenses lançaram, em 1823, a **Doutrina Monroe**. O então presidente, James Monroe, fez um discurso alegando que não aceitaria a interferência europeia na América e que qualquer tentativa de recolonização seria considerada um ataque aos Estados Unidos. É importante ressaltar que, ao utilizarem a frase "A América para os americanos", os estadunidenses defendiam não só o interesse dos colonos americanos que buscavam sua soberania, mas também os seus próprios interesses, no intuito de exercer um domínio hegemônico sobre o continente americano.

Artista desconhecido

Presidente James Monroe

EXPANSÃO TERRITORIAL

A expansão territorial dos Estados Unidos relaciona-se com sua expansão imperialista e com o Destino Manifesto. Inicialmente, o país se restringia ao território das antigas Treze Colônias, e, por isso, a conquista do oeste significaria a expansão de mercado e a aquisição de novas terras para o cultivo de monoculturas de exportação ou agricultura para o mercado interno.

Dando início ao projeto expansionista, os estadunidenses, em 1803, compraram de Napoleão Bonaparte, imperador da França, que estava em guerra contra a Inglaterra, o território de Louisiana, por 15 milhões de dólares. Em 1819, foi a vez da compra da Flórida, que pertencia à Espanha, favorecendo, assim, o acesso às Antilhas.

O número enorme de colonos no México levou à Independência do Texas, em 1836. Em 1845, para impedir a influência da Inglaterra e da França, os Estados Unidos, com a anuência da própria população local, anexaram o Texas.

Em 1848, após uma guerra contra o México, os estadunidenses deram um importante passo para a sua empreitada sobre o Pacífico. Pelo Tratado de Guadalupe-Hidalgo, o México perdia 2 milhões de quilômetros quadrados, que abrigariam posteriormente regiões que possuíam jazidas de ouro, como os estados da Califórnia, do Novo México, do Arizona, de Utah e de Nevada.

Vale ressaltar ainda que, em 1867, os Estados Unidos compraram o Alasca da Rússia, ampliando, assim, a sua produção de petróleo, uma vez que o estado é um grande produtor petrolífero.

A partir da segunda metade do século XIX, ou seja, concomitantemente ao processo de expansão territorial, vários homens partiram para o oeste, porção pouco habitada e vista como uma terra sem leis. As regiões mais procuradas eram a Califórnia, o Colorado e Nevada, que, juntas, tinham uma população que não ultrapassava 400 000 pessoas.

Além de apresentar a possibilidade de extração aurífera – o que proporcionou a corrida do ouro e, logo, a obtenção de uma renda *per capita* elevada –, essa região favorecia a caça de animais, como o castor e o bisão, o cultivo da cana-de-açúcar e de algodão, a pecuária e o comércio.

Apesar de ter sido importante para o desenvolvimento dos Estados Unidos, a Marcha para o Oeste provocou a morte de milhares de indígenas que habitavam a região. O choque com os nativos foi inevitável, pois a incorporação dos indígenas à nova cultura americana não estava prevista na doutrina do Destino Manifesto, que pregava a superioridade dos estadunidenses diante das demais etnias. Assim, além de não respeitarem os legítimos donos das terras a oeste, os estadunidenses se limitaram a demarcar pequenas porções de terras para as poucas tribos que conseguiram sobreviver à Marcha para o Oeste.

Devemos ressaltar, ainda, que, mesmo após a grande expansão territorial garantida pelos Estados Unidos durante o século XIX, estes continuaram expandindo suas fronteiras, exercendo um forte imperialismo, principalmente na América do Norte e na América Central. Apesar de o México ter sido o país mais prejudicado territorialmente, devido à sua proximidade com os Estados Unidos, outras nações, como Cuba e Porto Rico, sofreram intervenções militares por parte dos estadunidenses, que, principalmente no final do século XIX, adotaram essa tática militar para viabilizar seus interesses econômicos. Essa política de intervenção, que afetou toda a América e favoreceu o imperialismo estadunidense, ficou conhecida como *Big Stick*.

GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)

A Guerra Civil americana, também conhecida como Guerra de Secessão, foi um dos eventos mais importantes para o desenvolvimento dos Estados Unidos, pois, apesar de ter deixado um saldo de mais de seiscentos mil mortos e de ter destruído grande parte da produção de algodão do sul, o conflito contribuiu para o avanço das forças produtivas capitalistas no país. Para compreender melhor o conflito deflagrado no século XIX, entretanto, é necessário remontar o contexto do século XVIII, quando as divergências internas entre os estadunidenses já se demonstravam latentes. Mesmo com a vitória dos colonos nas lutas pela emancipação em 1776, a realidade do país ainda era muito heterogênea, pois o norte, mais voltado às atividades industriais, e o sul, majoritariamente agrário, divergiam em várias questões, criando um ambiente propício à eclosão de uma guerra civil.

Algumas questões foram fundamentais para o início da Guerra de Secessão. A primeira delas foi a **questão alfandegária**: o norte advogava a favor do protecionismo alfandegário com o objetivo de evitar a concorrência estrangeira aos seus produtos industrializados. Já o sul estava a favor da diminuição das barreiras alfandegárias, pois era consumidor e queria estimular a concorrência, diminuindo os preços finais dos produtos industrializados. Diante do impasse gerado, o governo estadunidense buscou amenizar a situação por meio da adoção de tarifas alfandegárias moderadas, sendo que estas seriam aumentadas gradativamente a cada ano. Mesmo com a intervenção do governo dos Estados Unidos, a situação continuou não sendo favorável nem ao norte nem ao sul, o que fomentou ainda mais a animosidade entre esses dois lados.

O segundo impasse interno entre os estadunidenses girava em torno da **questão escravista**: o norte visava à expansão do mercado consumidor interno para os seus produtos e, por isso, defendia a abolição da escravidão e, logo, a adoção do trabalho assalariado. Posto que nos estados do sul a economia era agroexportadora e a mão de obra predominante era a escrava negra, os sulistas eram contrários à abolição, o que caracterizou mais um conflito de interesses dentro de um país claramente dividido politicamente.

Como as leis eram criadas pelo Congresso dos Estados Unidos, formado por representantes do norte e do sul, surgiu um novo problema, a **questão da expansão para o oeste**. À medida que as terras a oeste iam sendo incorporadas aos Estados Unidos e ocupadas, estas se tornavam estados. Havia, então, a preocupação por parte do norte e do sul se esses novos estados seriam abolicionistas ou escravistas. A fim de manter o equilíbrio, um dos mecanismos adotados foi o Acordo do Missouri (1820), determinando que todo estado surgido acima do paralelo de 36º 30′ deveria ser abolicionista, e os estados surgidos abaixo desse paralelo deveriam ser escravistas. Como esse paralelo corta o território dos Estados Unidos quase ao meio, pretendia-se, com isso, manter a harmonia entre abolicionistas e escravistas no Congresso.

Apesar da tentativa da imposição de um equilíbrio, em 1849, a Califórnia, estado abaixo do paralelo, pediu a sua entrada na União como estado abolicionista, e o pedido foi aprovado pelo Congresso. Em 1850, foi a vez de o Novo México mostrar a fragilidade do Acordo do Missouri. Diante dos precedentes abertos, portanto, o governo instituiu o Compromisso de 1850, que facultava aos novos estados a decisão sobre a questão da escravidão e, ao mesmo tempo, criava um clima ainda mais favorável à guerra civil.

As decisões tomadas pelo governo estadunidense, na segunda metade do século XIX, revelavam claramente que os estados sulistas estavam com menos influência política do que os estados nortistas. A diferença era tanta que, nas eleições presidenciais de 1860, o vencedor foi Abraham Lincoln, candidato republicano que havia feito uma campanha aberta em favor do protecionismo e do abolicionismo. Não aceitando a derrota, a Carolina do Sul, seguida por mais dez estados, declarou-se em secessão, formando os Estados Confederados com a capital em Richmond e tendo por presidente Jefferson Davis.

Diante da separação dos sulistas, Lincoln, o presidente de fato, argumentou a favor da **questão da União**, o que talvez tenha sido o principal elemento responsável pela guerra. Lincoln dizia que a manutenção da União era mais fundamental que a abolição e, de acordo com ele, se fosse necessário manter a escravidão para manter a União, ele o faria. Por isso, em 1861, não aceitando a separação do sul, o norte se empenhou para reincorporar os estados sulistas ao país e, assim, iniciou-se o mais violento conflito da história dos Estados Unidos da América.

Perante a investida nortista, o sul levava vantagem, pois sua população estava acostumada a atirar, a caçar e a montar. Além disso, estava defendendo o seu próprio território, que conhecia bem. Por outro lado, o norte tinha um maior contingente populacional, algo em torno de onze milhões a mais de pessoas, lembrando que um percentual enorme do sul era composto de escravos. O norte possuía também uma melhor rede de transportes, favorecendo a movimentação de tropas e armas e maior autossuficiência industrial. Tais recursos, portanto, faziam com que o sul se tornasse dependente dos produtos industrializados do norte e da Europa. Dessa forma, uma das saídas adotadas pelos nortistas durante a guerra foi a realização de um bloqueio marítimo, o que impedia os Confederados de venderem sua produção agrícola e comprarem armas junto aos europeus.

Durante os conflitos, Lincoln, atuando como presidente dos Estados Unidos, além de bloquear as vias de acesso aos estados do sul, tomou duas medidas fundamentais para a vitória dos nortistas. A primeira foi o *Homestead Act* (1862), que previa a doação de terras no oeste para quem fosse viver na região por 5 anos sem utilizar mão de obra escrava; com isso, houve um significativo esvaziamento da guerra e o aumento da expansão rumo ao oeste.

Anthony Berger

Abraham Lincoln, presidente eleito em 1860

A segunda foi a Abolição da Escravidão (1863), que permitiu a participação dos negros no Exército, além de provocar a fuga de milhares de negros do sul para o norte, aumentando mais ainda o contingente militar da União. Apesar da conquista por parte dos escravos, é importante ressaltar que os negros tiveram de servir por mais tempo, usar armas inferiores e ganhar menos que os soldados brancos. Assim, a consequência foi, ao final da guerra, um número de soldados negros mortos três vezes maior do que o de soldados brancos.

Após os quatro anos de duração da Guerra Civil, o general confederado Robert Lee se rendeu ao comandante do Exército do norte, general Ulysses Grant, em 1865. Naquele ano, portanto, foi determinado o final dos combates e a reincorporação dos estados do sul aos Estados Unidos. Além de garantir a recomposição dos estadunidenses, os conflitos renderam também a morte de Abraham Lincoln, que, cinco dias antes do final da guerra, foi assassinado por John Booth, um ator sulista.

ESTADOS UNIDOS APÓS A GUERRA

A Guerra Civil americana matou mais estadunidenses do que as duas Grandes Guerras e a do Vietnã juntas – no total, foram mais de 600 000 pessoas. Se, por um lado, a guerra gerou uma grande perda humana e material, ao final dos conflitos, dada a vitória do norte, a política protecionista e industrializante foi colocada em prática em todo o território dos Estados Unidos. Desde então, foi registrado um grande desenvolvimento industrial e populacional, o incentivo à instalação de imigrantes, a ampliação da malha ferroviária e a mecanização da agricultura, fatores fundamentais para o fortalecimento do capitalismo no país.

No campo social, houve a aprovação da 13ª Emenda, que ratificava a abolição da escravidão, e da 14ª Emenda, que concedia alguns direitos civis aos negros. Porém, na prática, a situação dos negros era difícil, pois existiam leis discriminatórias em alguns estados, que chegavam mesmo a proibir o casamento de negros com brancos. Surgiram grupos como a Ku Klux Klan, os Cavaleiros da Camélia Branca, os Cavaleiros do Sol Nascente, entre outros. Esses grupos, formados por brancos radicais, perseguiam os negros e seus aliados, promovendo linchamentos em grande parte dos estados do país.

Denver News / Creative Commons

Membros da Ku Klux Klan durante uma cerimônia

A mais importante consequência da Guerra, no entanto, talvez tenha sido a expansão da influência estadunidense para além de seu território. Os Estados Unidos, após o conflito interno, passaram a se dedicar a uma expansão ideológica, cultural, política e econômica que ultrapassava os seus limites territoriais. Tal postura seria fundamental para as pretensões do país, que, durante o século XX, foi hegemônico no continente americano.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

Guerra Civil americana

A Guerra Civil norte-americana (1861-1865) merece a atenção do estudante brasileiro por diversos motivos. Primeiro, foi uma guerra que marcou profundamente a evolução histórica dos Estados Unidos da América (EUA). Até essa guerra, todos os conflitos políticos mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, do norte e do sul, tinham sido resolvidos, adiados ou escamoteados entre as linhas da Constituição de 1787, e através de processos pacíficos de barganha, conchavo, negociação e voto. A guerra representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução. Foi uma prova de que, mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos políticos.

O total dos mortos ajuda a apreciar a magnitude desse evento traumático para os EUA. Calcula-se que um total de 618 000 americanos combatentes morreram nos dois lados, um total que excede o de todos os mortos americanos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918, com 125 000 mortos americanos); na Segunda Guerra Mundial (1939-1945, com 322 000 mortos americanos), na Guerra da Coreia (1950-1953, com 55 000 mortos americanos) e na Guerra do Vietnã (1961-1975, com 57 000 mortos americanos).

Em segundo lugar, essa guerra lembra vários aspectos da história do Brasil, quando questões semelhantes surgiram. Para começar, a guerra foi uma reação a um movimento separatista. O sul declarou a sua independência do norte e estabeleceu uma nova nação, os Estados Confederados da América (ECA). O norte teve de invadir o sul e lutar por quatro anos até destruir esse separatismo. Da mesma forma, o governo imperial brasileiro teve de reprimir com armas a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824, a República de Piratini e a República Catarinense, criadas pela Revolução dos Farroupilhas no Rio Grande do Sul, em 1835-1845.

A abolição da escravidão foi outra questão que convulsionou a vida política dos EUA e do Brasil, no século XIX. No sul dos EUA, a escravidão foi tão importante quanto nas regiões brasileiras de grande lavoura. Em ambos os países, os setores escravistas passaram a maior parte do século à procura de maneiras de preservar essa relação de trabalho contra as restrições gradativamente colocadas por grupos fora desses setores. Mas nos EUA a abolição final foi imposta a ferro e fogo pela vitória do norte no fim da Guerra Civil, enquanto no Brasil a abolição resultou de uma combinação de longas campanhas de mobilização popular, das revoltas dos próprios escravos e do oportunismo dos escravocratas, que, antes da abolição, já acharam substitutos para os seus escravos, ou entre os trabalhadores nacionais, ou entre os imigrantes estrangeiros.

Finalmente, muitos historiadores norte-americanos entendem a Guerra Civil como um conflito entre duas sociedades diferentes: a do norte, baseada nas manufaturas e caminhando rapidamente para a industrialização, e a do sul, baseada na economia agrária de exportação e procurando expandir a área dessas lavouras. Embora em escala bem menor, e em data bem posterior, o Brasil também experimentou momentos de atrito entre o setor nascente das manufaturas e o setor agrário, como nos debates sobre o nível de tarifas aduaneiras na Primeira República. É notável, entretanto, que a historiografia brasileira moderna em geral reconheça uma certa complementaridade dos interesses dos industriais e dos grandes agricultores, ao contrário da situação nos EUA no século passado.

Os paralelos entre a história dos EUA e a do Brasil, nessas questões de separatismo, abolição e competição entre a indústria e a agricultura, convidam a uma reflexão bem maior sobre a razão pela qual, no Brasil, tais questões encontraram um encaminhamento e uma solução às vezes bastante diferente dos encontrados pelos EUA, e o que isso teria a ver com as diferenças atuais entre as políticas, as economias e as sociedades dos dois países. Ao longo dessa história, que aliás não pretende fornecer mais do que uma introdução ao estudo da guerra, procuraremos levantar diversos pontos de comparação específica entre os EUA e o Brasil, no século XIX. Caberia ao leitor, entretanto, partir dessas informações para desenvolver as suas próprias explicações das diferenças.

EISENBERG, Peter Louis. *Guerra Civil americana*.
São Paulo: Brasiliense, 1982.

Texto II

A guerra dos ricos... travada pelos pobres

A Guerra de Secessão, iniciada com um ataque confederado ao Forte – I Sumter, em abril de 1861, foi considerada como a primeira das grandes guerras modernas. "Durante quatro longos anos a luta continuou, com enormes perdas de vidas de ambos os lados (620 000 mortos). Primeiro, ambos os lados recrutaram voluntários; depois, os homens eram convocados para o Exército. Isso causou profundo ressentimento, tanto no norte como no sul. Tanto em um como em outro lado era permitido pagar substitutos para prestar o serviço militar. No sul havia muitas brechas nas leis de convocação, através das quais escapavam os proprietários de grandes plantações, ou os que possuíam mais de 15 escravos (isto quando a guerra tinha sido provocada por eles mesmos). No norte, um indivíduo convocado podia ser isento da convocação se pagasse ao governo 300 dólares. Não se admira que muitas pessoas pobres se referissem à guerra como 'a guerra dos ricos na qual lutam os pobres'."

HUBERMAN, Leo. *Nós, o povo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFU-MG) Entre os diversos fatores que contribuíram para o rápido desenvolvimento industrial e agrícola dos Estados Unidos no século XIX, podemos destacar:

I. A construção das ferrovias transcontinentais, que aceleraram a conquista do oeste, atraindo mais imigrantes.

II. A criação de um sistema bancário de âmbito nacional, baseado no poderio econômico dos grandes bancos estatais de cada estado da União.

III. A redução ou eliminação significativa das tarifas aduaneiras, como forma de estimular a concorrência da indústria local com as europeias.

IV. O aperfeiçoamento técnico dos transportes e das comunicações, com o desenvolvimento do telégrafo, das ferrovias e das hidrovias.

V. O afluxo de capitais europeus, investidos na agricultura e nas bolsas de valores.

Assinale

A) se apenas I e IV forem corretas.

B) se apenas II e III forem corretas.

C) se apenas III e IV forem corretas.

D) Se apenas I e II forem corretas.

E) se apenas I e V forem corretas.

02. (UFMG) Leia este trecho de documento:

Odeio-a porque impede a nossa República de influenciar o mundo pelo exemplo da liberdade; oferece possibilidade aos inimigos das instituições livres de taxar-nos, com razão, de hipocrisia e faz com que os verdadeiros amigos da liberdade nos olhem com desconfiança. Mas, sobretudo, porque obriga tantos entre nós, realmente bons, a uma guerra aberta contra os princípios da liberdade civil.

DISCURSO de Abraham Lincoln, em 1859.

Nesse trecho de discurso, Abraham Lincoln, que seria eleito presidente dos Estados Unidos no ano seguinte, faz referência

A) à política de segregação racial existente nos estados do sul dos Estados Unidos, que gerou a formação de organismos voltados ao extermínio dos negros, à destruição de suas propriedades e a atentados constantes contra suas comunidades.

B) à posição dos estados do sul de defesa intransigente de tarifas protecionistas, o que levava os Estados Unidos a comprometer a crença na liberdade de mercado, numa conjuntura de predomínio do capitalismo liberal.

C) à questão da escravidão, que levou a uma guerra civil, nos Estados Unidos, entre o norte, industrializado, e o sul, que lutava para preservar a mão de obra escrava nas suas plantações de produtos para a exportação.

D) à defesa, pelos imigrantes, do extermínio dos índios nas terras conquistadas a oeste, especialmente após a edição do *Homestead Act*, visando ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária naquelas áreas.

03. (Fatec-SP–2010) *No caso da história americana, um dos eventos mais retratados pela memória social é, sem dúvida, a chamada Marcha para o Oeste. Mesmo antes do surgimento do cinema, esses temas já faziam parte das imagens da história americana. A fronteira foi um tema constante dos pintores do século XIX. A imagem das caravanas de colonos e peregrinos, da Corrida do Ouro, dos* cowboys, *das estradas de ferro cruzando os desertos, dos ataques dos índios marcam a arte, a fotografia e também a cinematografia americana.*

CARVALHO, Mariza Soares de. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/primeirosescritos /files/pe02-2.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

Entre os fatores que motivaram e favoreceram a Marcha para o Oeste, está

A) a possibilidade de as famílias de colonos tornarem-se proprietárias, o que também atraiu imigrantes europeus.

B) o desejo de fugir da região litorânea afundada em guerras com tribos indígenas fixadas ali, desde o período da colonização.

C) a beleza das paisagens americanas, o que atraiu muitos pintores e fotógrafos para aquela região.

D) o avanço da indústria cinematográfica, que encontrou no oeste o lugar perfeito para a realização de seus filmes.

E) a existência de terras férteis que incentivaram a ida para o oeste, de agricultores que buscavam ampliar suas plantações de algodão.

04. (UFV-MG) Leia os trechos de notícias de jornais publicados nos Estados Unidos no século XIX:

1. [...] *um espírito de interferência hostil* [de outras nações] *para conosco, com o objetivo confesso de deformar nossa política e prejudicar nosso poder, limitando nossa grandeza e impedindo a realização de nosso Destino Manifesto, que é estendermo-nos sobre o continente que a Providência fixou para o livre desenvolvimento de nossos milhões de habitantes, que ano após ano se multiplicam.*

   Democratic Review

2. *A universal nação ianque pode regenerar e libertar o povo do México em poucos anos; e cremos que é parte de nosso destino civilizar esse belo país e capacitar seus habitantes para apreciar algumas das numerosas vantagens e bênçãos de que dispõem.*

   New York Herald

Citados por AQUINO, R.S.L. *et al*. *História das sociedades americanas.* Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1981. p. 140-141.

HISTÓRIA

Quanto à história do expansionismo norte-americano no século XIX, pode-se afirmar que

A) na época, os Estados Unidos apossaram-se de várias áreas do território mexicano sem o pagamento de indenizações e, da mesma forma, apropriaram-se de colônias da França, da Inglaterra e da Rússia, orientados por seu Destino Manifesto.
B) as ações expansionistas dos Estados Unidos visavam a empurrar suas fronteiras até o Oceano Pacífico e excluir a região sul do país, porque nela predominava uma economia agroexportadora que impedia o avanço da industrialização.
C) o expansionismo norte-americano sobre as colônias espanholas contou com o apoio da Santa Aliança porque ela pretendia ver instauradas repúblicas, livres e democráticas, nas metrópoles europeias e em suas colônias.
D) por força de seu Destino Manifesto, a descoberta do ouro nas colinas californianas estreitou as relações entre mexicanos e americanos, evitando novos conflitos e disputas nas fronteiras, o que permitiu o acesso dos Estados Unidos ao Oceano Pacífico.
E) a imprensa dos Estados Unidos, na época, acreditava que eles tinham uma predestinação: a missão de civilizar povos inferiores do continente americano por causa de seu Destino Manifesto, ou seja, o seu domínio representava a vontade de Deus.

05. (UFJF-MG) Sobre a história dos Estados Unidos, no contexto da Guerra de Secessão, aponte a afirmativa **CORRETA**.

A) A emergente burguesia industrial propunha a criação de uma civilização com bases mais aristocráticas, em que a elite tivesse um comportamento semelhante ao da nobreza inglesa.
B) Os estados do norte eram contra o protecionismo alfandegário, porque queriam importar livremente produtos manufaturados.
C) No sul dos EUA, concentrava-se a elite agrária escravista, que se opunha aos estados do norte, onde se concentrava a elite industrial.
D) Após a Guerra de Secessão, foi abolida a escravidão e houve uma significativa melhora nas condições de vida dos negros, que foram beneficiados por vários programas do governo.
E) Mesmo com a vitória dos Estados Confederados, não houve uma reconciliação entre as elites do sul e as do norte.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFSM-RS) A história dos Estados Unidos e a história do Brasil possuem aproximações, semelhanças.

Marque **VERDADEIRA (V)** na(s) frase(s) que comprova(m) essa afirmação e **FALSA (F)** na(s) que não a comprova(m).

( ) A abolição nacional da escravidão se processou na 2ª metade do século XIX nos dois países.
( ) Ideias e movimentos defenderam a soberania das províncias ou colônias, através de propostas de adoção de uma Confederação.
( ) Houve uma política voltada para a expansão territorial tanto no Período Colonial quanto no Pós-Independência (até meados do século XIX), rumo ao oeste e ao sul.
( ) A Carta Constitucional dos Estados Unidos e a Constituição (1824) adotada no 1º Império do Brasil seguem o modelo de Estado e de governo federalista.

A sequência **CORRETA** é

A) V V F V.
B) V V V F.
C) F V F F.
D) F F V F.
E) F F V V.

02. (UFU-MG) Os Estados Unidos tornaram-se uma nação economicamente poderosa na segunda metade do século XIX, desenvolvendo um forte mercado interno e uma política externa imperialista em relação ao continente americano.

Assinale a alternativa que retrata **CORRETAMENTE** esse contexto.

A) A Doutrina Monroe, sintetizada na afirmação "A América para os americanos" e criada pelo grupo político Democrata, procurava defender os princípios de igualdade de direito à propriedade e à liberdade da Constituição, resguardando a soberania do indivíduo perante o Estado.
B) A situação dos índios e afro-americanos, nesse contexto, foi sanada, respectivamente, pela criação de reservas mantidas pelo Estado e pela abolição da escravidão logo após a vitória do norte na Guerra de Secessão, incorporando-os ao mercado de trabalho e de consumo.
C) A expansão territorial em direção ao oeste permitiu a anexação de enormes faixas de terras, interiorizando a ocupação. O *Homestead Act* incentivou essa marcha, com a distribuição gratuita de terras aos estrangeiros, além da grande atração motivada pela Corrida do Ouro na Califórnia.
D) A política externa norte-americana no século XIX foi sustentada pelo Destino Manifesto, responsável pelo desenvolvimento de áreas atrasadas no continente, tais como: o México, Cuba, a Nicarágua e a região do Canal do Panamá, incorporando-as ao mercado internacional, possibilitando a supremacia dos Estados Unidos como potência mundial.

03. (UEL-PR) Sobre a Guerra de Secessão, é **CORRETO** afirmar:

A) Os Estados Confederados eram os de economia basicamente industrial e com os interesses mais voltados para o mercado externo.
B) A abolição da escravidão era desejada pelos nortistas, e, quando se efetivou, enfraqueceu os sulistas.
C) Os sulistas venceram a guerra, e a escravidão só foi abolida cerca de 50 anos depois.
D) Os ex-escravos se organizaram e criaram a Ku Klux Klan para lutarem pela igualdade social.
E) Ela se iniciou com o assassinato do presidente Lincoln e terminou com o decreto abolicionista.

04. (UFF-RJ) A Guerra de Secessão, nos Estados Unidos da América, promoveu a implantação de novas bases para a nação americana, porque a vitória do norte

A) desencadeou o movimento racista de oposição ao desenvolvimento da modernização americana que culminou com a fundação da Ku Klux Klan.

B) acelerou o processo de estabelecimento do capitalismo no sul, permitindo a unificação de mercados, o desenvolvimento urbano e o melhor aproveitamento das matérias-primas e produtos agrícolas do sul.

C) não significou a eliminação do peso político do sul que, no início do século XX, retomou sua hegemonia econômica com a anexação do Texas.

D) expôs o grande dilema americano do Destino Manifesto e determinou a supremacia da perspectiva econômica agrária sobre a industrial.

E) teve consequências cruciais para os escravos do sul, pois produziu uma legislação social que excluía os negros da terra, com a proibição do trabalho dos ex-escravos.

05. (UFMG) Todas as alternativas apresentam aspectos da expansão da fronteira norte-americana na segunda metade do século XIX, **EXCETO**

A) Desenvolvimento da indústria têxtil e metalúrgica na costa do Pacífico.

B) Dizimação dos indígenas e confinamento das comunidades remanescentes.

C) Expansão das ferrovias ligando o Vale do Mississippi ao oeste.

D) Exploração de ouro, prata e outros minerais em várias regiões do oeste.

06. (UFU-MG–2006) Leia o trecho a seguir.

Disfarçado com nomes como "A conquista do Oeste" ou "Vaqueiros e índios", esse golpe final da história ocidental tem a mesma popularidade na América Latina [...] *e no Quartier Latin de Paris, onde se podem comprar enormes chapéus de vaqueiro, cordas de amarrar gado e botas de vaqueiro feitas com couro sintético do Oriente.* [...] *Nos Estados Unidos, a platéia continua a crescer ainda hoje e continua tão crédula quanto sempre em relação a ficções sobre a vitória e os adversários derrotados. Poucos compreendem ou se importam com o fato de que esse episódio final é na realidade um retrato da civilização ocidental, tão irônico quanto trágico.*

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 257.

No trecho apresentado, a cultura *western*, por exemplo, nos filmes de faroeste, é tratada como espetáculo relativo a um episódio considerado irônico e trágico da civilização ocidental. Em relação a tal episódio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Refere-se a um processo de desapropriação de terras indígenas, exploração sistemática de recursos naturais do oeste dos Estados Unidos e extermínio de populações nativas da região, que é operado, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

B) Refere-se à maneira pela qual os ingleses, no momento de sua fixação nas 13 colônias, lidaram com as populações indígenas da América do Norte, desapropriando-as e dizimando-as.

C) Refere-se à violência das práticas por meio das quais o capitalismo foi introduzido nas "regiões selvagens" da América do Norte, tendo como resultado a transformação radical da natureza do oeste dos Estados Unidos e o desaparecimento de grupos indígenas da região.

D) Esse episódio favoreceu a construção de vias modernas de comunicação nos Estados Unidos, como as linhas férreas e os telégrafos, possibilitando a ligação entre diversas partes do país no contexto da sua industrialização.

07. (UFPR–2007) Alexis de Tocqueville, um dos grandes teóricos da democracia na América, afirma em sua obra de 1835:

Quando comparo as repúblicas gregas e romanas com essas repúblicas da América, as bibliotecas manuscritas das primeiras e seu populacho grosseiro com os mil jornais que circulam nas segundas e com o povo esclarecido que as habita; quando em seguida penso em todos os esforços que ainda são feitos para julgar uns com a ajuda dos outros e prever, pelo que aconteceu há dois mil anos, o que acontecerá em nossos dias, sou tentado a queimar meus livros, a fim de aplicar apenas idéias novas a um estado social tão novo.

TOCQUEVILLE, Alexis. de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 355-356.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a formação da democracia nos Estados Unidos da América, é **CORRETO** afirmar:

A) O "estado social tão novo" apregoado pelo autor refere-se à existência de uma democracia fundamentada nos pressupostos do Despotismo Esclarecido que caracterizava o sistema político no Antigo Regime na Europa.

B) Tocqueville sugere que, diferentemente das repúblicas gregas e romanas, a experiência democrática americana resultou na formação de uma população grosseira e iletrada, consequência da leitura de jornais em vez de livros.

C) A instituição precoce da democracia liberal nos Estados Unidos foi responsável pela implementação da "missão civilizadora", que possibilitou a incorporação pacífica das populações indígenas nativas na sociedade nacional e assegurou a manutenção do seu modo de viver.

D) Por considerar a democracia na América uma ruptura histórica, Alexis de Tocqueville afirma que a democracia norte-americana foi um episódio original e sem precedentes em experiências históricas anteriores.

E) Ao destacar o ineditismo da democracia norte-americana, Tocqueville refere-se ao fato de a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) ter conferido igualdade, liberdade e direitos irrestritos às mulheres e aos escravos.

08. (PUC SP–2011) A expansão dos Estados Unidos em direção ao oeste, na primeira metade do século XIX, envolveu, entre outros fatores, a

A) intervenção norte-americana na guerra de Independência do México, da América Central e de Cuba.

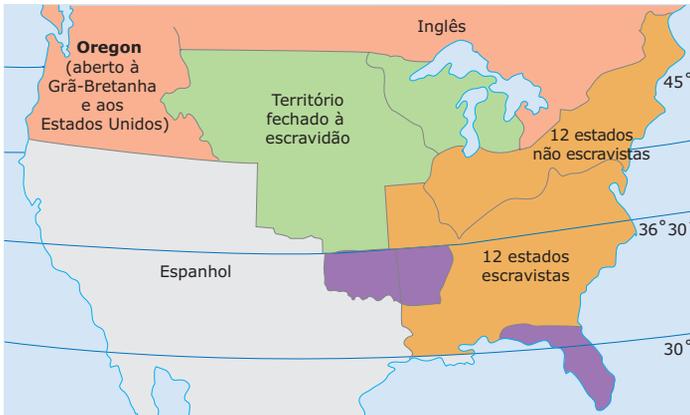
B) anexação militar do Alasca, resultado de longo conflito armado com a Rússia.

C) Guerra de Secessão, que opôs os escravistas dos estados do sul aos abolicionistas do norte.

D) implantação de um sistema legal rigoroso nas áreas ocupadas, evitando conflitos armados na região.

E) remoção indígena, transferindo comunidades indígenas que viviam a leste do Rio Mississippi para outras regiões.

09. (UERJ)

O Compromisso do Missouri (1820) e a delimitação entre territórios livres e escravistas

O motivo que levou à assinatura do Compromisso do Missouri, apresentado graficamente, está expresso em

A) controle do apoio do norte capitalista à luta abolicionista no sul.
B) defesa dos territórios escravocratas diante do expansionismo capitalista do norte.
C) ampliação do comércio entre o norte manufatureiro e o sul produtor de matérias-primas.
D) manutenção do equilíbrio de poder entre representantes congressistas escravistas e não escravistas.

10. (UFMG) Considerando-se as relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir de meados do século XIX, é **CORRETO** afirmar que

A) a abertura do canal no estreito do Panamá possibilitou o desenvolvimento de relações comerciais equilibradas entre as Américas.
B) a consolidação dos Estados antilhanos e centro-americanos viabilizou o apoio constante do governo norte-americano às democracias dessa região.
C) a derrota do México, na guerra com os Estados Unidos, significou a perda de quase metade do território mexicano para este país.
D) a política do *Big Stick*, implementada pelo presidente Theodore Roosevelt, visava a estreitar o diálogo diplomático entre os países americanos.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA:

A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra.

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America.* Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., *Great Books* 44, 1990. (Adaptação).

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte-americanos do seu tempo

A) buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas.
B) tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
C) valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.
D) relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
E) acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.

02. *Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o* Homestead Act *de 1862, nos EUA, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar.*

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República.* Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

As políticas rurais do Brasil e dos EUA no século XIX, a partir da Lei de Terras e do *Homestead Act*, são muito distintas, pois

A) o *Homestead Act* refletiu o desejo dos EUA em atrair imigrantes que contribuíssem para o desenvolvimento do país, enquanto a Lei de Terras do Brasil mostrou o projeto do governo monárquico para conter a imigração europeia para o país.
B) o *Homestead Act*, nos EUA, favoreceu a formação de minifúndios e o trabalho livre, o que pode ser contraposto à experiência brasileira, na qual a Lei de Terras consolidou a concentração fundiária e o predomínio da agricultura de exportação.
C) a política rural dos EUA, evidenciada pelo *Homestead Act*, privilegiou a economia voltada para exportação, diferentemente do Brasil, que, durante o II Reinado, vivenciou a expansão da agricultura familiar.
D) o *Homestead Act* não tem relação com o crescimento industrial estadunidense no final do século XIX. Já a Lei de Terras brasileira influenciou negativamente a formação de um sólido mercado interno em nosso país.
E) os objetivos do governo estadunidense com o *Homestead Act* foram atingidos mediante a distribuição agrária e a ocupação do oeste do país, ao passo que, no Brasil, a legislação foi tratada com indiferença pela sociedade.

GABARITO

Fixação

01. A	02. C	03. A	04. E	05. C

Propostos

01. B	03. B	05. A	07. D	09. D
02. C	04. B	06. B	08. E	10. C

Seção Enem

01. D	02. B

HISTÓRIA

Imperialismo

MÓDULO 20 FRENTE A

Na segunda metade do século XIX, a Europa vivia transformações de ordem econômica e cultural que se fizeram sentir em outras partes do planeta. Nesse contexto, as principais potências europeias adotaram a política imperialista, também chamada de neocolonialismo, para suprirem suas necessidades comerciais e expandirem suas zonas de influência sobre o restante do mundo. Quanto às nomenclaturas dadas a esse processo histórico, é importante ressaltar que elas se referem a características distintas observadas naquele contexto.

O termo neocolonialismo apresenta a possibilidade de diferenciar o processo transcorrido no século XIX daquele colonialismo desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII, no contexto das Grandes Navegações. No colonialismo característico da Idade Moderna, as principais potências dominadoras eram Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra, que atuavam majoritariamente no continente americano. As metrópoles buscavam lucrar com as suas colônias e, para isso, incentivavam a exploração de gêneros tropicais, metais e pedras preciosas nos seus domínios. A mão de obra predominante nas áreas de domínio foi o trabalho compulsório, variando entre a escravidão negra e a servidão indígena.

O neocolonialismo do século XIX, por sua vez, foi comandado por nações que iam além da Europa. Esta era representada por países como a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Itália, a Alemanha, a Rússia e a Holanda. Os Estados Unidos e o Japão foram exemplos de potências alternativas ao Velho Continente que também atuaram na dominação de regiões não só da América, mas também da África e da Ásia. Os principais objetivos das nações imperialistas compreendiam a busca por matéria-prima e mercado consumidor para os produtos industrializados, além da busca por regiões que pudessem receber investimentos de capital e o excedente populacional das grandes potências. A mão de obra predominante foi o trabalho assalariado, pois isso representava formação de mercados consumidores.

Observe o quadro a seguir que sintetiza uma comparação entre o colonialismo do século XVI e o neocolonialismo desenvolvido no século XIX.

	Colonialismo do século XVI	**Neocolonialismo do século XIX**
Atuação	América	Ásia e África
Potências	Portugal, Espanha, Inglaterra e França	Europa, EUA e Japão
Objetivos	Busca de novas fontes de riquezas e expansão da fé católica	Investimentos externos e regiões para o excedente populacional europeu
Mão de obra	Escrava negra e indígena	Assalariada livre
Contexto	Expansão Marítima Europeia	2ª Revolução Industrial

EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO

A dominação na Ásia e na África não se baseou somente em pressupostos econômicos, afinal, as nações imperialistas precisavam justificar os motivos pelos quais seria necessária a intervenção nas regiões a serem dominadas. Assim, uma das justificativas utilizadas foi a missão civilizadora, ideologia que defendia a superioridade do homem branco europeu. Segundo essa ideologia, o europeu, quando exercia seu domínio em outras regiões, estava, na verdade, levando o desenvolvimento e a civilização para esses povos supostamente inferiores. O poeta inglês Rudyard Kipling chegou a chamar a dominação imperialista de "fardo do homem branco", como se o imperialismo fosse uma obrigação penosa delegada por Deus aos europeus.

Teorias pseudocientíficas também foram desenvolvidas por pensadores europeus para demonstrar a sua superioridade. Uma delas, o darwinismo social, alegava que, assim como existe a seleção natural entre as espécies – teoria proposta por Darwin –, entre os humanos existem raças mais ou menos desenvolvidas em meio a um processo natural. Assim, adaptando o darwinismo, essa corrente social julgava que o branco, mais apto naturalmente, seria o responsável por civilizar os demais povos.

Um dos defensores do darwinismo social foi o francês Gobineau, que, em 1853, escreveu o *Ensaio sobre a desigualdade das raças,* no qual desenvolveu um estudo sobre a superioridade dos nórdicos. Mais tarde, outro darwinista social, o filósofo inglês Spencer, alegou que os indivíduos que se adaptassem melhor ao ambiente seriam superiores. Spencer defendia ainda que as raças superiores tinham o direito natural de exercer sua dominação sobre os povos considerados inferiores. Tais valores, além de demonstrarem o etnocentrismo reinante, justificaram posteriormente o aparecimento de teorias racialistas, como é o caso do nazismo.

CONTEXTO EUROPEU

O avanço tecnológico promovido pela Segunda Revolução Industrial favoreceu a crença, na Europa, de que a felicidade humana estava próxima. Para muitas pessoas que vivenciaram a chamada *Belle Époque*, o crescimento econômico e o avanço tecnológico iriam acabar com o sofrimento, com as desigualdades e com as doenças da humanidade. De fato, o padrão de vida dos europeus sofreu uma considerável melhora, afinal, gozando de elementos como a energia elétrica e a indústria farmacêutica, a população, em geral, passou a ter uma expectativa de vida maior.

Levando em conta o crescimento institucional e econômico registrado principalmente pelas nações europeias durante o século XIX, estas passaram a buscar mercados consumidores e matéria-prima para as suas indústrias, que estavam em ampla expansão. Posto que o crescimento da economia europeia gerava acúmulo de capitais, estes eram reinvestidos na indústria, aumentando a capacidade produtiva, a contratação de funcionários e a modernização das máquinas, o que gerava consequências aparentemente benéficas às unidades produtivas. É necessário ressaltar, no entanto, que esse ciclo de reinvestimentos registrado pela economia europeia tem um limite dentro da lógica do capitalismo. Assim, por volta da década de 70 do século XIX, o mercado europeu se encontrava saturado de investimentos, ou seja, o excedente de capital europeu havia se tornado um problema.

William Henry / Creative Commons

Vista da capital francesa, Paris, no primeiro ano do século XX. Paris foi o maior exemplo da Belle Époque *europeia, chegando a influenciar a arquitetura de diversas cidades em todo o mundo.*

A solução encontrada pelos grandes capitalistas do Velho Continente, portanto, foi buscar novas áreas para investir o excedente de capital europeu. Naquele momento, a África e a Ásia foram os continentes mais cobiçados pelas nações imperialistas, haja vista que grande parte da América havia se tornado independente ainda no início do século XIX. A partir do início da corrida imperialista, os excedentes antes acumulados na Europa foram redirecionados para as diversas colônias instaladas em solos africano e asiático. É necessário ressaltar, no entanto, que tais investimentos visavam tão somente ao lucro das grandes corporações europeias e, dessa forma, não necessariamente produziram melhoria das condições de vida dos povos dominados, ao contrário, promoveram o endividamento e a dependência econômica.

Além da inegável importância econômica da África e da Ásia para as nações imperialistas, estas utilizaram suas colônias também para abrigar o seu excedente populacional, afinal, o século XIX, marcado pelos avanços na indústria farmacêutica, destacou-se também como um período de grande crescimento populacional. O excesso de pessoas no continente europeu não interessava às potências imperialistas, pois a mecanização das indústrias acabava gerando uma grande massa de desempregados e, logo, inúmeros problemas sociais.

Antes de abordar os casos específicos de colonização, é importante ressaltar, ainda, que a corrida imperialista acabou gerando aspectos negativos para os europeus. Se, por um lado, as colônias foram capazes de receptar os investimentos industriais europeus e o excedente populacional metropolitano, por outro, a corrida imperialista acabou fomentando também a exacerbação dos nacionalismos europeus, afinal, buscando ampliar seus domínios, vários países entraram em divergência durante a divisão dos continentes africano e asiático. Dessa forma, é possível afirmar que o neocolonialismo favoreceu a formação de um clima tenso na geopolítica europeia, influenciando, inclusive, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

IMPERIALISMO NA ÁFRICA

A região que mais sofreu com a dominação imperialista foi a África, tanto que, no início do século XX, quase todo o continente estava dominado pelas potências europeias. As únicas regiões que conseguiram manter a sua independência diante da dominação imperialista europeia foram a Libéria e a Abissínia, atual Etiópia. A Libéria conseguiu manter a sua autonomia, pois foi comprada pelos Estados Unidos para que estes pudessem utilizá-la para enviar os seus escravos negros recém-libertos. Tal atitude, autodenominada filantrópica pelo governo estadunidense, acabou sendo taxada de preconceituosa por diversos humanistas mundiais, pois, apesar da liberdade conquistada, parte dos negros foram arbitrariamente devolvidos à África, pois não faziam parte do projeto de construção dos Estados Unidos. A partir de então, a Libéria passou a ser vista como um depositário de negros estadunidenses, posto que ostentou até 1845, quando conquistou a sua independência.

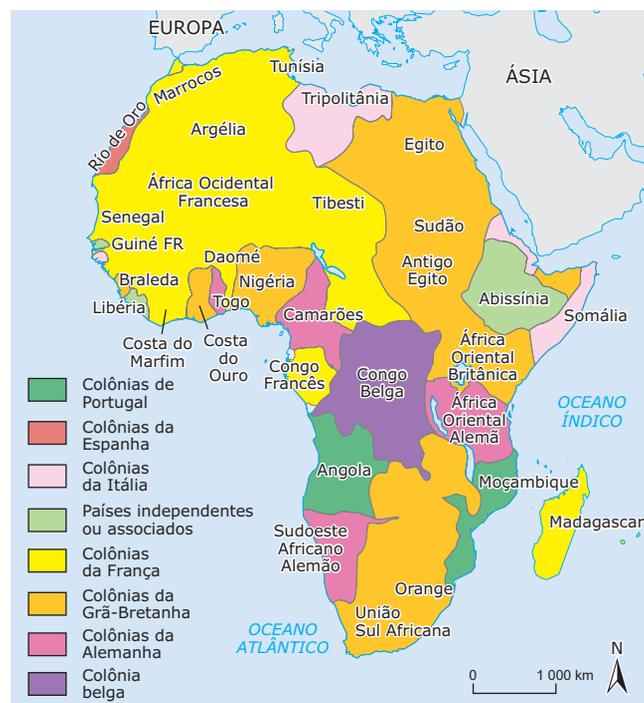
No caso da Abissínia, a dificuldade de dominar a região esteve relacionada à cultura de seu povo, afinal, os etíopes eram tradicionalmente conhecidos por serem exímios guerreiros, o que facilitava a sua resistência diante da presença dos europeus no continente africano. Além disso, a geografia da Abissínia, caracterizada pela existência de grandes cadeias montanhosas, dificultava as ações imperialistas em seu território.

Apesar de a Abissínia e a Libéria não terem sido diretamente dominadas pelas potências imperialistas europeias, essas regiões foram exceções, pois, desde o início do século XIX, boa parte do continente africano já sofria influência dessas grandes potências. Naquele primeiro momento, no entanto, as ações imperialistas eram extraoficiais, ou seja, eram exercidas por investidores particulares e não diretamente pelos Estados europeus. Um exemplo disso foi a ação dos franceses que, em 1857, durante o governo de Napoleão III, já influenciavam o norte da África em regiões como a Argélia, a Tunísia, o Senegal e parte do Congo. Ainda no norte do continente, os franceses, em associação com os ingleses, mantinham dupla administração sobre o Egito, onde construíram o Canal de Suez, em 1869. Projetado pelo francês Ferdinand Lesseps, o canal artificial que liga o Mar Vermelho ao Mediterrâneo era de extrema importância para as duas nações, afinal, ele encurtava a distância entre os centros de dominação (Europa) e as áreas coloniais africanas e asiáticas.

Na porção sul do continente, foram os ingleses que comandaram as ações imperialistas, pois estes dominavam a região do Cabo, a de Transvaal e a de Orange, ricas em ouro e em pedras preciosas. Para exercerem a sua hegemonia, no entanto, os ingleses tiveram de depor os holandeses que já se faziam presentes na região. Dessa forma, no final do século XIX, iniciou-se a **Guerra dos Bôeres** (1899-1902), que terminou com a vitória dos ingleses, que coordenaram, em 1910, a criação da União Sul-Africana, composta das regiões do Cabo, Transvaal, Orange e Natal.

Com base no exemplo dos franceses e dos ingleses, portanto, é possível perceber que a África já vinha sendo dividida, através da força, pelas maiores nações europeias. Mesmo assim, a divisão oficial das zonas coloniais se fez necessária, principalmente após o rei da Bélgica, Leopoldo II, comprar a região do Congo, rica em diamantes, dos nativos. A partir daquele ato, as ações sobre o continente africano deixaram, nitidamente, de ser extraoficiais e, por isso, as demais nações europeias se mobilizaram para garantir possessões para si. Dessa forma, caso não fosse feito um acordo diplomático, uma guerra entre os europeus seria inevitável.

Em 1885, após várias ações impositivas por parte dos europeus, ocorreu a **Conferência de Berlim**, formalizando a partilha da África. As potências europeias se reuniram a pedido da Alemanha, que havia entrado na corrida imperialista atrasada, quando, então, assinaram um documento no qual cada nação reconhecia o domínio da outra sobre as regiões africanas. Decidiu-se ainda que, toda vez que uma potência dominasse uma nova região, deveria avisar às demais, para evitar novos conflitos entre elas.

Dominação europeia na África

No continente europeu, as consequências da Conferência de Berlim foram imediatas, pois, confirmando a situação que existia antes mesmo do acordo, a maior parte do continente foi concedida aos franceses e aos ingleses. Dessa forma, criou-se um sentimento de revolta por parte das demais nações, que, prejudicadas, passaram a pressionar a França e a Inglaterra para que estas pudessem abrir mão de parte das suas possessões. Além de criar um clima tenso entre as nações europeias, é válido ressaltar que essa situação fez com que alguns dos países que se sentiram desfavorecidos, como a Alemanha, chegassem a patrocinar colonos africanos para que estes pudessem se revoltar contra suas metrópoles, desde que estas fossem a França ou a Inglaterra.

No continente africano, a inserção dos chamados "brancos" gerava grandes impasses, como a segregação racial. Um dos maiores exemplos de situações como essa foi o regime do *Apartheid*, na África do Sul, pois os ingleses que foram viver naquela região, baseados nas visões etnocêntricas, julgavam-se mais capazes do que os nativos, taxados pejorativamente de negros. O que a princípio parecia ser apenas mais uma demonstração de racismo acabou se tornando um dos sistemas mais absurdos de toda a História, afinal, com o passar do tempo, os próprios descendentes dos ingleses acabaram assumindo os principais postos políticos e econômicos da colônia, o que os permitiu legitimar as ações racistas. Dessa forma, durante quase todo o século XX, a África do Sul abrigou uma sociedade dividida constitucionalmente entre uma minoria privilegiada de brancos e uma maioria desfavorecida de negros.

Diante da dominação europeia e da segregação racial imposta, vários reinos africanos procuraram resistir, mesmo que de formas variadas. Como muitos desses reinos africanos se mostraram intransigentes com as imposições europeias, várias batalhas foram travadas entre africanos e europeus, que, tecnologicamente superiores, na maioria das vezes se sagraram vencedores e ratificaram a sua política imperialista.

Reações alternativas também foram registradas, pois, percebendo que não poderiam resistir às pressões europeias, alguns reinos africanos optaram por se aliar aos metropolitanos em busca de desenvolvimento tecnológico ou mesmo de armamentos para que pudessem combater um outro rival africano.

Independentemente da reação diante do imperialismo europeu, o importante é ter a consciência que a partilha da África acabou deixando marcas profundas naquele continente, pois, ao atender os interesses europeus, a divisão acabou segregando reinos que antes eram unidos entre si ou mesmo unindo reinos até então rivais. Dessa forma, ainda hoje se registram em solo africano diversos conflitos étnicos, originados ainda no século XIX.

IMPERIALISMO NA ÁSIA

Índia

O interesse inglês na Índia data do século XVIII, pois, além do fornecimento de especiarias muito valorizadas no mercado europeu, a região representava um entreposto de ligação comercial entre a Inglaterra e o Extremo Oriente. As pretensões da Inglaterra eram tantas que, naquele mesmo século, os ingleses travaram com a França a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), oriunda da disputa entre as duas nações pela Índia e por regiões na América do Norte. Como a Inglaterra saiu vitoriosa, após a guerra, a influência francesa na região foi afastada, o que abriu caminho para as ações imperialistas inglesas.

Inicialmente, o controle do comércio com a Índia ficou a cargo da Companhia de Comércio das Índias Orientais, sendo que os administradores da Companhia podiam arrecadar impostos e exercer funções judiciais na região. Em 1858, no entanto, tais prerrogativas foram transferidas para a Coroa britânica, que passou a adotar uma intervenção econômica mais efetiva junto aos indianos.

Mesmo com a mudança da postura dos ingleses na Índia, a dominação imperialista não acarretou grandes mudanças nos aspectos mais tradicionais da cultura indiana. A sociedade nativa, por exemplo, continuou dividida pelo sistema de castas, que define, de forma intransigente, as posições sociais através da hereditariedade. Tal posição era defendida pelos hindus, que acreditavam que os membros de uma casta inferior teriam a função de aproveitar a sua vida para evoluir e, ao voltar em outra vida, ser incorporado em uma casta superior.

Por outro lado, no campo econômico, o artesanato indiano não conseguiu enfrentar a concorrência dos industrializados têxteis ingleses, chegando a atingir níveis de produção mínimos. Dessa forma, a predominância dos produtos ingleses na Índia acabou gerando grandes taxas de desemprego, além de submeter os nativos à pobreza, ao deslocamento populacional para as cidades manufatureiras e à concentração em cidades portuárias.

Percebendo os aspectos negativos da presença inglesa, parte dos indianos se rebelou e, em 1857, organizou a Revolta dos Cipaios, que exigia o fim do domínio inglês na região. Contando com o apoio dos ingleses, dos *sikhs* e dos guras – castas indianas –, os governantes indianos conseguiram conter os revoltosos em 1859, o que possibilitou a retomada do controle sobre a Índia pela Inglaterra.

Artista desconhecido

Ilustração das batalhas travadas durante a Revolta dos Cipaios

Mesmo na ilegalidade, um movimento nacionalista composto de intelectuais indianos foi organizado para manter viva a luta pela resistência. O objetivo dos nativos era se apropriar de alguns aspectos culturais ingleses, para que estes possibilitassem o desenvolvimento da Índia e, logo, favorecessem a luta pela Independência da região. Dessa forma, temendo uma nova rebelião em território indiano, a Inglaterra permitiu, a partir de 1885, a existência de partidos políticos de representação nativa, desde que estes fossem controlados pela Coroa britânica. O mais importante desses partidos foi o Partido do Congresso Nacional Indiano, que mais tarde viria a ser um dos responsáveis pela Independência do país.

China

A China, que já no século XIX era o país mais populoso do mundo, era comandada pela dinastia Manchu, composta de governantes impopulares que se mantinham no poder pelo uso da força. No plano econômico, os governantes chineses se caracterizavam por optar por um um isolamento comercial em relação ao Ocidente, ou seja, havia uma resistência chinesa em relação ao consumo dos produtos ocidentais. A postura da China, entretanto, desagradava as nações imperialistas, que viam naquele país um grande mercado consumidor em potencial.

Um dos países que se interessavam pela China era a Inglaterra, que, além de ser a principal potência industrial europeia, já produzia ópio no continente asiático, mais especificamente em território indiano. Aproveitando a proximidade entre as regiões, os comerciantes ingleses contrabandeavam o ópio, recebendo produtos chineses – como seda, porcelana e arroz – em troca. Tal prática trouxe enormes problemas sociais para a China, pois o ópio é uma droga extraída da papoula, extremamente viciante. Dado o contrabando inglês, portanto, o consumo dessa droga se popularizou entre os chineses e, como cada vez mais pessoas de todas as classes sociais se tornavam dependentes do ópio, o governo chinês se empenhou em impedir o consumo da droga no país, passando a combater rigorosamente o contrabando.

Após a emissão de sucessivos alertas chineses aos contrabandistas, um enorme carregamento de ópio (aproximadamente 20 000 caixas) foi apreendido e destruído pelo governo. Aquela era a desculpa que a Inglaterra precisava para declarar guerra à China, o que foi feito em 1840. Do conflito entre os dois países, que ficou conhecido como Guerra do Ópio (1840-1842), os ingleses saíram vencedores. A China, por sua vez, foi obrigada a assinar os Tratados Desiguais, assim denominados porque favoreciam somente a Inglaterra. O mais importante deles foi o Tratado de Nanquim (1842), segundo o qual a China era obrigada a abrir cinco dos seus portos às potências imperialistas, além de passar o controle da ilha de Hong Kong para a Inglaterra. Hong Kong, que hoje é uma das regiões mais desenvolvidas da China, só foi devolvida aos chineses 155 anos depois (1997).

Nas décadas que se seguiram aos conflitos, os ingleses ainda tiveram de conter a segunda (1857) e a terceira Guerra do Ópio (1859-1860). Naquelas ocasiões, a Inglaterra foi auxiliada pela França, que, por ser uma outra potência imperialista, também tinha interesse no mercado chinês. Dessa forma, após estancar a resistência chinesa, ingleses e franceses promoveram o chamado *break-up* da China, dividindo o país em áreas de influência entre as principais nações imperialistas europeias.

A charge retrata as diversas potências imperialistas dominando o "dragão" chinês.

Os Estados Unidos, que já vinham atuando em uma empreitada imperialista no continente americano, defenderam, através da Doutrina Hay, que a China, sendo um enorme mercado, deveria estar aberta a quem quisesse vender seus produtos lá, adotando uma política de portas abertas, *Open Door*. Dessa forma, além das maiores nações imperialistas da Europa, os Estados Unidos também passaram a manter relações comerciais com a China.

Mesmo com a reunião de diversas forças políticas e econômicas na vida institucional chinesa, a dominação no país não foi pacífica, pois os nativos organizaram diversos movimentos de resistência à dominação imperialista. Um desses movimentos foi a Revolta Taiping (1851-1864), encabeçada pelos camponeses, que defendiam a distribuição de terras e almejavam um cristianismo sincretizado com as tradições populares chinesas. Cinco décadas mais tarde, foi a vez da eclosão da Guerra dos Boxers (1900), quando lutadores de artes marciais afrontaram o domínio estrangeiro, atacando missões religiosas e diplomáticas. A força dos nativos foi tanta que houve a necessidade da criação de uma força multinacional formada por ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e estadunidenses para acabar com a revolta.

Japão

Até meados do século XIX, o Japão vivia um regime comparável ao semifeudal, denominado xogunato. Apesar da existência de um imperador, o Micado, este não governava de fato; era a nobreza, camada mais privilegiada da sociedade, quem escolhia um dos seus iguais, muitas vezes através de guerras, para governar de acordo com os seus interesses. O regime do xogunato se caracterizava por isolar o Japão do mundo ocidental, afinal, a singular cultura japonesa e a distância geográfica da ilha em relação à Europa acabavam favorecendo tal situação.

Em 1854, a Esquadra Perry (assim chamada devido ao nome de seu comandante), que havia sido enviada pelos Estados Unidos ao Japão, forçou os japoneses a abrirem seus portos aos produtos estadunidenses. Aquele, portanto, era o início da dominação imperialista no país, pois, após a abertura dos portos aos Estados Unidos, algumas potências europeias exigiram os mesmos privilégios, situação que fez com que os japoneses percebessem que seu país deveria se tornar uma potência imperialista para sair dessa condição de submissão.

Ainda no século XIX, parte da população japonesa, inconformada com a submissão do seu país, promoveu uma guerra civil no país, conflito que acabou por derrubar o xogunato. Em 1868, após o fim das batalhas, o poder foi centralizado nas mãos do imperador Mutsuhito, que passou a adotar um conjunto de medidas modernizantes que caracterizaram a chamada Era Meiji e transformaram o Japão em uma referência imperialista na Ásia. Entre essas medidas, pode-se ressaltar o investimento em educação, afinal, o governo japonês passou a bancar o estudo de alguns jovens no exterior, no intuito de que estes voltassem para aplicar no Japão estratégias semelhantes às adotadas pelas maiores potências da época. Houve também a modernização dos meios de transporte, através da aplicação de recursos para a construção de ferrovias e, principalmente, para melhorias no transporte marítimo. Pode-se mencionar ainda a ampliação e a modernização do Exército japonês, que, equipado com armamentos de origem ocidental, pôde fazer frente a diversos povos no continente asiático e, assim, levar adiante o projeto expansionista japonês.

É importante ressaltar, entretanto, que o Japão só conseguiu promover esse conjunto de mudanças graças ao auxílio de outras nações imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, que pretendiam barrar o expansionismo russo no Oriente. Tal estratégia acabou sendo muito efetiva para as pretensões dos Estados Unidos, tanto que, em 1904, a Rússia e o Japão travaram a Guerra Russo-Japonesa, que terminou com a derrota dos russos e com a ampliação da crise que levou à queda do regime czarista.

Um outro alvo dos japoneses foi a China, de quem o Japão reivindicava a região da Manchúria, rica em minério de ferro. Tal disputa acabou levando ambos os países à Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), da qual o Japão saiu novamente vitorioso. Dessa forma, a China, derrotada, foi obrigada a entregar a Ilha de Formosa aos japoneses, além de ser obrigada a aceitar a Independência da Coreia, região que foi anexada pelo Japão em 1910.

Wonsoo Yi

A charge representa a política expansionista do Japão, que acabou por anexar a Coreia ao seu Império.

Diante dos benefícios gerados pela Era Meiji e das conquistas oriundas do imperialismo, o Japão acabou materializando seu desenvolvimento nos *Zaibatsus*, grandes conglomerados industriais que passaram a caracterizar a economia japonesa no início do século XX. O crescimento foi tanto que, na década de 1930, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Japão tinha forças suficientes para invadir toda a China, o que de fato ocorreu. Além disso, várias ilhas do Sudeste Asiático foram postas sob o domínio nipônico, o que acabou contrariando os Estados Unidos, contra quem os japoneses lutaram durante a Segunda Guerra.

IMPERIALISMO NA AMÉRICA

A América também sofreu uma dominação imperialista, sendo os Estados Unidos a principal potência a exercer influência no continente. O caso estadunidense é de fácil compreensão, afinal, desde a sua Independência, no século XVIII, os Estados Unidos possuíam uma tendência imperialista. A própria expansão do seu território revela muito bem isso, pois, durante a chamada Marcha para o Oeste, os estadunidenses suprimiram os interesses dos indígenas e dos mexicanos em nome da formação de um país forte. Concomitantemente à expansão territorial, os estadunidenses elaboraram a doutrina do Destino Manifesto, um conjunto de ideias que os julgava um povo escolhido por Deus para levar o desenvolvimento a toda a América. Dessa forma, tal doutrina – que não passava de uma adaptação da missão civilizadora utilizada pelos europeus na África e na Ásia – acabou servindo como a base ideológica responsável por justificar as ações impositivas por parte dos Estados Unidos no continente americano.

Para alguns autores, o marco inicial do imperialismo estadunidense foi a Doutrina Monroe (1823), lançada por James Monroe, presidente dos Estados Unidos à época, em defesa da Independência das Américas. Ao adotar o *slogan*: "A América para os americanos", os Estados Unidos queriam, na verdade, afastar a interferência europeia e garantir a América como área de influência para si. Baseados em tal doutrina, os estadunidenses foram os primeiros a reconhecerem a Independência do Brasil e de outros países da América Latina, assim que estes se declararam independentes em relação às suas antigas metrópoles, na primeira metade do século XIX.

Quase um século mais tarde, Theodore Roosevelt, eleito pelo Partido Republicano como presidente dos Estados Unidos em 1901, foi empossado na Presidência daquele país, assumindo deliberadamente a postura imperialista dos Estados Unidos da América. A nova posição adotada pelo presidente foi bem resumida na frase em que ele próprio recomenda aos seus compatriotas: "Fale macio, mas tenha sempre um porrete na mão". A chamada política do *Big Stick* (grande porrete, em português), iniciada por Roosevelt, acabou fazendo parte de um conjunto de medidas denominado Corolário Roosevelt, que serviu de base para as várias intervenções que os estadunidenses realizaram em regiões da América Latina e de outras partes do mundo ao longo de boa parte do século XX, ou seja, mesmo após o final do mandato de Roosevelt.

Granger Collection, Nova Yorque

Com seu porrete na mão, Theodore Roosevelt é representado como "gendarme (policial) do mundo" em caricatura do começo do século XX.

Um grande exemplo do imperialismo estadunidense ocorreu em Cuba, um dos últimos países da América Espanhola a se livrar do domínio colonial. Posto que na última década do século XIX aquela ilha ainda estava sob o domínio espanhol, tal situação incomodava os Estados Unidos,

que possuíam grandes investimentos econômicos ligados à produção de açúcar, aos cassinos e ao plantio de tabaco em Cuba. Dessa forma, bastava um pretexto para que os estadunidenses declarassem guerra aos espanhóis, que não concordavam com a Independência cubana.

Tal situação ocorreu em 1898, quando o navio estadunidense *Maine*, que se encontrava ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado e afundado. Alguns autores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, já que precisavam de uma desculpa para afrontar a Espanha. Fato é que os estadunidenses não hesitaram em responsabilizar os espanhóis pelo ocorrido, o que levou à eclosão da Guerra Hispano-Americana (1898).

Como a Espanha se encontrava em franca decadência à época, os estadunidenses não enfrentaram muitas dificuldades para derrotá-la. Assim, Pelo Tratado de Paris (1898), além da Independência de Cuba, os espanhóis foram obrigados a reconhecer o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, que até hoje sofrem influência do governo dos Estados Unidos.

Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que foi incorporada à Constituição cubana, dando ao governo dos EUA o direito de intervir militarmente em Cuba, em caso de desordem interna. A Emenda também reservava às empresas estadunidenses a prioridade na exploração dos recursos naturais cubanos e concedia aos Estados Unidos o direito de construir bases militares no país; Guantánamo, uma das bases construídas, apesar de atualmente funcionar como uma prisão estadunidense, ainda hoje continua em plena atividade.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (FMCMG–2010) Leia a seguir um trecho da ata da Conferência de Berlim de 1885.

Capítulo 1. – Declaração referente à liberdade de comércio na Bacia do Congo, suas embocaduras e regiões circunvizinhas, e disposições conexas.

Artigo 1. O comércio de todas as nações gozará de completa liberdade [...]

Artigo 5. Qualquer potência que exerça ou venha a exercer direitos de soberania nos territórios acima indicados não poderá conceder nem monopólio nem privilégio de nenhuma espécie em matéria comercial. Os estrangeiros gozarão indistintamente, quanto à proteção de suas pessoas e de seus bens, da aquisição e da transmissão de suas propriedades mobiliárias e imobiliárias, e quanto ao exercício das profissões, do mesmo tratamento e dos mesmos direitos que os nacionais.

Disponível em: <http://newton-miranda.blogspot.com/2008/09/ata-daconfercia-de-berlim-1885.html.>
Acesso em: 25 set. 2009.

O trecho citado contraria uma versão corrente de que os territórios africanos foram divididos entre os signatários da Conferência com fronteiras já pré-definidas pelos interesses em questão.

A partir de seus conhecimentos históricos e da atenta observação do trecho anterior citado da ata, assinale a alternativa **CORRETA.**

A) O mais importante objeto de interesse europeu na África era a região congolesa, em função de sua importância estratégica na área setentrional do continente.

B) A garantia da liberdade comercial europeia sobre o território africano somente respeitaria os interesses das grandes corporações já instaladas no continente.

C) A criação de monopólios estaria proibida, evitando, assim, que as áreas ocupadas sofressem restrições ao comércio interno das nações africanas.

D) A ocupação da África dependeu mais das condições de intervenção de cada país europeu, considerando-se as diversas reações das populações locais, do que de uma prévia delimitação territorial.

02. (UFU-MG) [...] *no capitalismo, em sua fase imperialista, a produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre-concorrência, que se reconhece nominalmente, subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o restante da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável.*

LENIN, V. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

Com relação às questões políticas internacionais predominantes no final do século XIX e na primeira metade do século XX, podemos afirmar que

I. a política imperialista apresentava razões filantrópicas e humanitárias para se autojustificar. Entre elas, podemos destacar a noção de progresso das civilizações e a superioridade racial, em que as "nações adiantadas" possuíam como missão civilizadora livrar os "nativos" de concepções religiosas equivocadas e instituições políticas "ultrapassadas".

II. na fúria imperialista por novos mercados extraeuropeus, muitas vezes, a política colonizadora fundia-se ao imperialismo econômico, submetendo os territórios conquistados sob a forma política, ideológica e militar. Nesse sentido, é comum a utilização do termo neocolonialismo como sinônimo de imperialismo.

III. uma das práticas econômicas características da Era Imperialista é a concentração da produção e do capital em torno de grandes empresas, o que rapidamente gerou os monopólios industriais, eliminando a concorrência e controlando os preços dos produtos monopolizados.

IV. assim como o imperialismo capitalista, os revolucionários soviéticos buscaram sua expansão, marchando rumo à Ásia, apoiando militar e financeiramente aqueles que abraçavam o regime socialista. A diferença fundamental é que os socialistas eram contra o desenvolvimento científico, optando por preservar as tradições milenares da cultura oriental.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Apenas II e III são corretas.

B) Apenas I, II e III são corretas.

C) Apenas II, III e IV são corretas.

D) Todas são corretas.

03. (UFTM-MG–2010) Assinale a alternativa que apresenta fatores que explicam as práticas imperialistas, a partir da segunda metade do século XIX, pelas potências capitalistas.

A) Buscava-se controlar as regiões fornecedoras de mão de obra escrava e ampliava-se a exploração de regiões mais afastadas com o objetivo de descobrir novas fontes energéticas e comprar metais preciosos.

B) Precisava-se de mão de obra da África e da Ásia para trabalhar como colonos na zona rural das potências europeias e realizar investimentos em áreas de urbanização, como transporte, saneamento e ferrovias.

C) Diante da existência de capitais excedentes na Europa, procuravam-se novos mercados consumidores, buscava-se controlar regiões produtoras de matérias-primas e direcionar para as áreas coloniais excedentes populacionais europeus.

D) Em função de um crescimento econômico sem precedentes na Europa, os capitais excedentes precisavam ser aplicados em áreas que necessitavam de investimentos humanitários, daí a escolha da África e da Ásia.

E) A Europa necessitava com urgência de metais preciosos, abundantes na África, e conflitos religiosos obrigaram os governos da França e da Inglaterra a mandarem para a Ásia parte dos religiosos mais radicais.

04. (UFOP-MG–2008) Das duas últimas décadas do século XIX até os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, ocorreu a expansão das economias capitalistas. A respeito das consequências do imperialismo nos continentes asiático e africano, no período indicado, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

A) Os povos asiáticos e africanos aceitaram pacificamente as políticas implementadas pelas potências europeias em seus países.

B) Ocorreu a desorganização das atividades econômicas tradicionais, como a agricultura de subsistência, o artesanato coletivista e a pecuária itinerante.

C) Na Índia, houve a decadência da indústria têxtil artesanal, pois essa foi obrigada a comprar produtos industrializados da Inglaterra.

D) Ocorreu a divisão territorial da China em várias zonas de influência europeia e norte-americana.

05. (PUC Rio–2007) [...] *Nós conquistamos a África pelas armas* [...] *temos direito de nos glorificarmos, pois após ter destruído a pirataria no Mediterrâneo, cuja existência no século XIX é uma vergonha para a Europa inteira, agora temos outra missão não menos meritória, de fazer penetrar a civilização num continente que ficou para trás* [...]

DA INFLUÊNCIA civilizadora das ciências aplicadas às artes e às indústrias. *Revue Scientifique*, 1889.

A partir da citação anterior e de seus conhecimentos acerca do tema, examine as afirmativas a seguir.

I. A ideia de levar a civilização aos povos considerados bárbaros estava presente no discurso dos que defendiam a política imperialista.

II. Aquela não era a primeira vez que o continente africano era alvo dos interesses europeus.

III. Uma das preocupações dos países, como a França, que participavam da expansão imperialista, era justificar a ocupação dos territórios apresentando os melhoramentos materiais que beneficiariam as populações nativas.

IV. Para os editores da *Revue Scientifique* (Revista Científica), civilizar consistia em retirar o continente africano da condição de atraso em relação à Europa.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Somente a afirmativa IV está correta.

B) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

D) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

E) Todas as afirmativas estão corretas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UERJ–2011)

Progresso americano (1872)

John Gast

Disponível em: www.askart.com

A tela de John Gast simboliza a difusão de progressos materiais, como as ferrovias e o telégrafo, nos EUA, no decorrer do século XIX. Essas mudanças contribuíram para a conquista de novos territórios e foram justificadas pelo seguinte conjunto de ideias:

A) Doutrina Monroe

B) Política do *Big Stick*

C) Política da Boa Vizinhança

D) Doutrina do Destino Manifesto

02. (UFU-MG) A ideia de modernidade foi marcante no mundo na virada do século XIX para o XX, atingindo espaços públicos e privados, nações e indivíduos. A esse respeito, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) A crença no poder do homem e da ciência sobre a natureza, a concepção de superioridade racial e o nacionalismo sustentaram as políticas imperialistas, nas quais o darwinismo social pregava que, assim como na natureza, os mais fortes conseguem suplantar os mais fracos.

B) A ideia de modernidade envolvia o espetacular, o movimento, a transformação, a velocidade, o culto ao belo, atingindo o mundo das diversões com a invenção do cinema, o ambiente doméstico, as fábricas e as artes, tal como expressavam os artistas do movimento futurista.

C) Ao clima de modernidade associava-se uma onda crescente de nacionalismo, a exemplo da Alemanha, unificada, industrializada, fortalecida militarmente e disposta a expandir seu território com o apoio de movimentos que pregavam a superioridade da raça germânica.

D) O Japão, com a Restauração Meiji, e os Estados Unidos, tardiamente industrializados, eram nações que se mantinham isoladas dos progressos tecnológicos do mundo ocidental, o que se refletia, nesses países, respectivamente, na manutenção de tradições feudais e na frágil penetração das novidades trazidas pelo cinema.

03. (UFMG) *Em 1793, uma missão comercial britânica chegou à China e conseguiu ser recebida pelo próprio imperador. Os ingleses solicitavam, principalmente, autorização para abrir uma representação diplomática em Pequim, a abertura de mais portos chineses ao comércio internacional e a redução de tarifas alfandegárias. Em sua resposta ao rei da Inglaterra, escreveu o imperador chinês: "Nunca demos valor a artigos engenhosos, nem temos a menor necessidade das manufaturas de seu país. Portanto, ó rei, no tocante à tua solicitação de enviar alguém para permanecer na capital, ao mesmo tempo que não está em harmonia com os regulamentos do Império Celestial, sentimos também muito que isso não trará nenhuma vantagem para o teu país".*

Apud SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 134.

Essa atitude do Império Chinês estava relacionada

A) ao temor dos governantes chineses de afrontar a opinião nacionalista do país, notadamente após a Revolta Taiping.

B) à autossuficiência do sistema econômico imperial, que admitia receber, preferencialmente, metais preciosos em troca de seus produtos.

C) à preferência que os chineses davam ao comércio com o Império Espanhol, tradicional parceiro dos negociantes orientais.

D) à preocupação em proteger a burguesia chinesa, que se sentia ameaçada em relação à concorrência dos produtos ingleses.

04. (UFMG) Entre, aproximadamente, 1880 e 1914, ocorreu a "corrida para a África", ou seja, uma aceleração no processo de conquista desse continente por parte das potências europeias. Nesse curto período – cerca de três décadas –, o continente africano foi quase inteiramente retalhado por alguns Estados europeus, que disputavam a primazia na formação de impérios coloniais.

Considerando-se a conquista imperialista e a subsequente colonização da África, é **CORRETO** afirmar que

A) os missionários religiosos e cientistas que atuavam nesse continente denunciaram as ações praticadas pelos conquistadores, tentando deter a colonização.

B) a instalação efetiva de colonos europeus se deu em maior proporção nas atuais regiões da África do Sul e da Argélia.

C) os Estados dominantes reservaram para si as conquistas, impedindo a participação das potências europeias de menor expressão na divisão das terras.

D) os europeus encontraram facilidade para estabelecer o domínio militar, dada a ausência de instituições políticas e de líderes locais capazes de organizar a resistência.

05. (UFMG–2007) *Na história da África, jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelos imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema.*

BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África*. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo: Ática / Unesco, 1991. p. 25.

Considerando-se o contexto da colonização europeia da África, é **CORRETO** afirmar que

A) a demarcação das fronteiras entre as diferentes colônias respeitou as divisões territoriais previamente existentes entre as etnias africanas.

B) a derrota da Alemanha na Primeira Guerra implicou a concessão de independência aos territórios por ela colonizados, sob a proteção da ONU.

C) essa colonização resultou em decréscimo da população africana, devido à intensa exploração dos recursos humanos e materiais.

D) os Estados europeus, embora negassem oficialmente a escravidão, adotavam trabalho compulsório em alguns territórios coloniais.

06. (FUVEST-SP–2011) *África vive* [...] *prisioneira de um passado inventado por outros.*

COUTO, Mia. Um retrato sem moldura. In: HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula.* São Paulo: Selo Negro, 2005. p.11.

A frase anterior se justifica porque

A) os movimentos de independência na África foram patrocinados pelos países imperialistas, com o objetivo de garantir a exploração econômica do continente.

B) os distintos povos da África preferem negar suas origens étnicas e culturais, pois não há espaço, no mundo de hoje, para a defesa da identidade cultural africana.

C) a colonização britânica do litoral atlântico da África provocou a definitiva associação do continente à escravidão e sua submissão aos projetos de hegemonia europeia no Ocidente.

D) os atuais conflitos dentro do continente são comandados por potências estrangeiras, interessadas em dividir a África para explorar mais facilmente suas riquezas.

E) a maioria das divisões políticas da África definidas pelos colonizadores se manteve, em linhas gerais, mesmo após os movimentos de independência.

07. (UFF-RJ) A Revolução Meiji é um evento da história do Japão que determinou

A) o processo de avanço do capitalismo internacional na área da Ásia e o movimento de defesa de um Japão socialista, próximo da experiência da China.

B) o movimento de defesa das tradições orientais que propunha a união com a China a fim de fortalecer as áreas orientais contra o imperialismo ocidental.

C) divisões internas das elites dirigentes decorrentes das diferentes visões com relação à cultura ocidental – os progressistas, aliados da China, e os conservadores, aliados dos países ocidentais reconheciam que a manutenção de uma estrutura fragmentada das ilhas limitava o desenvolvimento da agricultura e que a saída era a industrialização.

D) a modernização da estrutura econômica japonesa facilitou a entrada de capital estrangeiro, o processo de urbanização e a alteração de valores, desencadeando a "ocidentalização" do Japão.

E) a defesa da propriedade privada com a eliminação das formas feudais de organização da terra e o incentivo às reformas agrárias vinculadas ao socialismo, bem como a manutenção das tradições, mediante o fechamento das relações com os países ocidentais e o avanço militar sobre o Império Russo.

08. (UFES)

Pedra Assassina

O diamante é o combustível que alimenta três das mais violentas guerras africanas. [...] *Nestes lugares, companhias mineradoras ou seus intermediários estimulam o prosseguimento dos combates fornecendo armas e mercenários. Em alguns casos, apoiam governos, em outros dão suporte a grupos guerrilheiros.*

VEJA, 31 maio 2000.

Os conflitos, aos quais se refere a matéria, estão localizados em Angola, no Congo e em Serra Leoa. Esses conflitos

A) resultaram da partilha colonial europeia, que criou Estados, segundo seus interesses, sem respeitar as especificidades africanas.

B) estabeleceram-se após a Primeira Guerra Mundial, quando os países africanos se aliaram aos europeus.

C) não preocupam os organismos internacionais, pois prejudicam áreas restritas do continente, sem importância econômica.

D) diminuíram após a Segunda Guerra Mundial, quando os norte-americanos se retiraram do espaço geográfico africano.

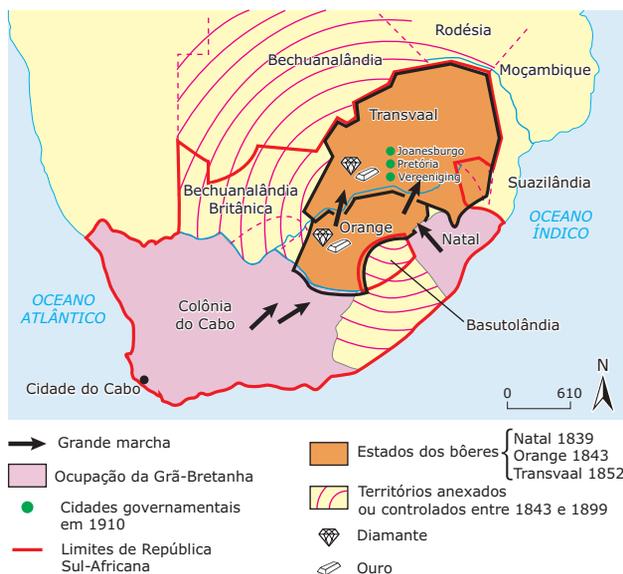
E) não representam ameaça à população civil, pois atingem apenas os governos e os revolucionários.

09. (Unicamp-SP–2010) *No século XIX, surgiu um novo modo de explicar as diferenças entre os povos: o racismo. No entanto, os argumentos raciais encontravam muitas dificuldades: se os arianos originaram tanto os povos da Índia quanto os da Europa, o que poderia justificar o domínio dos ingleses sobre a Índia, ou a sua superioridade em relação aos indianos? A única resposta possível parecia ser a miscigenação. Em algum momento de sua história, os arianos da Índia teriam se enfraquecido ao se misturarem às raças aborígenes consideradas inferiores. Mas ninguém podia explicar realmente por que essa idéia não foi aplicada nos dois sentidos, ou seja, por que os arianos da Índia não aperfeiçoaram aquelas raças em vez de se enfraquecerem.*

PAGDEN, Anthony. *Povos e Impérios*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 188-194. (Adaptação).

A) Segundo o texto, quais as incoerências presentes no pensamento racista do século XIX?

B) O que foi o imperialismo?

10. (UFRJ–2010)

Atlas Historique. Paris: Hachette, 1987. p. 239. (Adaptação).

A Guerra dos Bôeres (1899-1902), na África do Sul, levou a Inglaterra a mobilizar aproximadamente 450 mil soldados, trazidos de todo o seu Império. A vitória britânica fez com que fosse limitada a autonomia dos estados bôeres. No entanto, o sistema eleitoral permitiu que, terminada a guerra, os africânderes (bôeres) dominassem o poder político em diversas províncias. No mapa anterior, pode-se observar o cenário dessa guerra e a indicação geográfica de fatores a ela relacionados.

A) **APRESENTE** uma razão para o início dessa guerra.

B) **EXPLIQUE** o que permitiu aos bôeres obter o controle político de diversas províncias, mesmo tendo perdido a guerra para os ingleses.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2002) *O continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos étnicos.*

MARTIN, A. R. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1998.

Diferentemente do continente americano, onde quase que a totalidade das fronteiras obedece a limites naturais, a África apresenta as características citadas em virtude, principalmente,

A) da sua recente demarcação, que contou com técnicas cartográficas antes desconhecidas.

B) dos interesses de países europeus preocupados com a partilha dos seus recursos naturais.

C) das extensas áreas desérticas que dificultam a demarcação dos limites naturais.

D) da natureza nômade das populações africanas, especialmente aquelas oriundas da África Subsaariana.

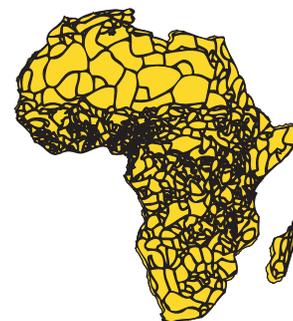
E) da grande extensão longitudinal, o que demandaria enormes gastos para demarcação.

02. (Enem–2005) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano. Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.

II. As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.

III. As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de Independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

As fronteiras étnicas e políticas da África

Atualidades / Vestibular 2005, 1º sem, Abril, p. 68.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

A) I.

B) II.

C) III.

D) I e II.

E) II e III.

03. *O Canal do Panamá uniu os oceanos Atlântico e Pacífico, facilitando o transporte de mercadorias e reafirmando o poder norte-americano sobre a região.*

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos*: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

Disponível em: <http://sdc.eu>. Acesso em: 13 out. 2010.

A imagem e o texto anterior referem-se à construção do Canal do Panamá, obra almejada pelos Estados Unidos, que aliaram as suas necessidades comerciais aos seus anseios expansionistas. Para que obtivessem o seu controle, entretanto, os estadunidenses apoiaram a Independência do Panamá, que à época integrava a Grã-Colômbia. Em contrapartida, o alto comando de Washington exigiu que a zona do Canal do Panamá permanecesse sob controle dos EUA de 1904 até o *Reveillon* do ano 2000. A ação dos Estados Unidos no Panamá reflete uma faceta das suas relações internacionais do século XX, marcada sobretudo pela

A) imposição dos interesses da Casa Branca no Caribe e na América Central, desde que ela não interferisse na soberania dos nativos.

B) difusão do projeto político-institucional estadunidense pela América Latina, vista como uma área a ser dominada, mesmo que militarmente.

C) constituição de alianças, garantindo a Independência dos países latino-americanos de forma legal e diplomática.

D) parceria dos EUA com as maiores potências europeias no intuito de imperar sobre as nações subdesenvolvidas da América Latina.

E) aplicação de capitais nos países recém-independentes, para que estes compartilhassem o seu desenvolvimento com os estadunidenses.

GABARITO

Fixação

01. D 02. B 03. C 04. A 05. E

Propostos

01. D 03. B 05. D 07. D
02. D 04. B 06. E 08. A

09. A) O texto apresentado pela questão alega que os ingleses e os indianos descenderiam de um mesmo povo, os indo-europeus, denominados arianos. Assim, qualquer tipo de dominação inglesa na Índia, como aquela que ocorria no século XIX, seria incoerente e injustificável. O texto ainda questiona o desenvolvimento de ambas as civilizações, afinal, para o autor, não há uma justificativa concreta que revele os motivos pelos quais os arianos da Índia não se desenvolveram tanto quanto os ingleses.

B) O imperialismo, ou neocolonialismo, foi a corrida dos Estados europeus para garantir colônias ou mesmo zonas de influência principalmente nos continentes africano e asiático. As regiões dominadas, de acordo com o viés imperialista, seriam capazes de consumir os produtos industrializados europeus, fornecer as matérias-primas necessárias à produção, abrigar o contingente populacional das nações dominantes e ainda receber reinvestimentos oriundos dos lucros gerados pela Revolução Industrial.

10. A) Desde o início do século XIX, a região que hoje corresponde à África do Sul era ocupada por holandeses, que viam nas riquezas minerais da região uma grande possibilidade de enriquecimento. Devido ao seu poderio econômico e militar, no entanto, a Inglaterra conquistou várias colônias na África ao final das decisões da Conferência de Berlim, entre elas a região ocupada pelos holandeses. Assim, dado o impasse entre os holandeses, também chamados de bôeres, que já ocupavam a região e eram os detentores legais da mesma, houve o início de uma guerra entre a Inglaterra e a Holanda.

B) A partir das informações do texto e de outros conhecimentos sobre o assunto, é possível afirmar que, mesmo perdendo a guerra, os holandeses ainda conseguiram manter certa influência política nas regiões próximas à África do Sul. Tal conquista só foi possível porque os bôeres, em grande número no continente africano, criaram dispositivos legais que privavam os nativos do direito de votar. Assim, os eleitores de maioria holandesa mantinham seus iguais no poder.

Seção Enem

01. B

02. E

03. B

HISTÓRIA

MÓDULO 13 FRENTE B

Brasil Império: Período Regencial

Entre os anos de 1831 a 1840, o Brasil enfrentava uma inédita situação política: a recente nação começava a ser governada pelos próprios brasileiros. Com um atraso de nove anos – nossa Independência data de 1822 –, o novo cenário político criou uma natural divergência nos setores da elite nacional, levando a dois momentos distintos no Período Regencial: o "avanço liberal" e o "regresso conservador". No primeiro período, que engloba as três primeiras regências (Provisória, Permanente e de padre Feijó), entre os anos de 1831 a 1837, o Brasil seguiu uma linha liberal, conduzida pelos políticos de oposição ao autoritarismo do imperador e desejosos de uma maior descentralização do poder em favor das províncias. Porém, a fase liberal se encerra com a Regência de Araújo Lima, em 1837, dando início à centralização do "regresso conservador", assim classificado devido aos receios, por parte da elite, de ver o Brasil ser fragmentado pelas rebeliões regenciais e ao temor da radicalização das reformas, principalmente aquelas que pudessem ter algum caráter democrático.

A história regencial pode ser dividida em 4 etapas:

- Regência Trina Provisória (abril a julho de 1831)
- Regência Trina Permanente (1831-1835)
- Regência Una de Padre Feijó (1835-1837)
- Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (ABRIL A JULHO DE 1831)

Após a renúncia de D. Pedro I, o Brasil ficou sem governante. Segundo a Constituição de 1824, na ausência do imperador, o país deveria ser governado por uma regência composta de três pessoas (trina) eleitas pela Assembleia Brasileira, que, no momento da renúncia, estava em recesso. A situação de vacância do poder foi solucionada por um grupo de políticos residentes na capital, que assumiu por um curto prazo o controle da nação. Assim, essa regência ficou conhecida como Regência Trina Provisória e era formada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva. A primeira ação dessa regência foi readmitir o gabinete do Ministério dos Brasileiros, anteriormente demitido por D. Pedro I, além de anistiar os presos políticos que estavam detidos devido ao autoritarismo do imperador. Após terem sido convocados, os políticos da Assembleia Geral já estavam aptos a escolher a Regência Trina Permanente.

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835)

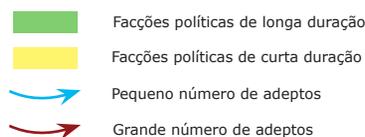
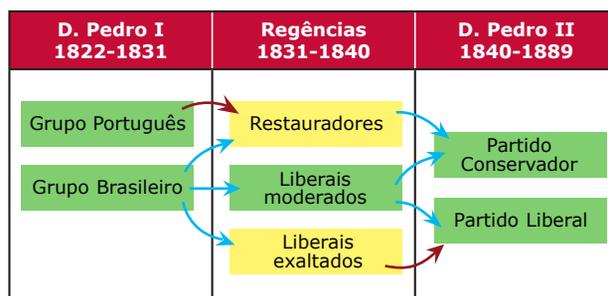
A Regência Trina Permanente era composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva e dos deputados João Bráulio Munis e José da Costa Carvalho e foi eleita pela Assembleia Geral, convocada para a escolha dos regentes e para estabelecer os rumos políticos da nação. Apesar da presença dos três regentes, o destaque administrativo ficou por conta do ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, defensor de um Poder Executivo forte e independente. Sua postura se refletiu nos vários conflitos entre ele e a Assembleia Geral.

Sébastien Auguste Sisson

Padre Feijó, símbolo maior do avanço liberal

A vontade política de padre Feijó era deter um poder centralizado para manter a ordem no país, haja vista a instabilidade política do período. O cenário conturbado do início da Regência pode ser primeiramente identificado pelas distinções dos projetos defendidos após a abdicação de D. Pedro I, o que estimulava o confronto entre os interesses em jogo. O exemplo dessa diversidade política foi a substituição do modelo partidário anterior, português e brasileiro, por um modelo regencial caracterizado pela existência de três partidos.

Organização partidária

- **Restauradores** ou caramurus: defensores do poder do imperador conforme as determinações presentes na Constituição de 1824. Para atingir seu objetivo, desejavam o retorno de Pedro I ao Brasil. O sonho dos restauradores foi interrompido em 1834, quando o primeiro imperador brasileiro faleceu. Os membros dessa agremiação originavam-se dos setores burocratas e dos comerciantes portugueses, que acreditavam que um governo conduzido por um líder lusitano se encarregaria de manter os cargos e os privilégios de cada grupo, respectivamente. A origem política dos restauradores é o antigo Partido Português.
- **Liberais moderados** ou chimangos: buscavam estabelecer reformas que aproximassem o Império Brasileiro de uma estrutura federalista que viesse garantir uma relativa autonomia das províncias. Porém, essa ideia não excluía o regime monárquico, já que os moderados aceitavam a existência do imperador, mas lutavam por uma maior divisão dos poderes e, consequentemente, por uma organização política com um maior grau de descentralização. Os principais atuantes desse partido eram originários do antigo Partido Brasileiro, entre os quais se destacavam os proprietários escravocratas do Sudeste, responsáveis pelo abastecimento da Corte carioca, garantindo uma maior influência dessa região na política brasileira. Como o próprio nome indica, os membros desse partido não estavam dispostos a investir em um projeto de grandes rupturas e transformações da sociedade brasileira.
- **Liberais exaltados**, farroupilhas ou jurujubas: partilhavam de vários projetos para o Brasil, variando da redução do poder real até a sua total extinção. Essa diversidade era reflexo de uma composição heterogênea, social e economicamente, visto que estavam presentes desde setores exportadores de vários gêneros agrícolas tropicais a grupos urbanos, como jornalistas, profissionais liberais e funcionários públicos. Projetavam transformações mais concretas para a nação, como a implantação de um sistema político mais democrático e liberal. Eram defensores do federalismo e da descentralização administrativa, exemplificada no desejo da abolição do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado. Alguns dos seus membros mais radicais chegavam a desafiar a autoridade imperial, sugerindo a implantação de uma República e o fim da escravidão.

A diversidade de projetos, somada à ausência da autoridade monárquica, foi responsável pela criação de um quadro de instabilidade que dominou as relações políticas e sociais no Brasil. Como o compromisso das Forças Armadas frente aos interesses dos regentes era sempre carregado de dúvida, padre Feijó propôs a criação de uma força militar que pudesse servir de instrumento contra as insurgências políticas e sociais existentes no período. Essa força militar ficou conhecida como **Guarda Nacional**.

Guarda Nacional

Composta de cidadãos de alta renda, a nova tropa, formada em 18 de agosto de 1831, mostrou-se um considerável instrumento repressor. Dando o título honorário de coronel para parte dos fazendeiros, estes assumiam o controle de milícias regionais, representando a força governamental disposta a abafar revoltas. Nota-se, que graças à Guarda Nacional, criou-se o costume de chamar os fazendeiros de "coronéis". A Guarda Nacional foi responsável por um certo enfraquecimento do Exército brasileiro, pois aqueles que participassem da nova força seriam dispensados dos compromissos com as tropas nacionais. Essa Guarda cumpriu um importante papel controlador e, ao mesmo tempo, indicador do excessivo poder das elites nacionais e da tendência de descentralização da época. Pode-se dizer que a criação da Guarda Nacional e sua prática cotidiana simbolizaram a transferência da função policial do Estado para os detentores do poder local, ou seja, a migração da função repressora pública para setores privados. Sua extinção só ocorreu na Primeira República, em 1918.

Código de Processo Criminal

Durante a Regência Trina Permanente, foram realizadas algumas mudanças no Código Criminal do país. Até o processo de Independência, nossa legislação penal era orientada pelas ordens portuguesas, visto que a colônia submetia-se às determinações metropolitanas. Porém, após a Constituição de 1824, foi elaborado pelo político Bernardo Pereira de Vasconcelos o Código Criminal (1830), modificado em 1832 pelo governo regencial.

Conhecida como Código de Processo Criminal, a nova legislação apresentava como novidade o alargamento do poder entregue aos juízes de paz, eleitos nas localidades para o exercício do papel policial e judiciário, o que permitiu maior influência da elite agrária sobre as questões jurídicas locais. O novo código também determinou a criação de um júri, que seria responsável por julgar crimes, e do *habeas corpus*, instrumento jurídico que impede prisões arbitrárias.

Apesar dessa legislação descentralizadora, o ministro Feijó exigiu que a Assembleia ampliasse seu poder, ameaçando os deputados através da Guarda Municipal, que cercou a câmara. Porém, viu seu plano fracassar, pois, mesmo sob ameaça, os deputados não estavam dispostos a lhe conceder poder absoluto. O insucesso do golpe levou Feijó a renunciar ao cargo de ministro da Justiça.

A nova situação política gerada pela saída de Feijó possibilitou um consenso entre moderados e exaltados quanto à necessidade de se empreender uma reforma liberal que ampliasse a autonomia das províncias e garantisse uma experiência próxima do ideal republicano. Sendo assim, foram instauradas algumas mudanças na Constituição de 1824, que foram classificadas como Ato Adicional de 1834.

Ato Adicional de 1834

O projeto descentralizador seria a direção política a ser seguida pela nova lei. Como o maior símbolo do poder central era o Poder Moderador, este foi suspenso durante o regime regencial, junto com o Conselho de Estado, principal instrumento consultivo do monarca. Visando fortalecer o poder local, o Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, que poderiam nomear funcionários e legislar quanto à questão tributária, rompendo com o controle econômico exercido pelo governo imperial. Quanto ao formato político, optou-se pela criação da Regência Una. Apesar de o comando regencial ser exercido por uma só pessoa, a medida apresentou um ato descentralizador, visto que o regente seria escolhido por um pleito que incluía os eleitores provinciais.

Outra visão...

Existe um consenso acerca do papel descentralizador do Ato Adicional. Porém, esse não representou uma total ruptura com a antiga ordem. O fato de que o Senado Vitalício não foi extinto, os governadores provinciais ainda eram escolhidos pelo governo central e o Poder Moderador foi suspenso, mas não suprimido, demonstra a persistência de traços da ordem imperial arquitetada por D. Pedro I. Além disso, o Ato Adicional criou o município neutro do Rio de Janeiro, buscando impedir a influência provincial fluminense nas determinações do governo central, sediado na capital do Império.

O Ato Adicional atendeu aos interesses de exaltados e moderados através da criação de um clima de maior pacificação política, mediante a liberalização da vida política brasileira. Porém, após a instauração da Regência Una, iniciou-se um conjunto de revoltas regionais que levaria a elite brasileira a afastar-se da postura liberal, para voltar a impor medidas conservadoras, evitando, assim, os distúrbios locais e a ampliação das reformas democráticas, tão desagradáveis para a elite. No ano de 1835, enfrentando difícil eleição indireta, padre Feijó retornou à política brasileira, eleito para chefiar a primeira Regência Una.

REGÊNCIA UNA DE PADRE FEIJÓ (1835-1837)

Apesar das concessões liberais e da maior autonomia política das províncias, nota-se que o Brasil continuava vivendo um período de instabilidade. Politicamente, ocorreu uma reordenação entre os partidos. Substituindo os três grupos partidários existentes, o poder político brasileiro passou a ser disputado majoritariamente por duas facções políticas: **os progressistas e os regressistas**. O grupo dos progressistas foi formado pelos antigos membros dos Partidos Exaltado e Moderado. Já o Partido Regressista era composto de políticos do Partido Moderado e do Restaurador. Este já havia desaparecido desde 1834, após a morte de D. Pedro I, em Portugal, levando o partido a perder o seu sentido. Os progressistas eram defensores de padre Feijó e lutavam pela manutenção da autonomia das províncias. Já os regressistas desejavam uma maior centralização do poder e o fim das revoltas provinciais que começavam a tomar conta do país. Na medida em que padre Feijó governava e demonstrava o seu caráter autoritário, o Parlamento reduzia cada vez mais o seu apoio ao regente, ao mesmo tempo que este entrava em conflito com a Igreja Católica ao defender o fim do celibato clerical. Assim, sofrendo um enorme desgaste na condução do governo, Feijó renunciou ao cargo de regente, dando fim à fase conhecida como "maré liberal" e permitindo a ascensão do grupo regressista, representado pelo substituto de Feijó: Araújo Lima.

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

Araújo Lima, membro do grupo regressista, assumiu interinamente em 1837, mas sua confirmação só aconteceu em nova eleição em 1838. Era o início do chamado "regresso conservador", período em que a elite buscou frear as transformações do Brasil visando à manutenção de uma ordem aristocrática.

Formando um novo gabinete, composto majoritariamente de regressistas, Araújo Lima criava o "Ministério das Capacidades", que contou com um antigo representante dos moderados, Bernardo Pereira de Vasconcelos, conhecido por sua liderança liberal.

Muitos se perguntavam: o que fazia um liberal entre os regressistas? A questão é facilmente compreendida pelo contexto da época. Como assinalado anteriormente, havia um temor da elite quanto a uma possível radicalização das reformas, levando a maior parte do corpo político nacional a apoiar um projeto regressista. Nas próprias palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos encontraremos esse novo caminho dos liberais:

> Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista.

Assim, como liberal, Vasconcelos combateu o centralismo de D. Pedro I, mas passou a temer que sua luta por descentralização estivesse levando o Brasil a uma restruturação sociopolítica, desinteressante para a elite. Por isso, Bernardo Pereira afirma: "[...] eu quis parar o carro revolucionário", mostrando a indisposição dos liberais em apostar em um caminho que ameaçasse os tradicionais mecanismos de exercício do poder pelo corpo aristocrático do país.

Sébastien Auguste Sisson

Bernardo Pereira de Vasconcelos. Sua passagem dos liberais aos conservadores ilustra o movimento realizado por grande parte da elite brasileira, durante o conturbado Período Regencial.

Durante o governo regressista de Araújo Lima, houve uma tentativa de abafar as revoltas regenciais que explodiam no Brasil. Nessa ocasião, os regressistas, que já dominavam o Parlamento, culparam o Ato Adicional de 1834 por tantas revoltas. Afinal, esse ato visava a dar maior liberdade às províncias, permitindo que estas flexibilizassem seus laços com o governo sediado no Rio de Janeiro, criando certa autonomia que culminou no desejo emancipatório, exemplificado na Farroupilha e na Cabanagem.

Isso explica por que os regressistas classificavam o Ato Adicional de 1834 como "Ato da Anarquia". Para solucionar tal questão, foi aprovada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional** em maio de 1840, responsável pelo fortalecimento do poder central em detrimento das províncias. Essa lei reduziu as conquistas obtidas pela legislação de 1834, garantindo ao governo central um controle maior das estruturas judiciária, policial e administrativa e das prerrogativas de nomeação de funcionários obtidas pelas províncias, minimizando o poder das Assembleias Provinciais e seu espaço de ação.

GOLPE DA MAIORIDADE

Apesar da Lei Interpretativa, o Brasil ainda enfrentava as revoltas regionais. Na busca de uma solução que garantisse o interesse dos setores elitistas, foi criado pelos liberais o Clube da Maioridade, que desejava antecipar a ascensão de D. Pedro II e colocar fim nos conflitos existentes. O grupo obteve, com o decorrer dos meses, o apoio dos políticos mais conservadores, também temerosos de uma possível fragmentação do Brasil, como ocorrera na América Hispânica.

O projeto do Clube da Maioridade se confirmou em junho de 1840, quando D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil, em um movimento histórico conhecido como **Golpe da Maioridade**, já que ele assumiu o controle do país com apenas 14 anos de idade. Encerravam-se as regências, dando início ao mais longo governo da História do Brasil: o Segundo Reinado, período em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. O fato de esse golpe ter sido desferido pelos liberais demonstra como a diferença entre os grupos políticos no Brasil era diminuta. Nesse sentido, é importante perceber que liberais e conservadores, na verdade, desejavam resguardar a manutenção das estruturas política, econômica e social do Brasil, tendo a questão escravista, em especial, maior ênfase.

Arnaud Pallière

Representação de D. Pedro II durante sua menoridade no Período Regencial

Cabe observar que, além das mudanças na esfera política, a Regência de Araújo Lima foi responsável pela criação do Colégio Pedro II, do Arquivo Público Nacional e do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), responsável pela formação dos primeiros compêndios oficiais que construíram a História Brasileira, entre outras realizações.

REBELIÕES REGENCIAIS

Durante o Período Regencial, principalmente nas Regências de padre Feijó e Araújo Lima, o Brasil foi varrido por um conjunto de revoltas que são genericamente classificadas como rebeliões regenciais. Estas apresentavam uma postura regional de resistência às determinações do governo central e, ao mesmo tempo, a luta por autonomia de algumas regiões, que viviam isoladas politicamente e em condições de miséria. As revoltas regenciais marcaram o momento em que o Brasil esteve com sua unidade territorial ameaçada, visto que buscavam a emancipação de algumas regiões. É necessário ressaltar que, no Brasil do período, não era possível se afirmar a existência de uma efetiva identidade nacional, predominando identidades regionais. As principais revoltas ocorridas no Período Regencial foram:

- Revolta de Malês (Bahia, 1835)
- Cabanagem (Pará, 1835-1840)
- Sabinada (Bahia, 1837-1838)
- Balaiada (Maranhão, 1838-1841)
- Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Revolta de Malês (Bahia, 1835)

A Revolta de Malês, ocorrida em Salvador, em janeiro de 1835, marcou uma das facetas da resistência escrava no Brasil. Desde o Período Colonial, os africanos transportados para a colônia lutaram contra o cativeiro que o novo continente lhes impunha. Tal luta se dava por meio dos quilombos, das revoltas locais e das fugas, entre outras formas de resistência. Porém, a revolta ocorrida na Bahia em 1835 apresentou um maior grau de organização. Esse diferencial foi obtido por uma situação especial: alguns dos escravos rebeldes vieram para o Brasil alfabetizados em árabe e eram seguidores da religião muçulmana, permitindo uma maior identificação e consequente articulação contra as forças políticas e econômicas da sociedade, a ponto de planejarem a tomada de Salvador e do Recôncavo Baiano.

Apesar de uma relativa organização dos rebeldes, o movimento não obteve o sucesso esperado, principalmente por ter sido denunciado por ex-escravos. A repressão do governo foi violenta: 5 escravos condenados à morte e fuzilados em 14 de maio de 1835, além de mais de 400 presos e deportados para a África.

Cabanagem (Pará, 1835-1840)

O termo cabanagem é proveniente das habitações onde morava a maioria da população que participou da revolta: casas de palafitas, toscas e simples, cujos moradores recebiam o nome de cabanos. Faziam parte do grupo combatentes negros, mulatos, índios e brancos pobres. A revolta originou-se da insatisfação da população frente ao autoritarismo do governador da província do Pará, Lobo de Souza.

Liderados pelos irmãos Vinagre, por Félix Clemente Malcher e por Eduardo Angelim, os revoltosos conseguiram tomar o governo central do Pará, com a ajuda da população mais simples. Porém, o movimento apresentava divergências internas e havia a ausência de um plano para a região após a tomada do poder. Os cabanos eram excelentes no combate, mas se mostraram ineficientes na administração do Pará. Isso explica a constante troca de administradores da província durante um ano e quatro meses em que permaneceram no poder. O primeiro a assumir o controle do governo foi Félix Clemente, que, em poucos meses, foi executado pelos próprios rebeldes. Em seguida, assumiu Francisco Vinagre, morto em combate, sendo substituído por Eduardo Angelim, preso pelas forças do governo. Apesar de ser uma revolta contrária às situações políticas ligadas ao autoritarismo da província e do governo central, os dois primeiros líderes da rebelião se mantiveram fiéis ao Império. Somente o último líder, Eduardo Angelim, ligado aos interesses dos cabanos, conseguiu romper com essa postura, formando uma República no Pará durante os poucos meses em que esteve à frente da administração.

A reação do governo central conseguiu acabar com o movimento na capital, Belém, em maio de 1836, utilizando uma esquadra liderada pelo brigadeiro José de Souza Soares. Porém, foram necessários aproximadamente 4 anos para conseguir destruir a resistência ao governo central que persistia no interior do Pará. A Cabanagem foi um movimento profundamente violento; durante a rebelião, morreram mais de 40 000 pessoas. Cabe destacar que essa revolta marcou o primeiro movimento brasileiro em que a população de menor renda conseguiu êxito por certo tempo ao ascender ao poder político de uma província.

Sabinada (Bahia, 1837-1838)

A Bahia era, desde o final do século XVIII, uma região de conflitos políticos que foram retomados durante a nstabilidade do Período Regencial. A insatisfação da sociedade baiana originou-se da convocação promovida pelo governo regencial para que a população se alistasse nas forças de combate ao movimento da Farroupilha no Sul do país. Indispostos a obedecer ao governo, os revoltosos iniciaram um movimento republicano que ficou conhecido como Sabinada, homenagem a um dos líderes do movimento, o médico Francisco Sabino Barroso. Essa insurgência apresentou uma característica distinta, pois a ruptura com o governo do Rio de Janeiro só ocorreria enquanto houvesse o governo regencial, já que os rebeldes manteriam o regime republicano até a aclamação de D. Pedro II. Essa postura indica, com clareza, o respeito que a figura simbólica do imperador exercia sobre o país.

Tomando o poder após uma revolta no dia 7 de novembro de 1837, os rebeldes conseguiram expulsar os representantes do governo central e proclamar a República Bahiense, separada do restante do Brasil. Para obter o apoio de parcela da população negra, os revoltosos prometeram liberdade para os escravos nascidos no Brasil. A República Baiana durou apenas 4 meses, já que as tropas fiéis à Regência cercaram Salvador, prendendo alguns líderes do movimento. Os que sobreviveram à ação repressora do governo foram anistiados por D. Pedro II no ano de 1840.

Balaiada (Maranhão, 1838-1841)

A situação do Maranhão não era diferente da das outras regiões do Brasil, apresentando uma população de 200 mil pessoas que viviam em total condição de miséria, sendo mais da metade da população composta de escravos.

Em 1838, um mestiço chamado Raimundo Gomes, apelidado de "Cara Preta", invadiu a cadeia da Vila de Manga para libertar seu irmão. Seu ato audacioso o fez ficar conhecido na região e obter o apoio de parcela da população marginalizada. Novas investidas contra outras vilas começaram a ocorrer, agora com o objetivo de reivindicar melhorias sociais e econômicas para os excluídos. Raimundo Gomes obteve o apoio de um mestiço, fabricante de balaios, chamado Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Este, conhecido como Balaio, por vingança familiar, resolveu perseguir todos aqueles que não eram de sua raça e de sua classe social. Foi graças a Manuel Francisco que o movimento passou a se chamar Balaiada. Porém, o apoio mais substancial ficou por conta de Cosme Bento das Chagas, conhecido como Preto Cosme, que liderava um grupo de 3 000 escravos fugidos.

Em agosto de 1839, os rebeldes tomaram a cidade de Caxias e enviaram um representante ao governo de São Luís, que encaminhou um conjunto de exigências para evitar uma batalha com o governo central. As reivindicações não foram aceitas e o clima de impasse se tornou insustentável. Em 7 de fevereiro do ano seguinte, o coronel Luís Alves de Lima e Silva assumiu a presidência da província com a função de acabar com a revolta. Liderando vários grupos de combate, o coronel conseguiu abafar a Balaiada, que se mostrou desorganizada para reunir mais adeptos e para concretizar os principais projetos do grupo. Com a chegada de D. Pedro II ao trono em 1840, Lima e Silva concedeu anistia aos balaios, obtendo a rendição de 2 500 pessoas. Restavam ainda os líderes, que, resistindo na frente de batalha, acabaram sendo presos e mortos, como aconteceu com Preto Cosme, em setembro de 1842.

Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Apesar de o nome da revolta estar associado aos farrapos dos pobres trabalhadores da região Sul do Brasil, a Revolução Farroupilha, ou Revolta dos Farrapos, teve a liderança dos grandes fazendeiros e proprietários de gado de corte. A questão econômica por trás dessa luta se explica pelo interesse na redução dos impostos que o governo central impunha sobre a carne-seca, chamada de charque. Havia uma dificuldade na comercialização do produto, já que a concorrência da região platina, que não sofria a carga de impostos do liberal Estado brasileiro, levava a uma fragilização do comércio sulista. Além disso, o fato de argentinos e uruguaios utilizarem mão de obra assalariada proporcionava uma produção de melhor qualidade e em maior quantidade. Além do charque, outros produtos, como o couro e o sebo, enfrentavam o mesmo problema tributário.

Em 1835, data de início da revolução, Bento Gonçalves, filho de um fazendeiro da região, passou a liderar um grupo de revoltosos que conseguiu depor o presidente da província do Rio Grande do Sul e assumir o governo. Acabava de ser fundada a República Rio-Grandense ou República Piratini. A revolução atingiu outras regiões, sendo estabelecida em Santa Catarina a República Juliana, com o apoio da luta luta armada de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, futuras lideranças do processo de Unificação italiana na segunda metade do século XIX. Assim, grande parte do Sul do Brasil se declarava independente do restante do Império Brasileiro, chegando a realizar uma Assembleia Constitucional que se inspirou nos princípios da Revolução Francesa e na Constituição norte-americana.

Guilherme Litran

Representação da Cavalaria Farroupilha

A luta pela reintegração do Sul ao Brasil foi intensa. Com a função de abafar o movimento, o barão de Caxias, que após o conflito recebeu o título de "Pacificador do Império", conseguiu obter sucesso na desarticulação da revolta. Atacando os rebeldes, ao mesmo tempo que mantinha um canal de negociação, o barão conseguiu, em 1845, assinar um acordo de paz que estabelecia a anistia aos revoltosos (Paz de Ponche Verde). Além disso, eles obtiveram outras conquistas, destacando:

- o Império pagaria as dívidas do governo republicano;
- os rio-grandenses indicariam o novo presidente da províncias;
- os oficiais republicanos seriam incorporados ao Exército imperial nos mesmos postos, com exceção dos generais;
- eram declarados livres todos os escravos que tinham lutado nas tropas republicanas (apesar dessa garantia, muitos dos ex-soldados negros foram levados para o Rio de Janeiro e vendidos como escravos, sem que os republicanos protestassem);
- continuavam válidos todos os processos em julgamento na Justiça republicana;

- seriam garantidas a segurança individual e a propriedade;
- seriam devolvidos à província todos os prisioneiros de guerra;
- os oficiais e soldados que tivessem aderido à causa rebelde seriam anistiados e reincorporados ao Exército imperial;
- o Império demarcaria definitivamente a fronteira com o Uruguai.

Os acordos de paz também estabeleceram a tributação do charque platino, garantindo uma igualdade comercial. Nota-se que a Farroupilha, pelo seu caráter elitista, teve um maior espaço de diálogo com o Império, sofrendo em menor grau a repressão governamental.

LEITURA COMPLEMENTAR

Ato Adicional

(Lei nº 16 – de 12 de agosto de 1834)

A Regência permanente, em nome do Imperador o sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Câmara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Império, nos termos da carta de lei de 12 de outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e adições à mesma Constituição:

Art. 10: O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercido pelas Câmaras dos distritos e pelas Assembléias que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de Assembléias Legislativas Provinciais.

[...]

Art. 21: Os membros das Assembléias Provinciais serão invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício de suas funções.

[...]

Art. 32: Fica suprimido o Conselho de Estado de que trata o título 5º, capítulo 7º da Constituição.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução das referidas mudanças e adições pertencer, que as cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelas se contém.

O secretário de Estado dos Negócios do Império as faça juntar à Constituição, imprimir, promulgar e correr.

[Ass.] Francisco Lima e Silva, João Bráulio Moniz, Antônio Pinto Chichorro da Gama.

Proclamação ao Povo sobre a Maioridade (1840)

Brasileiros!

A Assembléia Geral Legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual de S.M.I. o Senhor D. Pedro II, com que a Divina Providência favoreceu o império de Santa Cruz, reconhecendo igualmente os males inerentes a governos excepcionais, e presenciando o desejo unânime do povo desta capital; convencida de que com este desejo está de acordo o de todo o império, pra conferir-se ao mesmo Augusto Senhor o exercício dos poderes que, pela Constituição lhe competem; houve por bem, por tão poderosos motivos declará-lo em maioridade, para o efeito de entrar imediatamente no pleno exercício desses poderes, como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

O Augusto Monarca acaba de prestar o juramento solene determinado no art. 103 da Constituição do Império.

Brasileiros! Estão convertidas em realidades as esperanças da Nação; uma nova era apontou; seja ela de união e prosperidade. Sejamos nós dignos de tão grandioso benefício.

Paço da Assembléia Geral, 23 de julho de 1840.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (FGV-SP–2010) A respeito da Revolução Farroupilha (1835-1845), a mais prolongada revolta brasileira no Período Monárquico, é **CORRETO** afirmar:

A) Foi motivada por um amplo movimento abolicionista e pela influência das ideias republicanas e democráticas do século XIX.

B) A República Rio-Grandense, fundada em 1836, estabelecia o voto censitário, preservando o controle social dos latifundiários e grandes comerciantes gaúchos.

C) Por iniciativa de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, líderes da esquerda gaúcha, iniciou-se o primeiro processo de reforma agrária em terras brasileiras.

D) Reivindicava a antecipação da maioridade de Dom Pedro e a adoção de uma monarquia parlamentarista, nos moldes do Estado britânico.

E) Derrotados pelas forças comandadas pelo Barão de Caxias, os líderes rebeldes foram deportados para a Itália e para países da região do Prata.

02. (UFMG) A organização do sistema político foi objeto de discussões e conflitos ao longo do Período Imperial no Brasil.

Com relação ao contexto histórico do Brasil Imperial e aos problemas a ele relacionados, é **CORRETO** afirmar que

A) a centralização do poder foi objeto de sérias disputas ao longo de todo o século XIX e explica várias contendas internas às elites imperiais, como a Rebelião Praieira.

B) o constitucionalismo ganhou força, fazendo com que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário se tornassem independentes e harmônicos, o que atendia às queixas dos rebeldes da Balaiada.

C) o federalismo, de inspiração francesa e jacobina, foi uma das principais bandeiras do Partido Liberal, a partir da publicação do Manifesto Republicano, o que explica, entre outras, a Revolução Liberal de 1842.

D) os movimentos de contestação armada – como a Revolução Farroupilha, a Sabinada ou a Cabanagem – tinham em comum a crítica liberal às tendências absolutistas, persistentes no governo de D. Pedro II.

03. (Fatec-SP) O Ato Adicional de 1834 foi de importância significativa para o Brasil porque

A) restaurou a paz no Império, tendo em vista o término das rebeliões no Nordeste do país.

B) possibilitou a tomada do poder pelos conservadores que formavam a aristocracia rural.

C) antecipou a maioridade de D. Pedro I, evitando, assim, um golpe de Estado dos conservadores.

D) ampliou a autonomia das províncias, neutralizando a tendência centralizadora do Primeiro Reinado.

E) limitou os poderes excessivos das Câmaras Municipais, que poderiam dividir a nação.

04. (UFTM-MG–2010) *O caráter multiclassista expressou-se na própria amplitude geográfica da rebelião, que abrangeu, no sul do Maranhão e Piauí, os fazendeiros de gado ou bem-te-vis* [...] *e camadas populares e escravos no vale do Rio Itaperuna (Maranhão oriental). O conflito no seio das elites regionais deflagrou o movimento, opondo bem-te-vis aos cabanos – denominação dada aos conservadores da região* [...]

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial.*

O fragmento apresenta

A) a Praieira.

B) a Balaiada.

C) a Sabinada.

D) a Confederação do Equador.

E) as revoltas liberais de 1842.

05. (FUVEST-SP) Sobre a Guarda Nacional, é **CORRETO** afirmar que ela foi criada

A) pelo imperador, D. Pedro II, e era por ele diretamente comandada, razão pela qual se tornou a principal força durante a Guerra do Paraguai.

B) para atuar unicamente no Sul, a fim de assegurar a dominação do Império na Província Cisplatina.

C) segundo o modelo da Guarda Nacional Francesa, o que fez dela o braço armado de diversas rebeliões no Período Regencial e início do Segundo Reinado.

D) para substituir o Exército extinto durante a menoridade, o qual era composto, em sua maioria, por portugueses e ameaçava restaurar os laços coloniais.

E) no Período Regencial como instrumento dos setores conservadores destinado a manter e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FEI-SP) O equilíbrio federativo brasileiro vem sendo discutido no Congresso Nacional e entre os estudiosos do sistema político brasileiro. A construção da federação brasileira foi obra da República em nosso país, já que, no Império, vivíamos um período de centralismo bastante acentuado. No entanto, mesmo naquele momento, a discussão e os embates acerca da maior ou da menor centralização do poder estavam em pauta. Acerca da questão centralização x descentralização no Período Imperial, é **CORRETO** afirmar que

A) a defesa do ideal descentralista era feita pelo Partido Conservador.

B) o grande número de rebeliões ocorridas no Período Regencial teve como causa fundamental a defesa da maior liberdade para as províncias.

C) a maior liberdade das províncias no período do Segundo Reinado foi obra do Conselho de Estado.

D) poucas foram as manifestações a favor da descentralização política no final do Império.

E) a defesa do descentralismo encontrava adeptos principalmente entre os membros da elite do Rio de Janeiro e da Bahia.

02. (UEL-PR) No governo do regente Araújo Lima (1837-1840), foi aprovada a Lei de Interpretação ao Ato Adicional. Essa lei

A) modificava alguns pontos centrais da Constituição vigente, extinguindo o Conselho de Estado, mas conservando o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado.

B) buscava a centralização como forma de enfrentar os levantes provinciais que ameaçavam a ordem estabelecida, limitando os poderes das Assembleias Legislativas Provinciais.

C) criava o município neutro do Rio de Janeiro, território independente da Província, como sede da administração central, propiciando a centralização política.

D) revelava o caráter liberal dos regentes, suspendendo o exercício do Poder Moderador pelo governo, eixo da centralização política no Primeiro Reinado.

E) restabelecia os poderes legislativos dos Conselhos Municipais, colocando nas mãos dos conselheiros o direito de governar as províncias.

03. (PUC Minas / Adaptado) Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil entra no período denominado Regencial (1831-1840),caracterizado por, **EXCETO**

A) intensa agitação social, expressa nas rebeliões ocorridas em vários pontos do país.

B) diminuição da interferência britânica na economia no pós-1827, época do término dos tratados comerciais de 1810.

C) fortalecimento do poder político dos senhores de terra, com a criação da Guarda Nacional.

D) dificuldades econômicas geradas pela ausência de um produto agrícola de exportação.

E) agravamento da crise financeira devido à anterior utilização de recursos em campanhas militares desvantajosas, como a Guerra da Cisplatina.

04. (PUC Minas) O Período Regencial no Brasil (1830-1840) foi um dos mais agitados da história política do país. Foram questões centrais do debate político que marcaram esse período, **EXCETO**

A) a questão do grau de autonomia das províncias.

B) a preocupação com a unidade territorial brasileira.

C) os temas da centralização e descentralização do poder.

D) o acirramento das discussões sobre o processo abolicionista.

05. (UFMG–2007) De 1835 a 1845, ocorreu o mais longo conflito militar interno da história do Brasil – a chamada Guerra dos Farrapos, ou Rebelião Farroupilha.

Considerando-se esse conflito, é **CORRETO** afirmar que

A) o apelido dado aos revoltosos – farroupilhas – fazia alusão ao caráter do movimento e de seus principais líderes, oriundos das camadas populares gaúchas.

B) o governo central, a fim de possibilitar o final do conflito, atendeu a uma das principais reivindicações dos rebeldes: a libertação dos escravos negros da província.

C) o movimento rebelde, com diferentes correntes internas, defendia interesses rio-grandenses – como diminuição de impostos e maior autonomia política.

D) os rebeldes rio-grandenses se uniram aos republicanos argentinos, com o objetivo de fortalecer as tropas, aumentar o poderio bélico e reafirmar os ideais federalistas.

06. (UFLA-MG) Leia o texto a seguir, analise e faça o que se pede.

Por mais estranho que pareça, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) está impondo o Global Standart Mobile *(GSM) como única tecnologia de segunda geração a ser adotada no país e bloqueando o uso do* Code Division Multiplex Access *(CDMA) em serviços de terceira geração (3G). Como consequência, a agência cria a mais anacrônica reserva de mercado na área de telecomunicações.*

ARTIGO "Anatel recria a reserva de mercado", *O Estado de São Paulo*, 13 abr. 2003.

O texto em questão, com base em uma situação específica do mercado de telefonia celular do país, faz uma crítica aos procedimentos da ANATEL e, para tanto, traz de volta a chamada "Política de Reserva de Mercado" criada no início da década de 70 (1974) com o intuito de proteger a indústria de informática nacional. Tal política causou, naquele momento histórico, atritos com os EUA que, em retaliação, taxou produtos brasileiros naquele país. Historicamente, práticas de "reserva de mercado" têm contribuído para a gestação de guerras. No caso específico da nossa história, qual das guerras a seguir teria sido causada por tentativas de "reserva de mercado"?

A) A Guerras dos Mascates (1710-1712) em Pernambuco.

B) A Guerra de Canudos (1893-1897) na Bahia.

C) Revolta da Vacina (1904) no Rio de Janeiro.

D) Guerra no Contestado (1912-1916) em região fronteiriça do Paraná e Santa Catarina.

E) A Revolução Farroupilha (1835-1845) no Sul do país.

07. (Fatec-SP–2007) Preparado por uma comissão especial liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, após longos debates na Assembleia Geral, foi promulgado, em 18 de agosto de 1834, o Ato Adicional à Constituição do Império, que promovia mudanças como

A) a criação de Conselhos de Estado em substituição às Assembleias Legislativas Provinciais.

B) a criação de uma Regência Trina Permanente, eleita por voto indireto, para governar até a maioridade de D. Pedro de Alcântara.

C) diminuir a autonomia que era dada às províncias.

D) a criação do município neutro, independente da província do Rio de Janeiro.

E) a substituição da Regência Una por uma Regência Trina, sendo esta escolhida por meio de eleições gerais.

08. (UFSM-RS) O Período Regencial no Império Brasileiro (1831-1840) caracterizou-se pelo governo exercido por representantes do Poder Legislativo que promoveram

A) uma estabilidade política fundamentada no centralismo e na ampliação das atribuições do Poder Moderador.

B) a criação da Guarda Nacional em 1831, composta de tropas de confiança e controlada, principalmente, pelos grandes fazendeiros, que receberam o posto de comando e o título de coronéis.

C) a mudança da Constituição de 1824 através do Ato Adicional de 1834, no qual a Regência Una passaria a ser Trina e o poder municipal se restringiria ao Executivo.

D) a criação das faculdades de Direito de São Paulo, de Olinda / Recife e de Porto Alegre, com o fim de formar uma classe política nacional diferenciada das influências recebidas nas universidades portuguesas.

E) o surgimento de movimentos armados, que contestavam a legalidade do governo regencial, como a Revolução Pernambucana, a Cabanagem e a Revolução Farroupilha.

09. (UFSM-RS–2007) Sobre a história do Rio Grande do Sul, espaço fronteiriço do Brasil meridional, nos séculos XVIII e XIX, é **CORRETO** afirmar:

A) O objetivo da colonização açoreana, a partir de meados do século dezoito, foi estratégico, pois visava a estabelecer latifúndios agroexportadores que defendessem o domínio da Coroa espanhola no Brasil meridional.

B) A produção de charque, iniciada na 2ª metade do século XIX, com mão de obra majoritariamente livre, destinava-se ao mercado interno.

C) A parcela da elite rio-grandense, que se revoltou contra o Império, na Guerra Farroupilha, defendia o federalismo, pois seus interesses políticos e econômicos não eram atendidos pelo centralismo monárquico.

D) Entre os objetivos da imigração alemã, que se iniciou no final do século XVIII, estavam o desenvolvimento da agricultura monocultora, a disseminação da pequena propriedade e a obtenção de soldados para auxiliar na defesa do Império.

E) À semelhança dos imigrantes italianos que vinham para São Paulo e empregavam-se nas fazendas de café, os que vinham para o Rio Grande do Sul destinavam-se a substituir o trabalho escravo, sem a possibilidade de se tornarem produtores autônomos.

10. (UFV-MG) Das afirmativas a seguir, referentes ao Período Regencial no Brasil, assinale a **CORRETA**.

A) Ocorreram vários movimentos e revoltas que não se enquadravam em um único propósito, pois cada um resultava de realidades regionais específicas e de grupos sociais distintos.

B) A unidade política e territorial desse período visou à superação da crise econômica que se arrastava desde o Período Colonial, tendo como consequência o abandono da vocação agrícola brasileira.

C) O Período Regencial foi um dos mais agitados da história política brasileira até então, durante o qual surgiram vários partidos políticos que representavam os setores sociais revoltosos.

D) A ausência de instabilidade política nesse período devia-se ao rigor das políticas regenciais diante do federalismo e da centralização administrativa.

E) O liberalismo, marca do Período Regencial, incentivou a participação popular e, ao mesmo tempo, fortaleceu o poder das oligarquias sulistas e nortistas.

11. (UNESP–2007) Sobre as revoltas do Período Regencial (1831-1840), é **CORRETO** afirmar que

A) indicavam o descontentamento de diferentes setores sociais com as medidas de cunho liberal e antiescravista dos regentes, expressas no Ato Adicional.

B) algumas, como a Farroupilha (RS) e a Cabanagem (PA), foram organizadas pelas elites locais e não conseguiram mobilizar as camadas mais pobres e os escravos.

C) provocavam a crise da Guarda Nacional, espécie de milícia que atuou como poder militar da Independência do país até o início do Segundo Reinado.

D) a Revolta dos Malês (BA) e a Balaiada (MA) foram as únicas que colocaram em risco a ordem estabelecida, sendo sufocadas pelo duque de Caxias.

E) expressavam o grau de instabilidade política que se seguiu à abdicação, o fortalecimento das tendências federalistas e a mobilização de diferentes setores sociais.

12. (UFC–2008) Em 07 de abril de 1831, o imperador D. Pedro I renunciou ao trono do Brasil, deixando como herdeiro seu filho de apenas cinco anos de idade, o futuro D. Pedro II.

A) **CITE** quatro elementos que provocaram a renúncia de D. Pedro I.

B) Como ficou conhecido o sistema de governo que vigorou no período entre a abdicação de D. Pedro I e a coroação de D. Pedro II?

C) O que motivou a instalação desse sistema de governo?

D) **CITE** dois fatores que contribuíram diretamente para a antecipação da coroação de D. Pedro II, por meio do “Golpe da Maioridade”.

13. (UFJF-MG–2007) Observe o mapa:

Revoltas do Período Regencial

No Período Regencial (1831-1840), uma série de conflitos surgiu em algumas províncias brasileiras. Sobre esse contexto, responda ao que se pede.

A) **CITE** e **ANALISE** duas características do contexto no qual ocorreram esses conflitos assinalados no mapa.

B) **ELEJA** um desses conflitos e **ANALISE-O**.

14. (UFRRJ) O texto a seguir refere-se ao período da política regencial no Brasil.

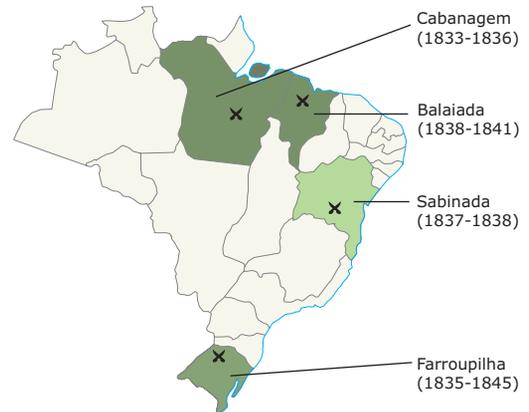
A Câmara que se reunia em 1834 trazia poderes constituintes para realizar a reforma constitucional prevista na lei de 12 de outubro de 1832. De seu trabalho resultou o Ato Adicional publicado a 12 de agosto de 1834 [...] *O programa de reformas já fora estabelecido na lei de 12 de outubro, o Senado já manifestara sua concordância em relação ao mesmo e só havia em aberto questões de pormenor. No decorrer das discussões, poder-se-ia fixar o grau maior ou menor das autonomias provinciais, mas já havia ficado decidido que não se adotaria a monarquia federativa, o que marcava como que um teto à ousadia dos constituintes.*

CASTRO, P. P. de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 4. São Paulo: Difel, 1985. p. 37.

A) **CITE** duas reformas instituídas pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

B) **APONTE** a razão pela qual se costuma dizer que a Regência correspondeu a uma "experiência republicana".

SEÇÃO ENEM

01. Observe o mapa a seguir:

As revoltas regenciais exibiram a fragilidade política do Brasil na medida em que a própria ideia de nação passou a sofrer ameaça em meio aos conflitos regionais e projetos separatistas.

A alternativa para a instabilidade apresentada exigiu o fortalecimento do poder central, visando reprimir os movimentos revoltosos. Assinale a alternativa seguinte que melhor representa essa alternativa.

A) A Constituição de 1824.

B) O Ato Adicional de 1834.

C) A criação das Assembleias Provinciais.

D) A criação do município neutro do Rio de Janeiro.

E) O Golpe da Maioridade.

02. (Enem–2010) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado

A) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.

B) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.

C) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.

D) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".

E) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

GABARITO

Fixação

01. B 02. A 03. D 04. B 05. E

Propostos

01. B 04. D 07. D 10. A
02. B 05. C 08. B 11. E
03. B 06. E 09. C

12. A) No início da década de 1830, a continuidade do reinado de D. Pedro I tornou-se insustentável. A crise financeira, desencadeada pelo declínio das exportações, pelo crescente endividamento externo e pelos gastos com a Guerra da Cisplatina, resultou em um aumento da inflação e no agravamento da pobreza. A isso somou-se a insatisfação com a centralização do poder e o autoritarismo do imperador, em especial, após a outorga da Constituição de 1824, levando a intensos conflitos entre facções favoráveis (em sua maioria ligadas ao Partido Português) e contrárias (em sua maioria ligadas ao Partido Brasileiro) ao imperador. O envolvimento de D. Pedro I na chamada "questão sucessória" também provocou forte oposição devido ao temor de uma possível recolonização do território brasileiro. A junção desses elementos provocou a renúncia do imperador ao trono brasileiro em favor de seu filho, o príncipe D. Pedro de Alcântara.

B) Período Regencial.

C) A menoridade do herdeiro, que tinha, à época da abdicação de D. Pedro I, apenas cinco anos de idade, o impossibilitou de governar. Por esse motivo, foi estabelecido um governo regencial, que deveria dirigir o Império até que o príncipe atingisse a maioridade.

D) Um cenário conturbado e de forte instabilidade, somado a fatores ligados à disputa política entre regressistas (depois chamados conservadores) e progressistas (depois chamados liberais) e às revoltas e rebeliões que ocorriam nas províncias, fomentou o Golpe da Maioridade, antecipando a coroação do príncipe, que foi declarado imperador do Brasil, sob o título de D. Pedro II, em 1840, quando tinha apenas 14 anos de idade. Foram causas imediatas disso: a ascensão dos regressistas ao poder, com a Regência de Pedro Araújo Lima (1837) e o consequente alijamento dos progressistas; a limitação da autonomia provincial, com a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840); a articulação entre liberais e palacianos ou áulicos em favor da antecipação da maioridade do príncipe herdeiro; o interesse dos grandes proprietários rurais em restabelecer a "ordem social", convulsionada pelos sucessivos levantes populares ocorridos no Período Regencial, como a Revolta dos Malês (1835); o desejo das elites políticas de evitar que a unidade territorial brasileira fosse quebrada por movimentos separatistas, como a Farroupilha (1835) e a Sabinada (1837).

13. A) Deve-se indicar e analisar duas características do Período Regencial. Entre elas, destacamos, no período marcado pela abdicação de D. Pedro I, pela minoridade de D. Pedro II e pelo exercício do poder nas mãos dos regentes:

- Governo marcado por uma instabilidade política, no qual emergiram projetos de natureza política diversa, como o republicanismo, a presença de restauradores, os embates entre liberais e conservadores, etc.
- Questionamento ao modelo político proposto pela Constituição de 1824 com a aprovação do Ato Adicional, o debate em torno da autonomia provincial, a criação da Guarda Nacional, as restrições ao exercício do Poder Moderador, entre outros.

B) A partir do auxílio do mapa e de seus conhecimentos, o aluno deve realizar a escolha por uma das revoltas. Por exemplo, pode-se abordar a Revolução Farroupilha, demonstrando a liderança da elite sobre o movimento, a crítica à centralização monárquica e a ausência de taxas sobre o charque platino. Também deve ser refletida a tomada do poder pelas revoltosos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina através das repúblicas Piratini e Juliana, respectivamente. Por fim, pode ser exposto o desfecho do conflito mediante a Paz de Poncho Verde e o caráter conciliador deste.

14. A) Extinção do Conselho de Estado, substituição da Regência Trina pela Regência Una, criação de Assembleias Legislativas nas províncias.

B) A maior autonomia provincial durante o período, conferida, sobretudo, pela criação de Assembleias Provinciais, mas também a renovação periódica do regente, por meio de votação, mesmo que censitária. A eleição para regente simbolizava o deslocamento da soberania do monarca para os setores aptos a votarem.

O governo regencial representou uma vitória dos liberais moderados, que avançaram algumas propostas descentralistas de governo. Mas, apesar de derrotados, algumas das propostas dos exaltados foram ao menos parcialmente contempladas. Entre elas, está a autonomia provincial. Ora, o modelo de república que esses exaltados tinham na cabeça era precisamente o modelo americano, que punha uma ênfase forte na autonomia das unidades federativas. Assim, apesar de não se tratar de uma federação, tal como a americana, alguns autores têm falado em "experiência republicana" para se referir a algumas das conquistas dos exaltados republicanos durante a Regência.

Seção Enem

01. E 02. E

HISTÓRIA

MÓDULO 14 FRENTE B

Bases políticas do Brasil Império

Finalizadas as Regências, iniciou-se o mais longo período administrativo da história brasileira: o Segundo Reinado. Após o insucesso do processo descentralizador, estava clara para a elite brasileira a necessidade de se manter o poder centralizado nas mãos de D. Pedro II, para a perpetuação dos privilégios baseados na posse de terras, no controle da renda e do poder político e na manutenção do trabalho escravo. A aristocracia afastou a ideia descentralizadora, temendo a radicalização e a fragmentação territorial observada nas revoltas regenciais. O imperador simbolizava o desejo pela unidade política do Brasil, promovendo a coalizão social e política fundamental para manter a aristocracia agrária no poder. O caráter predominantemente latifundiário, exportador e escravista do Brasil não mudaria durante o longo Segundo Reinado.

Analisaremos esse período sob os pontos de vista político, econômico, social e de suas relações externas.

Félix Émile

Pedro II no contexto do Golpe da Maioridade

POLÍTICA DO SEGUNDO REINADO

Os primeiros anos (1840-1848)

Ainda no Período Regencial, observou-se a transformação dos partidos Progressista e Regressista em Partido Liberal e Conservador, respectivamente. Nessa fase, o Partido Liberal se preocupava em concretizar os principais pontos do Ato Adicional, já o Partido Conservador queria restringir a capacidade descentralizadora desse ato, o que conseguiu através da Lei Interpretativa. Apesar de algumas diferenças, os dois partidos não apresentavam grandes distinções ideológicas, uma vez que, após as rebeliões regenciais, o setor político liberal progressivamente adotou um discurso mais convergente ao ideário conservador. Compostos de facções políticas que buscavam o poder, não havia nas propostas partidárias o eixo encaminhador de uma discussão que pudesse democratizar a nação ou promover uma melhoria social. Isso é compreensível na medida em que, para compor o quadro partidário ou para exercer o direito de voto no Segundo Reinado, era obrigatória uma seleção censitária responsável por impedir que os representantes das camadas menos abastadas participassem das discussões políticas, ao mesmo tempo que a elite não se preocupava em promover reformas sociais.

Após a ascensão de D. Pedro II, foi instaurado um ministério composto de liberais, conhecido como Ministério dos Irmãos, devido à presença dos irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco) e dos irmãos Cavalcanti (Antônio Francisco e Francisco de Paula). Esse novo Ministério sofria a oposição dos conservadores, que detinham a maioria das cadeiras no Parlamento. Evitando um conflito maior, D. Pedro II dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. No intuito de obter maioria na votação, os liberais utilizaram todos os instrumentos de opressão durante o processo eleitoral, que passou a ser conhecido como "Eleições do Cacete". Após o fraudulento pleito, ocorreu uma enorme pressão dos conservadores junto ao imperador, que optou por colocá-los no poder, dissolvendo o Ministério dos Irmãos.

Os saquaremas retomaram o projeto de centralização do sistema administrativo através das seguintes ações:

- reformulação do Código de Processo Criminal Penal, diminuindo o poder regional;
- reorganização da Guarda Nacional, acabando com a eleição de seus dirigentes e instituindo a nomeação;
- restauração do Conselho de Estado – órgão consultivo do Poder Moderador que havia sido fechado temporariamente pelo Ato Adicional de 1834;
- convocação de novas eleições, em 1º de maio de 1842.

O novo processo eleitoral promoveu a vitória dos conservadores por meio dos mesmos métodos das "Eleições do Cacete": o uso da repressão, provocando a insatisfação dos liberais, pois perderam o controle do gabinete e a maioria do Parlamento. O reflexo imediato foi a eclosão de várias revoltas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

As revoltas liberais de 1842

Contestando as reformas e a exclusão do Partido Liberal do poder, insurgentes paulistas iniciaram revoltas liberais, dominando algumas cidades do interior, como Sorocaba, mas sendo derrotados pelas tropas imperiais chefiadas pelo brigadeiro Lima e Silva, responsável pela prisão de uma das lideranças do movimento, o antigo regente padre Feijó. Avançando em direção a Minas Gerais, o futuro duque de Caxias conseguiu desarticular a resistência coordenada pelo liberal Teófilo Otoni. Demonstrando pouca organização, os revoltosos foram rapidamente detidos. Alguns líderes do movimento enfrentaram o exílio ao serem deportados para Portugal, sendo anistiados apenas em 1844, com a posse de um gabinete composto de liberais.

Parte da explicação do longo período do governo de D. Pedro II foi sua habilidade e jogo político de alternância de liberais e conservadores no poder. Esse revezamento conseguia garantir certa tranquilidade política, evitando-se, assim, motins e revoltas. Embora os liberais tenham formado um número maior de ministérios, os conservadores ficaram mais tempo no poder.

O "parlamentarismo às avessas"

Em 1847, D. Pedro II organizou a política brasileira sob a orientação parlamentarista, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que deveria cumprir a função de primeiro-ministro na estrutura administrativa do Brasil. Porém, no caso brasileiro, o primeiro-ministro se encontrava subordinado à autoridade do Poder Moderador, ou seja, a D. Pedro II. Isso significava que o parlamentarismo no Brasil era o inverso do sistema conhecido na Inglaterra, pois, no modelo clássico inglês, nota-se que o rei estava subordinado à autoridade do primeiro-ministro, levando essa inversão do nosso sistema político pró-imperador a ser conhecida como "parlamentarismo às avessas". Assim, a disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador se restringia ao controle do cargo de presidente do Conselho de Ministros, atendendo aos interesses políticos de D. Pedro II, que se afastava do conflito partidário para governar sem enfrentar oposições. Nota-se que, no parlamentarismo brasileiro, diferentemente do inglês, o peso do eleitor na decisão política era limitado, assumindo o imperador, via Poder Moderador, o protagonismo político. Da mesma forma, essa organização política gerava um esvaziamento do debate político nacional através da atuação arbitrária de Pedro II. Durante todo o Segundo Reinado, 21 gabinetes ficaram sob o controle dos luzias (liberais) e 15 ficaram sob o controle dos saquaremas (conservadores).

Reprodução / O Besouro

Pedro II – Diversão com a política brasileira. Publicado no Periódico O besouro, 22 jan. 1878

Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850)

No ano de 1848, em sintonia com a Primavera dos Povos que se desenrolava na Europa, ocorreu a última revolta que resistiu ao poder centralizado vindo do Rio de Janeiro: a Revolução Praieira. Um grupo de liberais pernambucanos contestava o controle político da província pelas oligarquias regionais, em especial a família Cavalcanti de Albuquerque, que tinha representantes no Partido Liberal e no Partido Conservador. Para demonstrar a insatisfação, os liberais radicais (praieiros) fundaram o jornal *Diário Novo*, principal veículo de comunicação da oposição, localizado na Rua da Praia, em Recife.

Com o decorrer dos anos, os políticos ligados aos praieiros obtiveram destaque no quadro político de Pernambuco, sobressaindo os seguintes líderes: Manuel Nunes Machado, Félix Peixoto de Brito e Melo, Felipe Lopes Neto, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Urbano Sabino Correia de Melo.

Em 1848, o *Diário Novo* publicou um manifesto revolucionário para a população, intitulado *Manifesto ao Mundo*, contendo as principais reivindicações do movimento, entre as quais merecem destaque:

- voto livre e universal;
- plena liberdade de divulgar os pensamentos através da imprensa;
- extinção do Poder Moderador;
- introdução do federalismo e da República no Brasil;
- reforma no Poder Judiciário.

Durante a Revolução Praieira, a temática da escravidão foi objeto de divergência. Alguns setores do movimento se manifestavam favoráveis ao abolicionismo, posição conflitante com os grupos elitistas, que participavam das manifestações apenas por questões políticas. O que se observa é que a publicação do *Manifesto ao Mundo* não faz uma citação direta do tema, porém uma interpretação do documento nos faz acreditar que alguns dos participantes eram simpáticos a tal causa. Exemplo desse conflito fica explícito na discussão historiográfica, caracterizada pela ausência de consenso e pelas divergências de interpretação sobre esse aspecto específico. Na abordagem de historiadores como Nelson Piletti e Cláudio Vicentino, destaca-se o empenho antiescravista do movimento, enquanto Gilberto Cotrim e Francisco M. P. Teixeira discordam dessa opinião.

Apesar da luta armada dos praieiros pelas reformas liberais, o movimento foi massacrado pelas tropas fiéis ao Governo Federal. Alguns líderes foram presos, mas anistiados no ano de 1851.

Estabilização política e conciliação

Após o conflito da Revolução Praieira, o cenário político do Império se estabilizou. Os atritos entre liberais e conservadores permaneceram minimizados, haja vista a semelhança nas propostas dos dois grupos, evidenciada na articulação política ocorrida entre os anos de 1853 e 1858 pelo marquês de Paraná. Este conseguiu promover a união entre o Partido Liberal e o Partido Conservador dentro de um projeto administrativo conhecido como fase da conciliação, no qual os dois partidos governariam juntos. Aproveitando a situação, D. Pedro II permanecia próximo ao gabinete para exercer o controle sobre os políticos brasileiros. Assim, a condição política mostrou-se estável até o início do movimento republicano na década de 1870.

ECONOMIA

A economia dos primeiros anos do Império apresentou sinais de retração, principalmente durante a instabilidade política e social do Primeiro Reinado e das regências. Além disso, também houve o endividamento originado do pagamento de indenização a Portugal para o reconhecimento da independência do Brasil, o alto custo da montagem de um aparato burocrático-administrativo para o Estado nascente e a ausência de uma economia autossustentável.

A mudança do quadro econômico veio durante o Segundo Reinado através da entrada brasileira no mercado de exportação de um produto primário: o café. Introduzido no Brasil em 1727, o café era utilizado apenas na agricultura de subsistência, não tendo função comercial. Somente no século XIX o produto adquiriu um amplo mercado para exportação, principalmente na Europa. Como a economia das colônias francesas, que já comercializavam café, estava em crise, o Brasil intensificou o plantio da cultura no Sudeste. A partir de 1825, a área plantada alastrou-se pela região do Vale do Paraíba, seguindo o padrão do açúcar, ou seja, utilizando mão de obra escrava em grandes latifúndios. A região do Vale do Paraíba foi a grande responsável pelo avanço da economia cafeeira até os anos de 1870, quando o Oeste Paulista conseguiu ultrapassar a produção do Vale. Deve-se ressaltar que, tanto na produção realizada no Vale do Paraíba quanto na do Oeste paulista, não houve a ruptura brasileira com o modelo tradicional de divisão internacional do trabalho, permanecendo a nação dependente de gêneros primários.

Essa rápida queda da produção do Vale do Paraíba se explica pelo desgaste do solo e pela ausência de uma racionalidade na produção, que se baseava nos conceitos arcaicos do Período Colonial, sendo a elite da região incapaz de empreender a modernização da produção. Exemplo disso foi a insistência dos fazendeiros do Vale do Paraíba em utilizar o regime de trabalho escravocrata, não investindo na mão de obra livre, que poderia fornecer maior lucro. Havia outras vantagens no Oeste Paulista que colaboraram para o desenvolvimento da lavoura cafeeira durante a segunda metade do século XIX, como a terra roxa – solo propício ao plantio – e o clima muito favorável para a produção. Destaca-se também a utilização da mão de obra livre, principalmente dos imigrantes, fundamental no desenvolvimento de São Paulo, que lentamente assumiria a hegemonia econômica do Brasil.

A expansão do café na região Sudeste também estimulou a formação da malha ferroviária brasileira, fundamental para o escoamento da produção nos portos do Rio de Janeiro e São Paulo. O país apresentou um salto de 14,5 km de estradas de ferro em 1854 para 13 980 km em 1899, sendo que 8 713 km estavam na região cafeeira.

Socialmente, a riqueza oriunda do café foi responsável pela projeção política dos fazendeiros do Sudeste, chamados de barões do café, que foram fundamentais para as mudanças nos rumos políticos do país na transição do Império para a República.

A produção cafeeira liderou o processo de expansão econômica do Segundo Reinado.

Não se pode esquecer, porém, de que, no século XIX, o Brasil teve outros tipos de produção agrícola que foram importantes para o desenvolvimento da economia nacional. Merece destaque a produção do açúcar, do algodão e do cacau.

Durante praticamente todo o Segundo Reinado, o açúcar manteve a condição de segundo principal produto de exportação, perdendo apenas para o café. Isso mostra que, apesar da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba da Europa, a produção açucareira brasileira ainda detinha uma considerável importância econômica.

Um dos períodos em que o açúcar perdeu a posição de segundo lugar na exportação brasileira foi durante os anos de 1861 a 1870, quando o Brasil apresentou um aumento na venda de algodão para a Europa. Essa exportação esteve associada à queda da produção norte-americana em virtude da Guerra de Secessão, permitindo um rápido e curto processo de desenvolvimento da região do Maranhão, principal área de plantio de algodão no país.

Já no final do século XIX, foi a vez da borracha assumir um papel importante nas exportações nacionais. Nesse período, as economias inglesa e norte-americana necessitavam desse produto para a fabricação de componentes da indústria automobilística. Como na Amazônia existia uma considerável quantidade de seringais nativos, essa região transformou-se em uma das maiores exportadoras de látex. Porém, a borracha brasileira mostrou-se cara para os países industrializados, já que o extrativismo era realizado no meio de floresta e o trabalho manual era lento e dispendioso. A solução encontrada pela Inglaterra e pelos EUA foi o plantio de seringais na Ásia, o que levou a uma repentina queda das exportações brasileiras, promovendo a decadência econômica da região.

Principais produtos agrícolas para exportação (em porcentagem sobre o valor global das exportações)					
Período	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau
1831-1840	43,8	24,0	10,8	1,9	0,6
1841-1850	41,4	26,7	7,5	1,8	1,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,6	1,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,0	0,9
1871-1880	56,6	11,8	9,5	3,4	1,2
1881-1890	61,5	9,9	4,2	2,7	1,6
1891-1900	64,5	6,0	2,7	2,2	1,5

Anuário Estatístico do Brasil, 1939.

O desenvolvimento industrial

A indústria do Período Imperial encontrava alguns obstáculos para promover seu desenvolvimento, como a manutenção da mão de obra escrava, o que restringia o mercado consumidor e potencial, e os privilégios comerciais obtidos pela Inglaterra (acordo de 1810 e renovação no ano de 1827), responsáveis pelo fracasso das manufaturas nacionais, que não conseguiam concorrer com os produtos ingleses. Apesar do cenário adverso para o desenvolvimento industrial nacional, o Brasil assistiu à formação das suas primeiras manufaturas com a contribuição dos seguintes elementos:

Tarifa Alves Branco

Após a Independência do país, o governo brasileiro foi pressionado pelos ingleses e por outras nações a conceder taxas de importação de baixo valor. Assim, os produtos estrangeiros que entravam no Brasil impediam o desenvolvimento da nascente indústria nacional, devido ao maior grau de avanço tecnológico da indústria europeia, em especial, inglesa. Esse quadro começou a se modificar em 1844, quando o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, elevou os impostos de importação a uma taxa de 60% para os produtos que tivessem similares no Brasil. Já os produtos que não fossem fabricados em território nacional pagariam apenas 30% de taxa de importação. Assim, a elevação dos preços das mercadorias estrangeiras foi fundamental para incentivar a indústria do Brasil Império. Deve-se lembrar, no entanto, de que a medida imperial não possuia o objetivo de proteger a indústria nacional, sendo direcionada pelo interesse de aumento da arrecadação estatal.

Desvio do capital antes investido na compra de escravos

Após o ano de 1850, o governo brasileiro, pressionado pelos interesses ingleses, proibiu o tráfico de escravos no Brasil através da Lei Eusébio de Queirós. Como havia um considerável investimento no lucrativo comércio de escravos, o fim do tráfico acarretou o excedente de capitais que passaram a ser investidos em outros setores da economia, entre os quais, a indústria.

Lucros provenientes do café

Como o lucro do café ampliava-se cada vez mais, temia-se reinvestir esse lucro na própria produção cafeeira, provocando a queda dos preços. Assim, parte considerável do que era conseguido com as exportações de café era investida em outros ramos da economia, merecendo destaque as atividades industriais. Isso explica o fato de São Paulo e Rio de Janeiro terem uma predominância no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, já que o café esteve ligado diretamente à economia desses estados no final do século XIX e início do século XX.

Iniciativas particulares

Algumas iniciativas particulares foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria nacional. Os pioneiros na industrialização foram capazes de lutar contra a própria tendência econômica do Brasil, concretizando projetos que não eram compactuados pela maior parte da elite. Entre os grandes responsáveis por esses empreendimentos, destaca-se Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como barão e depois visconde de mauá.

Sébastien Auguste Sisson

Estação ferroviária, a modernização em torno da produção cafeeira

Construindo obras importantes para a modernização do Brasil, Mauá foi um dos pioneiros no investimento do capital proveniente do fim do tráfico de escravos. Entre as suas obras, destacam-se:

- Construção das primeiras estradas de ferro, para facilitar o escoamento do café aos portos brasileiros;
- Construção de um estaleiro;
- Fundação de bancos;
- Implantação da iluminação a gás do Rio de Janeiro;
- Criação da companhia de bondes;
- Construção do primeiro cabo telegráfico submarino ligando o Brasil à Europa.

O desenvolvimento da indústria brasileira está diretamente ligado à história do visconde de Mauá. Porém, por falta de incentivo governamental, já que o Império estava atrelado aos interesses da elite agrária, e com a pressão do capital estrangeiro, Mauá viu seus empreendimentos entrarem em falência no ano de 1878.

LEITURA COMPLEMENTAR

Lei de extinção do tráfico negreiro – Eusébio de Queirós (1850)

Dom Pedro por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil: fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

[...]

Art. 4º. A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

[...]

IMPERADOR com Rubrica e Guarda
Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara.

A Tarifa Alves Branco

A questão orçamentária era um problema de grandes proporções para o Império. Os críticos do governo monárquico apontavam o déficit como uma das principais chagas do governo. Afinal, quais os motivos que tornavam a situação tão drástica, se o país despontava como o principal produtor de café do mundo? A grande questão é que a principal fonte de receita do governo era a tributação alfandegária. Como sabemos, as diversas vantagens concedidas ao comércio inglês não propiciavam rendimentos aduaneiros apreciáveis. Devemos acrescentar que a situação orçamentária poderia ter sido mais bem gerida se o Império estabelecesse um imposto sobre a grande propriedade rural e vendesse terras públicas, como forma de aumentar a receita, tal qual o governo norte-americano no século XIX.

Em 1844, visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do protecionismo aduaneiro. Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda, tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei – denominada Tarifa Alves Branco – estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no Brasil).

Não se iluda em relação à proteção à indústria nacional. Se as poucas indústrias existentes fossem favorecidas – ou surgissem novas – seria uma mera consequência. Especialmente para um homem, a tarifa abria as portas de um verdadeiro mundo de negócios. Seu nome, Irineu Evangelista de Sousa, o futuro barão de Mauá.

Diante das perspectivas governamentais, os resultados da Tarifa Alves Branco foram positivos, sendo que as novas diretrizes se manteriam por mais de uma década, apesar da pressão inglesa.

AQUINO, Rubim L. S. de. *Sociedade brasileira*: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

"Manifesto ao Mundo", de 1º de janeiro de 1849, assinado pelos chefes militares praieiros:

Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembléia Constituinte. Esta Assembléia deve realizar os seguintes princípios:

1º) O voto livre e universal do povo brasileiro.

2º) A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.

3º) O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.

4º) O comércio a retalho só para cidadãos brasileiros.

5º) A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.

6º) A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar.

7º) O elemento federal na nova organização [...]

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) Leia este texto:

Sigamos os passos da política centralizadora e veremos que é a centralização das luzes o seu complemento. A interpretação do ato adicional roubou às províncias o melhor do seu poder, reconcentrando na Corte a maior parte das atribuições das Assembléias. As reformas judiciárias avocaram para o mesmo centro a nomeação de quase todos os empregos judiciais. As províncias se acham pois já esgotadas de seus recursos; porque até se lhes tirou a administração da maior parte de seus rendimentos. Suas forças físicas, o recrutamento as tem extenuado. Que faltava pois tirar-lhes? A instrução, o único apoio que lhes resta.

O ATHLETA, 16 set. 1843.

A partir das ideias contidas nesse trecho e considerando-se o contexto histórico do Brasil Imperial, é **CORRETO** afirmar que

A) o restauracionismo, que congregava as classes médias urbanas, foi, durante esse período, um dos mais severos críticos do processo de centralização imposto pelo imperador.

B) a centralização do poder foi um dos instrumentos utilizados pela monarquia no sentido de tentar coibir os conflitos que haviam eclodido na primeira metade do século XIX.

C) o constitucionalismo das elites rurais advogava o fim da anarquia inicialmente vigente nas províncias, o que se faria a partir do controle das novas instituições educacionais.

D) o corporativismo influenciou diversas instituições na primeira metade do século XIX – como o Exército e a escola, ambos em processo de progressiva profissionalização.

02. (UNESP–2008) As estradas de ferro paulistas dos séculos XIX e XX dirigiam-se para as regiões do interior do estado. Sua importância para o complexo econômico cafeeiro e para o desenvolvimento de São Paulo pode ser vista sob múltiplos aspectos. O cultivo do café e as ferrovias provocaram mudanças ambientais em várias regiões paulistas, porque

A) as estradas de ferro formavam redes no interior das matas e permitiam o acesso do capital norte-americano à exploração e à exportação de madeiras para o mercado europeu.

B) a economia cafeeira foi responsável pela predomínio da agricultura de subsistência sobre as áreas florestais, e as locomotivas levaram à exploração do carvão mineral no planalto paulista.

C) o emprego nos cafezais de defensivos agrícolas contaminava as nascentes de água e as ferrovias favoreciam a fixação de pequenas propriedades nas áreas agrestes.

D) as locomotivas eram movidas a vapor, cujo combustível era a madeira, e os cafezais, por esgotarem o solo, exigiam a incorporação de novas terras para o plantio.

E) a expansão da frente pioneira devastava as matas e abria grandes reservas de territórios e de terras agricultáveis para os indígenas.

03. (PUC Minas–2010) Segundo Sérgio Silva: *No começo da segunda metade do século XIX, a produção de café toma proporções muito importantes: a cifra se aproxima de 3 milhões de sacas em média por ano. A partir da década de 1870, e sobretudo a partir de 1880, quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.*

SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*.

Pode-se apontar como fator responsável por esse aumento de produtividade

A) o aporte de grande capital internacional para o financiamento da safra.

B) a diminuição da produção colombiana de café provocada por problemas climáticos.

C) o uso intensivo de trabalho escravo na produção e beneficiamento do café.

D) o crescimento dos mercados externos consumidores do produto, o que estimulou o crescimento da produção interna.

04. (UFMG) Auguste de Saint Hilaire, naturalista francês, realizou inúmeras andanças pelo Brasil entre 1816 e 1822. De volta à França, ao publicar seus relatos de viagem, afirmou, intrigado, que "havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros".

Considerando-se essa reação de Saint Hilaire e as dificuldades que marcaram a definição da identidade brasileira, é **CORRETO** afirmar que elas se explicam porque

A) o grande número de índios, negros e mestiços fazia com que a população brasileira não fosse capaz de formular um projeto de emancipação política.

B) a baixa densidade populacional do país, que, resolvida com a vinda dos imigrantes estrangeiros, gerou a sensação de que essa população não seria, de fato, brasileira.

C) o processo de construção de uma nação brasileira foi dificultado pela força das identidades regionais formadas durante a colonização portuguesa.

D) a Independência foi uma conquista dos portugueses, especialmente os comerciantes estabelecidos no Brasil, o que dificultou a afirmação da cidadania dos brasileiros.

05. (CEFET-MG–2010) Analise a tabela adiante, referente à representação partidária no Período Imperial brasileiro:

	Partido Conservador	Partido Liberal
Proprietários rurais	47,54%	47,83%
Comerciantes	13,12%	8,69%
Outros	18,03%	26,09%
Sem informação	21,31%	17,39%

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*: teatro de sombras. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 192.

Considerando-se o contexto sociopolítico nesse período e as informações obtidas na tabela, é **CORRETO** afirmar que

A) a predominância de proprietários rurais e comerciantes acirrava os conflitos internos.

B) os partidos políticos no Império representavam igualmente os interesses sociais no Brasil.

C) o índice de filiados sem informação profissional refletia a atuação de escravos forros na política.

D) a origem social comum dos membros fazia com que ambos os partidos representassem as elites econômicas.

E) a presença de classes populares nos partidos facilitava a mobilização de massas através de comitês eleitorais.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFMG) Considerando-se as relações entre a conjuntura econômica e o sistema de transporte brasileiro no século XIX, é **CORRETO** afirmar que

A) o surgimento de uma extensa rede viária destinada ao escoamento da produção industrial foi possível, fundamentalmente, a partir do investimento público capitaneado pelo Banco do Brasil.

B) as principais rotas do sistema de circulação então criadas subsistem até os dias de hoje, notadamente no que respeita às autoestradas, que começaram a surgir no fim do século, para atender à crescente produção de automóveis.

C) as principais vias de transporte criadas à época se situaram na região Sudeste, atendendo às demandas crescentes da cafeicultura, sendo os investimentos oriundos, em grande parte, de capital estrangeiro.

D) o comércio do açúcar, reabilitado após a crise da mineração, estimulou o surgimento de inúmeras autovias e ferrovias, construídas com capital nacional e que se concentravam na região da mata nordestina.

02. (UFMG) Considerando-se o segundo Reinado brasileiro, é **CORRETO** afirmar que

A) a alternância, no comando do Estado, entre os dois principais partidos do período expressava o poder e a vontade política do imperador.

B) a dissolução do Conselho de Estado, à época, foi compensada com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros.

C) a eliminação do Poder Moderador para a implementação do "parlamentarismo às avessas" estabilizou, então, o regime.

D) o fortalecimento das elites locais nas províncias permitiu, então, que fossem aprovadas leis de caráter descentralizador.

03. (FGV-SP–2008) [...] *visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do protecionismo aduaneiro.* [...] *O ministro da Fazenda tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei* [...] *estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no país).*

AQUINO, Rubim Santos Leão *et al. Sociedade brasileira*: uma história através dos movimentos sociais.

No contexto do Brasil Império, o trecho apresenta

A) a Lei de Terras.

B) o Tratado de 1827.

C) a *Bill Aberdeen*.

D) a Tarifa Alves Branco.

E) a Lei Eusébio de Queirós.

04. (Mackenzie-SP–2010) *Ao longo do Império, a economia do país foi se tornando cada vez mais complexa, aprofundando sua inserção no capitalismo, sem contudo perder sua condição de periferia.*

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro.*

Corroborando a afirmação anterior, considere I, II e III a seguir.

I. O café, apesar de ter recuperado a economia brasileira durante o 2º Reinado, manteve uma estrutura agrícola de *plantation*, predominante desde nosso Período Colonial.

II. Apesar da relativa recuperação de nossa balança comercial, o Brasil manteve sua tradicional posição na Divisão Internacional do Trabalho.

III. O surto de industrialização decorrente da assinatura da Tarifa Alves Branco (1844) garantiu nosso superávit primário, com as exportações de bens de consumo não duráveis.

Assim,

A) somente I e III estão corretas.

B) somente II e III estão corretas.

C) somente I está correta.

D) I, II e III estão corretas.

E) somente I e II estão corretas.

05. (UFSM-RS) O processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, no século XIX, foi acelerado pelos seguintes fatores, **EXCETO**

A) A ampla disponibilidade de terras férteis e a ausência de obstáculos políticos e jurídicos para ocupá-las.
B) A edição da Lei de Terras de 1850, que intensificou a mercantilização das terras, encarecendo-as.
C) A abolição do tráfico negreiro, em 1850, que liberou capitais para investimentos em outros setores dinâmicos de economia.
D) O afluxo de crescentes contingentes de imigrantes europeus para as regiões em expansão.
E) A gradativa abolição do trabalho escravo e a ênfase crescente no trabalho assalariado.

06. (UFMG) Considerando-se a dinâmica da economia brasileira no decorrer do Período Imperial, é **CORRETO** afirmar que

A) o negócio açucareiro, embora decadente, permaneceu importante o suficiente para fornecer capitais para a industrialização da região Sudeste.
B) a produção cafeeira foi implantada, originalmente, no Oeste Paulista, tendo-se expandido, posteriormente, em direção ao litoral e ao Vale do Paraíba.
C) o primeiro setor industrial moderno a surgir no país foi a tecelagem, implantada com auxílio de máquinas e técnicos importados dos países desenvolvidos.
D) a transição do trabalho escravo para o livre foi dificultada por empecilhos colocados pelo Império à utilização de mão de obra europeia.

07. (UFC) A manutenção do parlamentarismo, durante quase todo o Segundo Reinado, esteve relacionada

A) ao apoio dado pelos liberais ao monarca, de forma a manter o poder dos conservadores circunscrito às áreas interioranas do país.
B) à concessão de muitos poderes ao imperador e à alternância dos partidos Liberal e Conservador no governo.
C) à inexistência de eleições para a escolha dos senadores e deputados, todos nomeados pelo imperador.
D) à estabilidade do cargo de presidente do Conselho de Estado, escolhido pela Câmara dos Deputados.
E) à difusão dos ideais revolucionários franceses, adotados pelo monarca na condução da política imperial.

08. (Cesgranrio)

Quadro das exportações brasileiras						
1821-1830	**1831-1840**	**1841-1850**	**1851-1860**	**1861-1870**	**1871-1880**	**1881-1890**
Açúcar 30,1%	Café 43,8%	Café 41,4%	Café 48,8%	Café 45,5%	Café 56,6%	Café 61,5%
Algodão 20,6%	Açúcar 24,0%	Açúcar 26,7%	Açúcar 21,2%	Algodão 18,3%	Açúcar 11,8%	Açúcar 9,9%
Café 18,4%	Algodão 10,8%	Couros e pele 8,5%	Algodão 7,2%	Couros e pele 12,3%	Couros e pele 9,5%	Algodão 8,0%
Couros e pele 13,6%	Couros e pele 7,9%	Algodão 7,5%	Algodão 6,2%	Couros e pele 6,0%	Couros e pele 5,6%	Algodão 4,2%
			Borracha 2,3%	Borracha 3,1%	Borracha 5,5%	Couros e pele 3,2%

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Imperial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 68.

Analise as afirmativas que se seguem, tomando como base o quadro apresentado, que permite uma visão geral da economia brasileira do Império.

I. O crescimento da produção cafeeira, após 1850, possibilitou o investimento de capitais em indústrias, serviços e transportes.

II. A queda acelerada das exportações de açúcar, a partir de 1850, está relacionada ao uso intensivo do solo por trabalhadores livres e inexperientes.

III. O crescimento das exportações de algodão, entre 1861 e 1870, pode ser explicado pela desorganização da produção norte-americana, atingida, na época, pelos efeitos da Guerra de Secessão.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

09. (Fatec-SP) Em janeiro de 1849, os praieiros apresentaram o seu programa revolucionário, escrito por Borges da Fonseca, o qual ficou conhecido como Manifesto ao Mundo.

Nele, defendiam

A) voto censitário, liberdade de imprensa e trabalho para todos os brasileiros.
B) fim do Poder Moderador e da escravatura e transferência do comércio para as mãos de brasileiros.
C) maior autonomia para as províncias, voto livre e universal e liberdade de trabalho para todos os cidadãos brasileiros.
D) fim da escravatura, maior autonomia para as províncias e voto censitário.
E) liberdade de trabalho para todos os cidadãos brasileiros, voto censitário, fim do Poder Moderador.

10. (UFPI) O nome de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, vincula-se à ideia de modernização do Brasil, difundida na segunda metade do século XIX, que se expressa através do

A) declínio da produção cafeeira, que incentivava a migração dos trabalhadores europeus para as grandes cidades.
B) fato de o país deixar de ser uma nação agroexportadora, em virtude da implantação de uma política liberal.
C) incremento às atividades industriais no país, além da implantação de estradas de ferro e melhorias urbanas.
D) substitutivo dos valores culturais oriundos da Inglaterra pelas inovações trazidas pelos comerciantes franceses.
E) movimento em prol do nacionalismo econômico, contrário à presença inglesa nas exportações brasileiras.

11. (UEL-PR–2008) Observe a imagem e leia o texto a seguir:

MEIRELLES, V. *Primeira Missa no Brasil*, 1860.

Victor Meirelles foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes durante o Segundo Reinado no Brasil. A pintura revela a influência do Romantismo no trabalho do artista. Esse movimento, ao lado do Neoclassicismo, orientou o trabalho dos artistas da Academia nesse período.

Sobre o Romantismo no Brasil, é correto afirmar:

I. Demonstrou grande originalidade em relação a modelos anteriores, consagrados pela História da Arte.

II. Estava diretamente relacionado ao chamado projeto civilizatório da elite política e cultural do século XIX brasileiro.

III. Buscou a idealização por meio da razão e de formas eruditas resgatadas do passado clássico, capazes de expressar valores universais e eternos.

IV. Procurou valorizar o índio e a exuberância da natureza tropical, com a finalidade de construir uma identidade nacional.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas **CORRETAS**.

A) I e II
B) I e III
C) II e IV
D) I, III e IV
E) II, III e IV

12. (UFG–2007) *Senhores, é tempo de cuidar, exclusivamente – notai que digo exclusivamente – dos melhoramentos materiais do país. Não desconheço o que se me pode replicar, dir-me-eis que uma nação não se compõe só de estômago para digerir, mas de cabeça para pensar e de coração para sentir. Respondo-vos que tudo isso não valerá nada ou pouco, se ela não tiver pernas para caminhar. O Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando tiver cortado de estradas de ferro.*

ASSIS, M. de. Evolução. Os melhores contos. In: *Seleção de Domício Proença*. São Paulo: Global, 1997, p.239-240 (Adaptação).

Publicado no início do século XX, o conto incorpora o discurso evolucionista. A comparação sugere um processo de crescimento no qual a nação é tomada como metáfora do corpo humano. Se as estradas são pernas,

A) **IDENTIFIQUE** a principal região cortada pelas estradas de ferro e o produto que era transportado.

B) **EXPLIQUE** os limites impostos ao crescimento da economia nacional.

13. (UNESP) O texto seguinte se refere a um esforço de implantação de fábricas no Brasil em meados do século XIX.

Não se pode dizer [...] *que tenha havido falta de proteção depois de 1844. Nem é lícito considerar reduzido seu nível* [...] *Não se está autorizado, portanto, a atribuir o bloqueio da industrialização à carência de proteção. O verdadeiro problema começa aí: há que explicar por que o nível de proteção, que jamais foi baixo, revelou-se insuficiente.*

MELLO, J. M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*, 1982.

A) Qual foi a novidade da Tarifa Alves Branco (1844), comparando-a com os tratados assinados com a Inglaterra em 1810?

B) **INDIQUE** duas razões do "bloqueio da industrialização" ao qual se refere o autor.

14. (Unicamp-SP–2010) *O imperador D. Pedro II era um mito antes de ser realidade. Responsável desde pequeno, pacato e educado, suas imagens constroem um príncipe diferente de seu pai, D. Pedro I. Não se esperava do futuro monarca que tivesse os mesmos arroubos do pai, nem a imagem de aventureiro, da qual D. Pedro I não pôde se desvincular. A expectativa de um imperador capaz de garantir segurança e estabilidade ao país era muito grande. Na imagem de um monarca maduro, buscava-se unificar um país muito grande e disperso.*

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 64, 70, 91 (Adaptação).

A) Segundo o texto, quais os significados políticos da construção de uma imagem de D. Pedro II que o diferenciasse de seu pai?

B) Que características do Período Regencial ameaçavam a estabilidade do país?

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–1999) *Viam-se de cima as casas acavaladas umas pelas outras, formando ruas, contornando praças. As chaminés principiavam a fumar, deslizavam as carrocinhas multicores dos padeiros; as vacas de leite caminhavam como seu passo vagaroso, parando à porta dos fregueses, tilintando o chocalho; os quiosques vendiam café a homens de jaqueta e chapéu desabado; cruzavam-se na rua os libertinos retardios com os operários que se levantavam para a obrigação; ouvia-se o ruído estalado dos carros de água, o rodar monótono dos bondes.*

AZEVEDO, Aluísio de. *Casa de Pensão*. São Paulo: Martins, 1973.

O trecho, retirado de romance escrito em 1884, descreve o cotidiano de uma cidade, no seguinte contexto:

A) A convivência entre elementos de uma economia agrária e os de uma economia industrial indicam o início da industrialização no Brasil, no século XIX.

B) Desde o século XVIII, a principal atividade da economia brasileira era industrial, como se observa no cotidiano descrito.

C) Apesar de a industrialização ter-se iniciado no século XIX, ela continuou a ser uma atividade pouco desenvolvida no Brasil.

D) Apesar da industrialização, muitos operários levantavam cedo, porque iam diariamente para o campo desenvolver atividades rurais.

E) A vida urbana, caracterizada pelo cotidiano apresentado no texto, ignora a industrialização existente na época.

02. *No Império, basicamente dois partidos das elites (Liberal e Conservador) se revezavam na composição do Parlamento, submetidos ao Poder Moderador. O Partido Republicano, que se organiza a partir de l870, era mera expressão dos interesses dos grandes proprietários rurais (alguns, inclusive, possuidores de escravos), com algumas divergências com os dois partidos hegemônicos e que foram os beneficiários do golpe militar que instaurou a República (uma república, aliás, sem republicanos...).*

Na chamada 1ª República (1889-1930), o domínio absoluto das oligarquias representadas pelo Partido Republicano, um período que teve como característica escassa participação eleitoral e fraudes nas eleições como regra. Não havia necessidade de coligações porque o domínio do PR era absoluto.

De 1930 a 1945, até o golpe de 10 de novembro de 1937, quando é instaurada a ditadura do Estado Novo, havia ainda arremedos de partidos (basicamente regionais). De 1937 a 1945, a ditadura fechou o Congresso e, portanto, acabou com os partidos.

COSTA, Homero Oliveira. *O Jornal de Hoje.* 23 out. 2009.

O texto anterior apresenta uma visão da evolução partidária do Brasil do Império até as primeiras décadas do Período Republicano. A abordagem do autor ressalta que os partidos, no Brasil,

A) evoluíram para uma clara tendência de esquerda, na medida em que as demandas populares se intensificavam.

B) ficaram sujeitos aos desígnios do Poder Moderador durante os séculos XIX e XX.

C) apresentavam uma fragilidade programático-ideológica, pois estavam sob o controle de setores privilegiados da sociedade.

D) entraram em conflito pela causa da centralização política, até culminar no fechamento do Congresso por Vargas.

E) enfrentaram adversidades e complicações políticas, mas nunca foram extintos em nosso país.

GABARITO

Fixação

01. B
02. D
03. D
04. C
05. D

Propostos

01. C	05. A	09. C
02. A	06. C	10. C
03. D	07. B	11. C
04. E	08. C	

12. A) Região Sudeste, o produto transportado era o café.

B) Questionava-se a organização voltada, fundamentalmente, para o mercado externo (economia de exportação), o controle da tecnologia e do domínio financeiro pelos países centrais e os escassos investimentos na infraestrutura nacional.

13. A) Enquanto os Tratados de 1810 entre Brasil e Inglaterra estabeleciam privilégios alfandegários à Inglaterra no comércio com o Brasil, a Tarifa Alves Branco estabeleceu não intencionalmente o protecionismo ao elevar em 60% as tarifas alfandegárias, criando condições para um incipiente desenvolvimento industrial.

B) A falta de apoio governamental aos projetos de industrialização, em razão da sustentação política de Dom Pedro II pela aristocracia rural, e a dificuldade de concorrência com os competitivos produtos ingleses no mercado brasileiro.

14. A) A construção da imagem de um imperador maduro e comprometido com a causa da nação seria fundamental para a obtenção do respeito de todos os setores da sociedade, promovendo a estabilidade política tão necessária ao país. O projeto de difusão dessa imagem também visava distanciar o jovem Pedro II da memória política das ações impetuosas e polêmicas que caracterizavam seu próprio pai, o monarca Pedro I. Dessa forma, a imagem de D. Pedro II seria associada à capacidade de deliberação, de diálogo com os diversos atores políticos da sociedade brasileira. Seria enfatizada a imagem de um político conciliador, em oposição ao enfrentamento característico de Pedro I.

B) A época das Regências apresentou a eclosão de movimentos separatistas que ameaçavam promover a fragmentação do país, como é o caso da Farroupilha no Sul do país. Além disso, o período foi marcado pelo avanço de movimentos populares que passaram a ser temidos pelos setores da elite, como foi o caso da Cabanagem (Pará), da Balaiada (Maranhão) e da Revolta de Malês (Bahia). As divergências políticas entre setores favoráveis e desfavoráveis ao processo de descentralização do poder completam o quadro de instabilidade do período, em conjunto com a ausência da figura do monarca, capaz de conferir ordem e unidade à nação.

Seção Enem

01. A
02. C

HISTÓRIA

Grupos sociais em conflito no Brasil Império

SOCIEDADE

A sociedade brasileira do Segundo Reinado não rompeu as estruturas constituídas durante o Período Colonial, pautada na autoridade político-social de um restrito grupo de latifundiários monocultores, conhecidos no Império como os coronéis ou os barões do café. O cenário de domínio dos grupos associados à agricultura exportadora permaneceu até o fim da Primeira República em 1930, não impedindo a formação de novos setores sociais ligados às atividades desvinculadas diretamente da produção do café. Essa nova composição social só foi possível graças a um processo de urbanização que garantiu a formação de uma classe média, composta majoritariamente de profissionais liberais e funcionários públicos que seguiam os padrões culturais e estéticos das principais cidades europeias. Mesmo com o advento de novos setores sociais, a maioria da população brasileira permaneceu marginalizada, desvinculada da efetiva noção de cidadania. Da mesma forma, o choque entre cidade e campo não marcou os anos da monarquia, tornando-se mais intenso apenas nos últimos anos da República Velha.

Johann Moritz Rugendas

O trabalho escravo na produção de café: a persistência da ordem escravocrata.

Cultura

A influência europeia no desenvolvimento cultural do Brasil durante o Segundo Reinado ocorreu, em especial, no esforço da Corte em reproduzir, em terras tropicais, o fenômeno dos salões que se espalhavam por toda a Europa. Espaço comum para os contatos sociais e o deleite da boa música, os salões eram encontros festivos que serviam para promover a integração das elites urbanas, que, por meio do bom divertimento e de jantares suntuosos, buscavam encarnar, no Brasil, os cafés parisienses, sendo o francês a língua predileta dessa elite emergente. Realizados de maneira periódica e tendo um anfitrião que abria as suas portas para esses encontros, os salões representavam uma reafirmação das estruturas hierárquicas vigentes na sociedade, em especial, a capacidade de influência e de agregação de forças sociais em torno de si. Montar e participar de encontros sociais dessa magnitude era fundamental para a projeção social dos indivíduos que compunham a Corte carioca.

A cultura nacional também apresentou, como destaque, o Romantismo, importante movimento literário. Influenciados pelo mundo europeu, escritores brasileiros como José de Alencar, autor de *O Guarani* e *Iracema*, e Gonçalves de Magalhães, autor de *A Confederação dos Tamoios*, buscaram vincular o Romantismo ao fenômeno indianista. Para esses escritores, a ideia central era transformar o índio em figura principal na construção da imagem do brasileiro, em detrimento da figura do negro, malvisto pelo avanço das teorias de eugenia vigentes no mundo ocidental do século XIX, envolto em um imperialismo racista. Nesse sentido, o Romantismo foi apropriado pelo Estado monárquico, na medida em que essa mensagem idealizada do índio fazia parte de uma política pública de construção dos símbolos nacionais e afirmação de valores e identidades que seriam tipicamente brasileiras. No âmbito da poesia, destacam-se importantes poetas nacionais como Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

Escravidão

Outro ponto de destaque da sociedade imperial foi a manutenção do trabalho escravo, já que a Independência do Brasil não se comprometeu em libertar a população cativa, que permaneceu durante mais algumas décadas como os "braços do país". O discurso dominador esteve ligado à ideia de que dar a liberdade para os escravos seria correr o risco de uma perigosa rebelião social. Temendo que o Brasil repetisse a experiência da revolta escravista do Haiti, a elite brasileira adiou a libertação dos escravos o máximo possível, levando o país a preservar suas arcaicas estruturas sociais de trabalho.

A permanência da escravidão trouxe um considerável atrito diplomático com os ingleses, que pressionavam o governo brasileiro para interromper o tráfico de escravos para o país. O empenho britânico em concretizar tal medida se justificava pela intenção de promover o fim do trabalho escravo e criar um mercado consumidor para seus produtos através do estímulo à mão de obra assalariada. As motivações da Inglaterra também podem ser explicadas pelo interesse em manter a África isolada de ingerências externas que viessem a atrapalhar o processo de dominação imperialista que se constituía no século XIX. Uma outra leitura possível é a contemporânea, que credita os interesses ingleses no fim da escravidão aos ganhos obtidos na agricultura com o uso de mão de obra livre e, consequentemente, à redução no preço dos gêneros agrícolas.

Assim, a legislação responsável pelo fim do regime escravocrata no Brasil foi sendo lentamente elaborada, à medida que os eventos externos (pressão inglesa) e internos provocavam a necessidade de supressão desse tipo de trabalho. Entre os eventos internos que colaboraram para a condução do processo abolicionista, está a participação das pessoas que se situavam fora dos setores agrários e, por isso, não estavam vinculadas à escravidão. Pode ser incluída, nesse contexto, a classe média urbana, composta de profissionais liberais, intelectuais, universitários e proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Esse cenário é produto da transformação pela qual passava o Rio de Janeiro, na medida em que a crescente urbanização propiciava a expansão das atividades industriais, a introdução do trabalho assalariado e o crescimento da população livre.

Reprodução / Revista Ilustrada

Crítica à manutenção do trabalho escravo no Brasil, única nação a manter tal regime na década de 1880. Na satirização, D. Pedro II é impedido de participação em congressos internacionais.

O movimento abolicionista

O projeto abolicionista nacional se estruturou dentro de um diversificado caminho, que pode ser exemplificado desde as manifestações de resistência à escravidão ocorridas nas senzalas até o esforço internacional ao combate do trabalho cativo do negro no Brasil.

Dentro desse amplo debate, cabe destacar os esforços empreendidos pelas sociedades abolicionistas, em especial após o ano 1880, que buscavam defender o interesse dos negros em um país economicamente dependente do trabalho escravo. Entre os vários grupos, destaca-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1881 e ligada ao jornal *O Abolicionista*, importante espaço de divulgação das ideias contrárias ao trabalho escravo. Entre as principais lideranças abolicionistas, estão os monarquistas Joaquim Nabuco e André Rebouças, e os republicanos José do Patrocínio e João Clapp.

A ampla divulgação das ideias abolicionistas favoreceu o avanço de ações que iam além das famosas leis que tratavam do tema do trabalho escravo. Nesse sentido, pode-se destacar:

- o apoio dado à fuga de escravos por parte de algumas sociedades abolicionistas, em especial na região Sudeste;
- a criação de fundos de emancipação, que conseguiram acabar com o trabalho escravo nas províncias do Ceará e Amazonas ainda antes da Lei Áurea;
- o contato com sociedades abolicionistas internacionais empreendido por Joaquim Nabuco e José de Patrocínio nas visitas realizadas à Europa nos anos de 1881 e 1884, respectivamente.

Para fazer jus às transformações que julgava necessárias, a nascente classe média fez-se representar no Exército, mais especificamente nos ideais republicanos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes leis acerca do fim do trbalho escarvo:

Bill Aberdeen (Lei Inglesa) – 1845

Desde o início do século XIX, a Inglaterra já pressionava o Brasil para por fim ao tráfico de escravos, levando as autoridades legais a formalizar uma lei proibindo o tráfico em 1831. Porém, essa lei não saiu do papel ("Lei para inglês ver"), mantendo-se a entrada de levas de escravos africanos no país. Percebendo que as tentativas para acabar com a vinda de escravos para o Brasil eram inócuas, os ingleses mudaram de tática. Em 8 de agosto de 1845, o Parlamento inglês aprovou uma lei chamada *Bill Aberdeen*, que determinava que os navios ingleses teriam autoridade para aprisionar qualquer navio negreiro que encontrassem, de qualquer nacionalidade.

Inúmeros navios brasileiros foram apreendidos e afundados pelas autoridades britânicas na busca de coibir o tráfico. A *Bill Aberdeen* também pode ser compreendida como uma reação inglesa frente à aplicação da Tarifa Alves Branco, que dificultou a entrada de produtos industriais britânicos no Brasil. Contudo, apesar das restrições inglesas, o tráfico se manteve vigoroso nos anos seguintes, principalmente pela elevação do preço dos escravos, consequência direta da lei inglesa.

Lei Eusébio de Queirós – 1850

Não resistindo à pressão da Inglaterra, o Brasil criou uma nova lei que proibia o tráfico de escravos e que, ao contrário das ordens anteriores, mostrou-se mais eficaz, haja vista a pressão exercida pelo próprio governo para a sua execução. Criada em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós já apresentava resultados em 1851, quando o Brasil recebeu apenas 3 287 escravos, sendo que, no ano anterior, antes da lei, entraram no Brasil 23 000 escravos. A redução foi ainda maior em 1852, quando entraram apenas 700 escravos.

Lei do Ventre Livre – 1871

No contexto de uma pressão exercida por setores da população urbana e da classe média que discordava da escravidão, a Lei do Ventre Livre, também conhecida por Lei Rio Branco, foi homologada em 1871, sendo uma tentativa de acalmar a discussão sobre o tema. Dando continuidade a um projeto elitista, que visava à lenta extinção do trabalho compulsório, essa lei propunha que todos os escravos nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Porém, o efeito de tal resolução não foi tão significativo para os filhos dos escravos, afinal, como poderia uma criança ser livre se seus pais permaneciam em cativeiro? Além disso, a lei estabelecia a responsabilidade do senhor da fazenda de cuidar da criança até os 21 anos de idade, sendo que os senhores se aproveitavam do trabalho dos "escravos livres" sob o pretexto de que estavam colaborando para a formação dos libertos pela lei.

Lei do Sexagenário – 1885

Declarava livres os escravos com 60 anos de idade ou mais. Essa lei beneficiava, em última instância, os proprietários, afinal, os poucos escravos que chegavam a essa idade não tinham condição de assumir trabalhos pesados, sendo então libertos e dispensados das fazenda, o que reduzia o custo do proprietário. Quando um escravo conseguia chegar a essa idade e se interessava em se beneficiar dessa lei, era muito difícil a aplicação da nova legislação, devido à ausência de comprovantes que pudessem assegurar a sua idade, afinal, todos os documentos relativos à vida de cada cativo ficavam sob a posse de seus proprietários.

Lei Áurea – 1888

Declara extincta a escravidão no Brasil

Artigo 1º É declarada extincta desde a data d'esta Lei a escravidão no Brazil.

Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Ana Nascimento / ABr

Lei Áurea

Assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, visto que o imperador se encontrava em viagem, essa lei estabelecia a liberdade para todos os escravos no Brasil. Entretanto, a Lei Áurea foi omissa sobre possíveis indenizações a serem pagas aos escravos pelos anos de trabalho gratuito aos seus senhores. Isso significa que a maioria dos antigos escravos não tinha como recomeçar a vida sem estarem submetidos ao mesmo sistema econômico que os havia transformado em uma força de trabalho desqualificada. As redes de preconceito e de desvalorização social não foram desfeitas, não houve efetiva integração social e a condição do ex-escravo permaneceu próxima àquela estalebecida durante o período anterior à Lei Áurea. Muitos permaneceram nas fazendas onde já trabalhavam como escravos, visto que desconheciam outros projetos de vida que pudessem permitir seu desenvolvimento econômico. Os libertos que buscavam as cidades após a abolição encontravam poucas opções de trabalho. Acabavam, por conta disso, muitas vezes incorporados à criminalidade.

A imigração para o Brasil

Durante a segunda metade do século XIX, alguns fazendeiros começaram a perceber que a utilização de mão de obra livre poderia ser mais rentável que a mão de obra escrava, devido ao elevado preço dos cativos e ao fato de estes estarem indispostos a elevar a produção, já que não gozavam de nenhum estímulo para tal, o que reduzia a produtividade e a competitividade do gênero agrícola brasileiro.

A primeira iniciativa de imigração para o Brasil havia ocorrido durante o governo de D. João VI (1808-1821), através da formação de uma colônia de imigrantes suíços em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1818), além da chegada de germânicos no Rio Grande do Sul, em 1824. Entretanto, o empenho sistemático de utilização desse tipo de mão de obra partiu do senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847, depois de adotar em sua fazenda, em São Paulo, o sistema de parceria. Nesse sistema, o fazendeiro custeava a vinda do imigrante e o sustento durante os primeiros anos no Brasil. Os novos trabalhadores deveriam produzir o café e os produtos de subsistência. Após certo período, 1/3 de todo lucro seria entregue aos imigrantes e o restante, ficaria com o proprietário da fazenda.

O **sistema de parceria** não obteve sucesso por vários motivos, entre os quais se destacam os maus tratos dos fazendeiros aos imigrantes, os elevados juros cobrados pelo valor referente ao custeio da viagem e o fato de muitos fazendeiros omitirem a obtenção de lucro, não pagando a parte devida aos trabalhadores. Os fazendeiros ainda tinham uma mentalidade escravocrata e, em função disso, ocorreram revoltas dos imigrantes contra os proprietários, como a de Ibicaba (SP), em 1857. Algumas regiões da Europa, de onde vinha a maioria dos trabalhadores, chegaram, inclusive, a proibir a vinda de novos imigrantes para o Brasil. Posteriormente, o governo brasileiro interveio na questão da imigração, realizando o sistema de **imigração subvencionada**, que, com dinheiro público, pagava a passagem para o imigrante sob a fiscalização governamental, evitando o abuso dos fazendeiros.

Mesmo com tais problemas, a imigração para o Brasil e para outros países da América, principalmente EUA e Argentina, continuou a ocorrer, já que a situação política e econômica da Europa era completamente instável, levando muitos europeus a tentarem obter trabalho na América. Os principais países que enviaram imigrantes ao Brasil foram a Itália e a Alemanha, seguidas de perto pelos povos eslavos, durante o Período Imperial. Após o fim da escravidão e o início da República, outras nacionalidades entraram no Brasil, com destaque para portugueses, sírios, libaneses, espanhóis e japoneses. Grande parte dos imigrantes instalava-se nas regiões Sudeste e Sul, sendo o estado de São Paulo o local de maior presença desse tipo de mão de obra. Os imigrantes evitavam trabalhar nas fazendas do Vale do Paraíba, indo, preferencialmente, para a região do Oeste Paulista, onde os fazendeiros estabeleciam uma relação de produção mais racional. Nessa região, existiam melhores remunerações pelo trabalho, seja sob a forma de arrendamentos ou mediante os pagamentos em dinheiro pela formação da lavoura.

O estímulo à imigração também está associado ao projeto de branqueamento do povo brasileiro, orientado por um pensamento europeu em um contexto de avanço imperialista, que pressupunha a ideia de uma raça branca superior. Esse pensamento era defendido por parcela da elite brasileira, em contato com teorias como o evolucionismo social, que lamentava a origem miscigenada de nossa sociedade.

> Um determinado grupo de fazendeiros chegou a propor, em 1870, que fossem importados trabalhadores chineses, para que fosse levada adiante a ideia de branqueamento da população brasileira. A proposta, entretanto, foi questionada, visto desejar-se o sangue europeu, tido como vivaz, e não o chinês, visto como "envelhecido" e "envenenado".
>
> NABUCO. *O Abolicionismo*, p. 152.

O acesso dos imigrantes à posse da terra chegou a acontecer, mas com muitas dificuldades, já que a elite agrária pressionou o Estado Imperial a criar um instrumento legal que possibilitasse a manutenção da arcaica estrutura fundiária brasileira. De acordo com a **Lei de Terras**, aprovada em 1850, as terras públicas só poderiam se tornar propriedade privada por meio de compra, e não mais por doação ou posse. Como a legalização dessas terras exigia a obtenção de títulos e pagamento de elevadas taxas, aqueles que detinham baixa renda não conseguiam ter acesso à propriedade no Brasil. Pode-se realizar o contraste com o *Homestead act* norte-americano, que, em período próximo ao da Lei de Terras brasileira, facilitou o acesso à terra por meio da doação.

POLÍTICA EXTERNA

As relações externas durante o Segundo Reinado foram marcadas por dois momentos: os conflitos diplomáticos com a Inglaterra e a constante intervenção brasileira realizada nos países que fazem fronteira com a região sul.

Conflitos diplomáticos

O conflito diplomático entre Brasil e Inglaterra esteve associado às décadas de interferência econômica e política inglesa nos negócios brasileiros. Durante todo o Período Imperial, o Brasil sofreu a pressão britânica para que os seus interesses fossem plenamente atendidos. Mas, com o amadurecimento da política nacional, principalmente durante o Segundo Reinado, o Brasil começou a romper os laços que o prendiam à Inglaterra, gerando, assim, enormes conflitos diplomáticos que quase culminaram em uma guerra. Entre as questões diplomáticas existentes, merece destaque a pressão do governo inglês para que o Brasil pusesse fim ao tráfico de escravos. A essa exigência, o Brasil não conseguiu resistir e teve de estabelecer novas legislações para atender aos interesses britânicos. Entretanto, os principais conflitos diplomáticos vinculam-se às hostis manifestações do diplomata inglês no Brasil, William Dougal Christie. Esses conflitos foram denominados historicamente como a **Questão Christie**.

Irritado com o roubo de uma carga de um navio chamado Príncipe de Gales, que havia naufragado na costa brasileira, o embaixador exigiu que o governo brasileiro pagasse a quantia de 3 200 libras esterlinas para ressarcir o prejuízo inglês. No meio de tal discussão, em 1862, alguns marinheiros ingleses, embriagados e trajados de civis, foram presos no Rio de Janeiro por estarem promovendo arruaças. Mesmo sendo soltos imediatamente, ao se verificar que eram militares, o embaixador William Christie exigiu, além do pagamento da carga do navio, que os soldados brasileiros que prenderam os ingleses fossem encarcerados e que o governo brasileiro fizesse um pedido formal de desculpas. Tal questão beirou a guerra, quando navios ingleses aprisionaram cinco navios brasileiros no Rio de Janeiro. Para evitar o conflito, D. Pedro II solicitou a mediação do rei da Bélgica, Leopoldo I. Durante o processo, D. Pedro II pagou ao governo inglês a carga do navio roubado. Em 1863, diante do parecer favorável ao Brasil, e como o governo inglês se negou a pedir desculpas oficiais pelo incidente, o imperador rompeu laços diplomáticos com os ingleses, até que, em 1865, a Inglaterra, oficialmente, pediu desculpas ao Brasil em virtude desse incidente.

Intervenções no sul

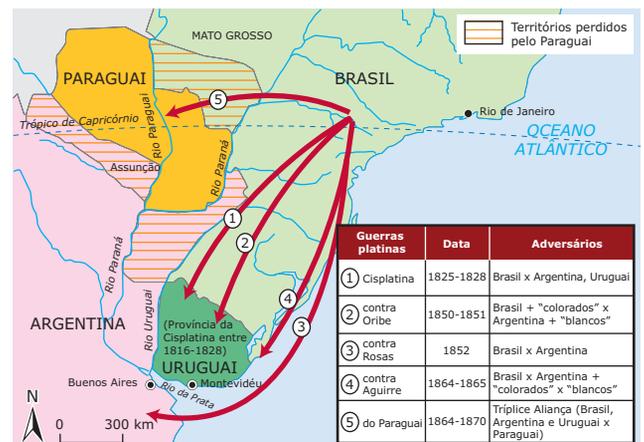
Se o Brasil, em relação à Inglaterra, sofria consideráveis intervenções, sua postura em relação aos países do sul foi idêntica. Porém, nesse caso, era o Brasil que se mostrava autoritário. Envolvido em disputas de fronteira, interessado em garantir o controle da navegação nos rios da região e preocupado com o desenvolvimento de potências políticas no sul que fizessem oposição ao Brasil, o governo imperial realizou intervenções militares nessa região, determinando, de acordo com seus interesses, o funcionamento de sua política. O Brasil chegou a realizar intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

No caso do Uruguai, o Brasil, que havia anexado o território entre 1821 e 1828 (Província da Cisplatina), ainda influenciava a política interna daquele país dividido em duas legendas partidárias: o Partido Blanco e o Partido Colorado. O primeiro contava com a participação dos grandes proprietários de terra, sob a liderança de Manuel Oribe, com o apoio do presidente argentino, Juan Manuel Rosas, que desejava se unir ao Uruguai e formar um poderoso país na região. Já o Partido Colorado contava com o apoio dos comerciantes do Uruguai, liderados por Frutuoso Rivera, que obtinha o auxílio explícito do Brasil e de José Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios e opositor de Manuel Rosas.

Paralelamente, os fazendeiros gaúchos entravam em conflito na fronteira por disputas de terras com fazendeiros uruguaios ligados ao Partido Blanco. Com a vitória de Oribe nas eleições uruguaias e com a intensificação dos conflitos entre fazendeiros, o imperador iniciou a intervenção no sul, de acordo com seus interesses. Em um mesmo movimento militar, o Exército brasileiro invadiu Montevidéu e Buenos Aires, capitais do Uruguai e da Argentina, respectivamente, depondo os governantes Oribe e Rosas e substituindo-os por Rivera, no Uruguai, e Urquiza, na Argentina, entre 1851 e 1852.

Em 1864, ocorreu novo conflito na região, envolvendo Uruguai, Argentina e Paraguai. Novamente o conflito estava associado aos problemas enfrentados pelos fazendeiros gaúchos e pelos membros do Partido Blanco, que realizavam ações militares nas fazendas brasileiras. Nessa época, o Uruguai estava sob o controle do líder Blanco, Atanásio Cruz Aguirre, que agora detinha o apoio do Paraguai, liderado por Solano López. Mais uma vez, o Brasil invadiu o Uruguai, retirando Aguirre do poder e colocando o líder colorado, Venâncio Flores. O Paraguai, que nessa época era um país fortalecido por sua política econômica e por uma considerável força militar, rompeu relações diplomáticas com o Brasil, devido à intervenção realizada no Uruguai. Era o prelúdio da Guerra do Paraguai.

Política externa do Brasil – século XIX

Guerras platinas	Data	Adversários
(1) Cisplatina	1825-1828	Brasil x Argentina, Uruguai
(2) contra Oribe	1850-1851	Brasil + "colorados" x Argentina + "blancos"
(3) contra Rosas	1852	Brasil x Argentina
(4) contra Aguirre	1864-1865	Brasil x Argentina + "colorados" x "blancos"
(5) do Paraguai	1864-1870	Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai x Paraguai)

Guerra do Paraguai (1864-1870)

Diferentemente dos demais países da América Latina, o Paraguai constituiu suas atividades econômicas, desde sua Independência, dentro de um sistema autossustentável. Durante os governos de José Francia (1811-1840) e Carlos López (1840-1862), o país acabou com o analfabetismo, organizou fábricas, ferrovias, siderúrgicas e redes de comunicação. Esse desenvolvimento estrutural foi complementado por uma política de organização militar promovida por **Solano López** a partir de 1862. Com o objetivo de ampliar a área territorial do Paraguai, o governo daquele país desejava anexar alguns territórios pertencentes ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai. O objetivo principal era obter uma saída para o mar, visto que o Paraguai era um país isolado dentro da porção sul da América. Nota-se que a postura paraguaia inseria-se em um cenário de fortes disputas fronteiriças no cone sul do continente, em que todas as nações envolvidas no conflito almejavam ganhos territoriais.

Dessa forma, o governo paraguaio ordenou, em novembro de 1864, o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, no Rio Paraguai, retendo, entre seus passageiros e tripulantes, o presidente da Província de Mato Grosso, Carneiro de Campos. Após essa postura hostil, o governo brasileiro declarou guerra ao Paraguai. No início de 1865, continuando a ofensiva, o governo paraguaio ordenou a invasão do norte da Argentina. Para realizar a resistência, Argentina, Uruguai e Brasil formaram a Tríplice Aliança contra Solano López.

Apesar de as primeiras vitórias da guerra terem sido paraguaias, o país de Solano López não pôde resistir à combinação da Tríplice Aliança. As condições populacionais do Paraguai e a localização geográfica do país acabaram impedindo a sua vitória. Além disso, a Tríplice Aliança contou com o apoio de empréstimos ingleses, já que a Inglaterra desejava expandir a sua área de influência e via no conflito a possibilidade de acúmulo de capital.

Mesmo com essas limitações, as tropas paraguaias resistiram durante aproximadamente 5 anos. O Exército brasileiro teve, durante a própria guerra, de se reorganizar para ser capaz de sair vitorioso. No ano de 1866, foi permitida a presença de escravos no Exército, sendo prometido aos voluntários o direito à liberdade. Com o auxílio do barão de Caxias e, posteriormente, sob a liderança do conde D'Eu, genro de D. Pedro II, o Brasil conseguiu sair vitorioso da guerra. Na última batalha, conhecida como Campanha da Cordilheira, o Exército brasileiro conseguiu matar Solano López. Acredita-se que a guerra levou à morte cerca de 75% da população paraguaia, sendo que aproximadamente 99% da população masculina com mais de 20 anos foi massacrada.

Como consequência dessa desastrosa guerra, merece destaque a destruição do Paraguai e a perda de parte de seu território, o endividamento do Brasil com a Inglaterra e o fortalecimento do Exército brasileiro, que, a partir da Guerra do Paraguai, exerceu um grande papel político no Brasil, inclusive no Período Republicano.

Outra visão...

A historiografia brasileira apresenta uma infinidade de justificativas estruturais para a Guerra do Paraguai. Uma das vertentes construiu a imagem de um Paraguai potência, ameaçador dos interesses britânicos na América e exemplo para as nações latino-americanas. Por isso, justifica-se a guerra como uma articulação inglesa, visando a enfraquecer a única referência de desenvolvimento na região. Apesar da simpatia inglesa pelo conflito, acreditar que a principal guerra da história da América do Sul foi motivada por manipulação europeia seria uma redução simplista e maniqueísta das questões políticas que envolveram as recém-criadas nações do cone sul.

FIM DO IMPÉRIO

O fim do Império brasileiro esteve vinculado aos desgastes vividos pelo imperador durante seu governo. A oposição ao centralismo imperial foi orientada por um projeto republicano, ou seja, pela necessidade de substituir o sistema imperial por um regime que correspondesse à tendência da América: o presidencialismo e o federalismo. Assim, quatro questões relevantes levaram à queda do Império:

Questão abolicionista

A política empreendida pelo governo imperial frente ao problema da escravidão acabou por gerar adversários políticos que podem ser divididos entre os que se opunham ao regime escravocrata e aqueles que o apoiavam.

Entre os que discordavam do trabalho cativo no Brasil, nota-se a oposição ao governo de D. Pedro II por considerá-lo omisso quanto ao trato da questão escravocrata. Assim, a campanha abolicionista, desenvolvida pela imprensa e por intelectuais em núcleos urbanos, acabou por associar a luta contra a escravidão ao projeto republicano, gerando assim a adesão, entre outros setores, da maior parcela do Exército. Alguns fazendeiros começaram a se empenhar para libertar os escravos e grupos se organizavam para libertar os cativos, facilitando a fuga para os núcleos de resistência: os quilombos. Assim, na medida em que se desenvolvia a luta pela liberdade dos escravos, crescia o desejo de se implantar a República no Brasil.

O ato de libertar os escravos representava, no jogo político do século XIX, uma tentativa da princesa Isabel de estabelecer um projeto de enfraquecimento daqueles que desejavam a República, visto que a monarquia se mostrou moderna a ponto de conceder a libertação dos escravos.

Porém, quando o governo imperial se propôs à abolição da escravatura, através da Lei Áurea, em 1888, a situação do governo se complicou ainda mais, visto que os fazendeiros escravistas que apoiavam o Império começaram uma oposição ao regime, já que não foram indenizados pela perda dos escravos. Esses fazendeiros optaram pela defesa do movimento republicano, na esperança de serem ressarcidos do prejuízo a que foram submetidos. Dessa forma, tanto fazendeiros do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista, apesar de dotados de motivações distintas, atuaram no enfraquecimento do regime monárquico.

Questão religiosa

A questão religiosa representa o conflito entre Igreja Católica e o governo imperial. O atrito esteve ligado ao fato de D. Pedro II ter a possibilidade, através de determinações constitucionais, de envolver-se com os assuntos da Igreja, por meio do padroado e do beneplácito. O padroado determinava que D. Pedro II teria a prerrogativa de nomear bispos e controlar a Igreja Católica no Brasil, uma vez que a Igreja estava a serviço do Estado. Já o beneplácito determinava que qualquer ordem vinda de Roma deveria ser aprovada por D. Pedro II.

Reprodução / O mosquito

Charge satirizando a questão religiosa: o papa repreende o imperador. Publicado no Periódico O Mosquito, 1878.

No ano de 1864, o papa Pio IX determinou que a Igreja deveria proibir a presença de maçons entre seus seguidores. Como o Império brasileiro sempre esteve ligado à maçonaria, sendo o próprio D. Pedro II um maçom, o imperador exigiu que a ordem do papa não fosse acatada no Brasil. Porém, os bispos de Olinda, D. Vidal de Oliveira, e de Belém, D. Antônio de Macedo, não aceitaram as ordens de D. Pedro II, mantendo-se fiéis à ordem papal. A reação do monarca não se fez esperar: os bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados, sendo anistiados meses depois. O episódio levou a um mal-estar entre Igreja e Império, enfraquecendo a forte aliança entre as duas instituições e impedindo que a Igreja socorresse o imperador caso o seu poder fosse ameaçado.

Questão militar

Desde as primeiras décadas pós-Independência, o Exército brasileiro não exercia participação política. Mostrando-se uma instituição fraca frente à força imperial, o Exército cumpria a função de assegurar a paz nacional sem se preocupar com as questões que envolviam os princípios administrativos do Brasil. Esse quadro mudou a partir da Guerra do Paraguai, quando o Exército brasileiro passou a exercer uma maior influência nas atividades políticas brasileiras. Essa mudança se efetuou por vários motivos, entre os quais se destacam a importância do Exército para a vitória brasileira, a reorganização da instituição e o fato de que, nas repúblicas do sul, as Forças Armadas detinham uma considerável influência política. A instituição militar passou por profundas transformações, entre elas a de ter o controle ocupado paulatinamente por brasileiros, bem como leis que estabeleceram normas de promoção por antiguidade, mérito e profissionalização dos oficiais, sem, contudo, incorporar melhorias financeiras. Esse processo fez com que os militares se afastassem dos altos cargos políticos, perdendo terreno para os juristas. Para obterem uma maior participação nos quadros políticos do país, os militares optaram por apoiar a causa republicana. Assim, buscando um papel de protagonismo na vida política brasileira, alguns militares começaram a fazer críticas públicas ao sistema imperial, gerando um cenário de conflito com o governo.

A difícil ligação entre Exército e o imperador se agravou com a prisão de dois oficiais que fizeram declarações públicas contrárias ao regime. Defendendo os militares, Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca lançaram o **Manifesto de 1887**, documento que defendia a honra militar, que estava em jogo com as atitudes despóticas de D. Pedro II. Para evitar o aumento da crise, o monarca anistiou os oficiais presos. Essa atitude mostrou a fraqueza do Império e a força dos militares, que começaram a se empenhar, cada vez mais, na defesa do republicanismo.

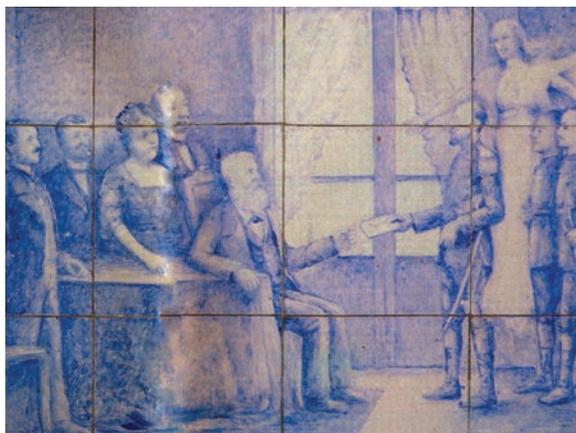
Questão republicana

O ideal republicano no Brasil já havia manifestado sinais desde o Período Colonial através de revoltas como a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana, defensoras desse projeto político. Durante o Período Regencial, surgiram outras revoltas republicanas. Na segunda metade do século XIX, o movimento voltou a crescer, principalmente entre os militares e na imprensa. Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, São Paulo ocupava posição de progressiva relevância na economia nacional, por conta da produção cafeeira do Oeste Paulista, acarretando a intensificação do poder econômico. A representação política, todavia, não era proporcional à tal expansão, apontando para profundo descontentamento com a excessiva centralização política do Segundo Reinado. O **Manifesto Republicano**, publicado em 1870, foi organizado por membros dissidentes do Partido Liberal, que, em 1873, formaram o Partido Republicano. Este contou com o apoio dos agricultores de café da região do Oeste Paulista e de setores urbanos. Liderando os opositores ao regime imperial, estavam civis, como Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Silva Jardim, e ilitares, como Benjamim Constant e Floriano Peixoto. Todos eles pertenciam à alta hierarquia maçônica, o que corrobora a estreita ligação entre as lojas maçônicas e os centros de discussão da causa republicana, unificando-a ideologicamente e fortalecendo-a no que se refere à articulação de um projeto político comum à elite cafeicultora.

O movimento republicano brasileiro teve uma forte influência do **pensamento positivista** de Auguste Comte (1798-1857). A ideia de progresso defendida por esse pensador acabou por ser a orientação estabelecida pelo grupo de militares que estavam dispostos a derrubar a monarquia. Além do positivismo, o movimento republicano brasileiro, através da elite cafeeira, apresentou o **federalismo** como uma tendência marcante, ou seja, o desejo de se constituir uma autonomia autêntica nos núcleos regionais do Brasil, que futuramente seriam representados pelos estados brasileiros. Cabe destacar que o movimento republicano não chegou a mobilizar as massas populares.

Positivismo

Desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), o positivismo representa um conjunto de postulados filosóficos que, em linhas gerais, foi estruturado na crença inabalável na ciência e no primado da razão. O apogeu de sua influência ocorreu na segunda metade do século XIX, em meio a Segunda Revolução Industrial e às críticas aos modelos políticos tradicionais vigentes no Antigo Regime, sendo defendida a República como sistema capaz de superar as amarras tradicionais que ainda inibiam o homem de continuar sua trajetória de evolução. O modelo republicano positivista pode ser caracterizado por seu traço centralizador, chegando-se a afirmar uma "ditadura republicana". As ideias de Comte serviram como inspiração aos combatentes da monarquia brasileira, que, aos olhos dos positivistas, era compreendida como responsável pelo atraso da nação, e, portanto, injustificada e incapaz de modenizar o país. O apoio ao movimento positivista mostrou-se mais intenso nas academias militares, médicas, de engenharia e de Direito.

O GOLPE REPUBLICANO

D. Pedro II e o Golpe Republicano

No final de 1888, D. Pedro II nomeou para primeiro-ministro Afonso Celso Figueiredo, com a intenção que este pudesse estabelecer reformas que aproximassem o Brasil do projeto republicano. Entretanto, o Parlamento brasileiro negou a aprovação das mudanças propostas, o que gerou uma crise que durou meses. Os republicanos aproveitaram a instabilidade para divulgar um boato de que D. Pedro II realizaria uma repressão contra os militares que fossem a favor da República. No dia 14 de novembro de 1889, alguns agrupamentos rebeldes estacionaram suas tropas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Deodoro da Fonseca, militar experiente, foi convencido pelos republicanos de que ele representaria melhor o grupo de insatisfeitos contra o regime. Assim, Deodoro **proclamou a República em 15 de novembro de 1889**, informando a D. Pedro II que ele deveria se retirar do Brasil. Este, não conseguindo reagir à força dos opositores, abandonou o Brasil e se refugiou na França. Estava implantada, através de um golpe militar, a República no Brasil.

Novamente, o Brasil passava por uma transição sem a participação popular. Os republicanos se mostraram reformistas, mas não revolucionários, permanecendo, assim, a estrutura social vigente.

LEITURA COMPLEMENTAR

Lei de Terras

A Lei nº 601 do Império do Brasil, conhecida como Lei de Terras, foi sancionada em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a aprovação da lei da abolição do tráfico atlântico de escravos. Determinou que as terras devolutas do país não poderiam ser ocupadas por qualquer outro título que não o de compra ao Estado em hasta pública, garantindo, porém, os direitos dos ocupantes de terra por posse mansa e pacífica e dos possuidores de sesmarias com empreendimentos agrícolas instalados até aquela data. Previa ainda a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas.

[...]

Os analistas são unânimes em considerar as limitações da aplicação da lei de 1850, embora a considerem um marco na história da propriedade privada da terra no Brasil, e na sua transformação em mercadoria. José Murilo de Carvalho fala em "veto dos barões" à efetiva separação das terras públicas e privadas."

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*.
Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

1870 – O Manifesto Republicano

Aos Nossos Concidadãos

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa, passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América, passamos por ser uma democracia monarquizada, em que o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições, pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de cousas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente que fazemos parte.

O povo e a proclamação da República

O golpe do quartel-general fora uma surpresa, não diremos já para a Nação em geral, mas mesmo para a cidade em geral. Dos habitantes desta grande Capital, ninguém esperava por aquilo, ninguém sabia o que aquilo era, ninguém compreendia aquilo.

O povo assistiu àquilo bestializado, atônico, surpreso, sem conhecer o que significava – disse Aristides Lobo, um dos principais corresponsáveis daquele acontecimento. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, quebrando o enleio dos espíritos.

Este entusiasmo, de que falava Aristides Lobo, não foi, porém, o entusiasmo do povo – e sim o entusiasmo da pequena minora republicana. O povo, o nosso povo, mostrou-se, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia, como aceitaria, amanhã, o regime bolchevista ou o fascismo italiano.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 4. ed. Recife: FUNDAJ Edit. Massangana, 1990. p. 161-162.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFPR–2008) *A introdução de novos africanos no Brasil não aumenta a nossa população e só serve de obstar a nossa indústria. Apesar de entrarem no Brasil perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é nulo, ou de muito pouca monta: quase tudo morre ou de miséria ou de desesperação, e todavia custaram imensos cabedais.* [...] *Os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se vêem, precisados pela fome ou pobreza, a aperfeiçoar sua indústria ou melhorar sua lavoura.* [...] *Ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e, logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo.*

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, de 1823. In: DOLHNIKOF, Miriam. *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 56-57.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o abolicionismo no Brasil, é **CORRETO** afirmar que, nas duas primeiras décadas do século XIX,

A) o movimento abolicionista consolidava uma articulação de partidos políticos em prol da libertação dos africanos e da sua inserção na sociedade brasileira como trabalhadores livres para a agricultura e para a indústria.

B) as elites dirigentes estavam plenamente convencidas da necessidade da abolição do tráfico negreiro para defender o sistema escravista das pressões empreendidas pelo movimento humanitário internacional.

C) alguns setores sociais pretendiam promover o progresso econômico do Brasil com base na indústria e viam os negros como obstáculo a esse desenvolvimento, na medida em que eles não tinham qualquer aptidão para o trabalho naquele setor.

D) alguns integrantes da elite dominante passaram a compreender a escravidão como um problema que dificultava o progresso nacional, já que a sua manutenção desestimulava novos empreendimentos econômicos.

E) as elites dirigentes do Brasil estavam convencidas de que a abolição da escravidão ocorreria mais cedo ou mais tarde e era necessário, portanto, substituir o escravo pelo trabalhador livre.

02. (UFMG) Considerando-se os fatos relacionados à Guerra do Paraguai (1864-1870), é **CORRETO** afirmar que

A) a Tríplice Aliança agiu sob a ingerência dos Estados Unidos, que pretendiam, após o término da Guerra Civil, ampliar o comércio de seus produtos nos países da Região Platina.

B) o Brasil e a Argentina romperam a aliança durante essa guerra, o que possibilitou não só o fortalecimento militar e político paraguaio, mas também o retardamento do final do conflito.

C) o Brasil entrou nessa guerra motivado por interesses relacionados à definição das fronteiras e à garantia de livre navegação pelo Rio Paraguai, principal via de acesso ao Mato Grosso.

D) o Exército brasileiro, apesar da vitória, se enfraqueceu após essa guerra, em razão do elevado número de baixas e das dificuldades políticas e militares em colocar um ponto final no conflito.

03. (UFMG) Leia este trecho de documento:

Pela presente, por um de nós escrita e por ambos assinada, declaramos que, desejando comemorar por um ato digno da religião de Cristo, o redentor, e de humanidade, o aniversário que hoje celebramos, e atendendo aos serviços que já tem nos prestado o pardo Sabino, nosso escravo, temos de comum acordo e de muita nossa livre e espontânea vontade, resolvido conferir ao mesmo, como conferimos, a sua liberdade, podendo conduzir-se como se de ventre livre fosse nascido: com a cláusula porém de continuar a servir-nos, ou a pessoa por qualquer de nós designada, ainda por espaço de cinco anos a partir desta data.

REGISTRO de uma carta de liberdade conferida, em 1866, pelo Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro e sua mulher ao pardo Sabino. Citado por CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 140.

Com relação à conjuntura histórica em que foi abolida a escravidão e com base nas informações contidas nesse trecho, é **CORRETO** afirmar que

A) a extinção da escravidão se deu de forma abrupta, sendo que as elites abolicionistas optaram por uma estratégia radical de enfrentamento com a Coroa, o que causou grandes traumas sociais.

B) as soluções encontradas para o problema da escravidão não escaparam ao controle político da Igreja Católica, que acabou impondo aos fiéis da elite uma teoria particular do abolicionismo.

C) o debate sobre a abolição trouxe à tona as ambiguidades das atitudes políticas de uma parte da elite brasileira, que julgava o ato de emancipação uma benesse, pela qual o ex-escravo deveria pagar.

D) os problemas ligados à escravidão se atenuaram ao longo do século XIX, quando o crescimento das revoltas escravas suprimiu conflitos entre os negros e as elites rurais.

04. (UFMG–2006) Analise esta charge:

Ângelo Agostini

Na bandeira, lê-se: "Abaixo a Monarquia abolicionista! Viva a República com indenização!"

Considerando-se as informações dessa charge, é **CORRETO** afirmar que, nela, se faz referência

A) à intensa mobilização das camadas populares a favor de uma transição da monarquia para a República.

B) à adesão de muitos fazendeiros escravocratas à República, logo após a abolição da escravatura.

C) aos movimentos republicano e abolicionista no Brasil, que se fortaleceram desde a década de 1870.

D) à decidida opção do regime monárquico pela abolição da escravatura, apesar da oposição republicana.

05. (PUC Minas)

Anos	População livre	População escrava	População total	% da População escrava sobre a total
1850	5 520 000	2 500 000	8 020 000	31%
1872	8 449 672	1 510 806	9 930 478	15%
1887	13 278 816	723 419	14 002 235	5%

Com base nos dados disponíveis anteriormente, acerca da composição da população brasileira na segunda metade do século XIX, é **CORRETO** concluir que

A) às vésperas da promulgação da Lei Áurea, a população cativa encontrava-se drasticamente reduzida.

B) o crescimento vegetativo apresentado pela população escrava garantiu o abastecimento constante de mão de obra.

C) o aumento do fluxo de imigrantes para o Brasil determinou a limitação da população livre.

D) a população total brasileira apresenta uma redução no ritmo de seu crescimento a partir de 1872.

E) a Lei dos Sexagenários de 1885 foi a principal responsável pela queda no contingente de escravos no Brasil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UNESP–2010) A expansão da economia do café para o Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX, e a grande imigração para a lavoura de café trouxeram modificações na história do Brasil como

A) o fortalecimento da economia de subsistência e a manutenção da escravidão.

B) a diversificação econômica e o avanço do processo de urbanização.

C) a divisão dos latifúndios no Vale do Paraíba e a crise da economia paulista.

D) o fim da república oligárquica e o crescimento do movimento camponês.

E) a adoção do sufrágio universal nas eleições federais e a centralização do poder.

02. (UFMG–2010) Analise estas duas imagens.

Relacionando-se essas imagens à crise da ordem imperial brasileira, é **CORRETO** afirmar que elas expressam

A) a força dos ideais contrários à abolição da escravidão e à república, que retardou a crise da ordem imperial brasileira após a Guerra do Paraguai.

B) a fusão dos ideais monárquicos e republicanos, o que ajudou a acelerar a abolição da escravidão no final do século XIX.

C) o militarismo predominante no Império do Brasil, indicado pela presença marcante dos militares – inclusive o próprio imperador – no poder.

D) os efeitos da Guerra do Paraguai sobre a ordem imperial e a crescente influência do republicanismo no cenário político brasileiro.

03. (FGV-SP–2007) *A Lei de Terras, aprovada em 1850, duas semanas após a proibição do tráfico de escravos, tentou pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades.*

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 1994.

Sobre a Lei de Terras, é **CORRETO** afirmar que

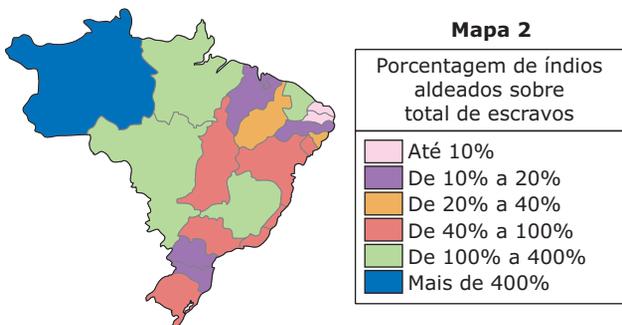
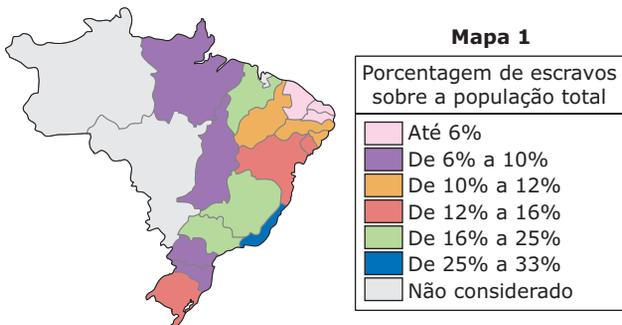
A) sua promulgação coincidiu com a Lei Eusébio de Queirós, mas não há nenhuma relação de causalidade entre ambas.

B) ao entrar em vigor, não foi respeitada, podendo ser considerada mais uma "lei para inglês ver".

C) sua promulgação foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes.

D) sua aprovação naquele momento decorreu de os Estados Unidos terem acabado de aprovar uma lei de terras para o seu território.

E) ao entrar em vigor, teve efeito contrário ao de sua intenção original, que era a de facilitar o acesso à propriedade.

04. (FUVEST-SP–2008) Em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento do Império. Baseado nos dados desse censo, o mapa 1 apresenta a distribuição de escravos nas províncias brasileiras em relação à população total. O mapa 2 mostra a porcentagem de índios aldeados em relação ao total de escravos nessas mesmas províncias e nesse mesmo ano.

História da vida privada no Brasil Império. Vol.2 São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

Considere os mapas anteriores e seus conhecimentos para analisar as frases:

I. As maiores populações de escravos do Império, naquele período, estavam concentradas principalmente em províncias do atual Sudeste brasileiro, onde, na época, se desenvolvia, de forma acelerada, a cultura do café.

II. A grande parte dos índios aldeados do Império, relativamente à população de escravos, distribuía-se por territórios que hoje correspondem às regiões Norte e Centro-Oeste, onde trabalhavam na extração da borracha e em atividades mineradoras.

III. A baixa porcentagem de escravos, vivendo nas províncias da porção nordeste da atual região Nordeste do país, é indicativa do pouco dinamismo econômico dessa sub-região, naquele período.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em

A) I.

B) I e II.

C) I e III.

D) II e III.

E) III.

05. (UEPB) Assinale a alternativa que contém uma ou mais causas que **NÃO** contribuíram para o processo que pôs fim ao Império brasileiro.

A) Movimento abolicionista, mentalidade positivista, lançamento do Manifesto Republicano.

B) Movimento republicano, atritos do governo imperial com a Igreja, luta contra a monarquia.

C) Insatisfações do Exército, formação de partidos republicanos, trabalho assalariado.

D) Abolição da escravidão, conflitos interoligárquicos, aliança entre Exército e cafeicultores.

E) Aliança do Exército com o imperador, processo de imigração, pensamento liberal.

06. (PUCPR–2008) *A abolição da escravatura no Brasil, sem uma política de inserção social daqueles trabalhadores, trouxe uma imensa marginalização social dos afrodescendentes. Afinal, havia uma nova ordem social na qual a referência pelos imigrantes gerou a exclusão do negro do mercado de trabalho, levando-o à miséria e a um tratamento diferenciado. Essa assimetria social – sustentada e reforçada pelo racismo científico do séc. XIX – gerou uma situação lastimável: negros ainda eram oprimidos pelas idéias escravocratas que pareciam não ter realmente desaparecido do contexto.*

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Da liberdade à exclusão. *Desvendando a História*. Ano 2, n. 10, p. 39 (Adaptação).

HISTÓRIA

De acordo com o texto:

I. A abolição da escravatura em 1888 pela princesa Isabel resolveu a questão de três séculos de exploração, maus tratos e sofrimentos. A lei restituiu aos afrodescendentes a dignidade e o direito à cidadania.

II. A Lei Áurea emancipou os negros da escravidão sem, contudo, lhes oferecer possibilidades reais e dignas de participação no mercado de trabalho.

III. Os afrodescendentes foram levados a exercer um papel subalterno na sociedade, levando-os à miséria.

IV. A preferência pelos imigrantes reforçou a tese da igualdade racial tão propagada no século XIX.

Estão **CORRETAS**

A) I e IV.
B) II e III.
C) II e IV.
D) III e IV.
E) I e III.

07. (PUC-SP–2006) O Segundo Império brasileiro (1840-1889) realizou várias expedições na região do Prata. Entre os motivos dessas ações, podemos destacar

A) o esforço brasileiro de diminuir a influência inglesa na região e assegurar o controle estratégico do comércio e da exploração mineral no Prata.

B) a tentativa de impedir que a Argentina, logo após a Independência, ampliasse seus domínios territoriais e anexasse parte do sul do Brasil.

C) o projeto do imperador brasileiro de estabelecer hegemonia militar e naval do Brasil nas Américas, rivalizando com os Estados Unidos.

D) a reação ao acelerado crescimento econômico do Paraguai e à tentativa de seu presidente de construir o primeiro Estado socialista de toda a América.

E) a intenção brasileira de ampliar sua influência política e comercial na região platina, expressa nas intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

08. (PUC-SP–2007) Muitos europeus emigraram para o Brasil e para os países da América Hispânica da metade do século XIX em diante. Esses fluxos de imigração

A) variaram conforme sua procedência, seus motivos e destinos, e em certos casos foram provocados por perseguições políticas nos países de origem (sobretudo de anarquistas e socialistas).

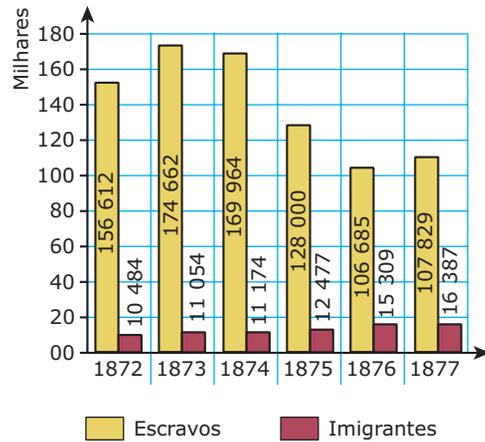
B) ofereceram uma alternativa para a substituição da mão de obra escrava, em declínio em toda a América Latina desde que a Espanha impôs leis de proibição do tráfico de africanos pelo Atlântico.

C) impediram a formação de identidades nacionais, uma vez que provocaram mudanças profundas na formação étnica e cultural dos países latino-americanos (principalmente no Brasil e na Argentina).

D) iniciaram a industrialização e a agricultura no Brasil e na América Hispânica, pois os imigrantes, em sua maioria, traziam capitais e conhecimento tecnológico adequados à renovação econômica.

E) foram ocasionais e descontrolados, e, na maior parte dos casos, revelavam as más condições sociais e econômicas dos países de origem e o fascínio pela oportunidade de obter terras para produção de subsistência.

09. (UFPel-RS–2007)

População de escravos e imigrantes em São Paulo

O gráfico está diretamente relacionado

A) à estabilidade do sistema escravista e à emigração europeia no século XIX, quando iniciou a industrialização paulista.

B) à crise do escravismo e à imigração europeia para o Brasil, em período de desenvolvimento da cafeicultura.

C) ao ciclo da mineração, quando escravos e imigrantes formaram o principal contingente de mão de obra.

D) ao processo de transição do escravismo colonial brasileiro para o trabalho assalariado durante o Primeiro Reinado.

E) à necessidade de manutenção de uma força de trabalho em torno de 150 mil pessoas no processo de industrialização paulista, durante o Período Regencial.

10. (UFPI–2007) Assinale a alternativa **CORRETA** sobre as ideologias políticas que inspiraram os grupos que defenderam o fim da monarquia e a implantação da República no Brasil.

A) O positivismo atraiu fortemente vários grupos militares, que defendiam a necessidade de um Poder Executivo forte.

B) Os vários grupos envolvidos não aderiram a nenhuma ideologia em particular, pois suas ações eram motivadas apenas por interesses econômicos.

C) Os grandes fazendeiros de café, particularmente os de São Paulo, opunham-se à ideologia liberal, bem como ao federalismo e à autonomia das províncias.

D) O chamado jacobinismo, em virtude da inspiração na Revolução Francesa, foi a ideologia básica de todos os grupos republicanos, que defendiam uma real democratização do país.

E) A proposta dos setores médios urbanos, como o de professores e jornalistas, era a de um republicanismo conservador, capaz de manter intocada a rígida hierarquia social brasileira.

11. (UFRGS) Observe a gravura a seguir:

A charge faz referência à chamada "questão religiosa", ocorrida durante o Segundo Reinado. Essa disputa entre o Estado imperial e a Igreja Católica aconteceu devido à

A) rejeição, pelo governo, dos dispositivos da bula *Syllabus* baixada pelo papa Pio IX, que proibia a permanência de membros da maçonaria dentro dos quadros da Igreja.

B) adesão do governo de Dom Pedro I aos tratados de livre-comércio de escravos, o que era condenado pela Santa Sé, com base em argumentos de cunho moral.

C) rejeição da encíclica *Rerum Novarum*, baixada pelo papa Leão XIII, que defendia a coexistência harmoniosa do capital e do trabalho, no sentido de evitar a luta de classes.

D) adesão do governo imperial aos ditames do Tratado de Latrão, que limitava os poderes da Igreja expressos na instituição do padroado.

E) recusa do governo de Dom Pedro II em aceitar as manobras parlamentares dos deputados católicos, visando à extinção do direito do padroado.

12. (UFTM-MG–2011) Leia o trecho, retirado do primeiro número do jornal *A Redenção*, de 2 de janeiro de 1887:

[...] *o título do nosso jornal já indica nossa missão na imprensa*

[...] *Nós queremos a libertação imediata* [dos escravos]

[...] *A escravidão é um cancro que corrói o Brasil, o paliativo da Lei Saraiva Cotegipe prolonga a enfermidade. Contamos com o povo e nada mais.*

Apud SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e preto*, 1987.

O excerto expressa

A) a concordância com os conservadores, que incentivavam a adoção de leis favoráveis à libertação dos escravos.

B) o desejo dos proprietários de engenhos do Nordeste, que não possuíam mais escravos e necessitavam de imigrantes livres.

C) a posição dos grupos abolicionistas, que defendiam o fim do regime, sem indenização ou compensações para os escravocratas.

D) a concepção republicana, que pregava o fim da monarquia e o estabelecimento da igualdade entre brancos e negros.

E) a opinião dos social-democratas, que se apoiaram na família imperial para impor os seus ideais abolicionistas.

13. (Unicamp-SP–2011) *O primeiro recenseamento geral do Império foi realizado em 1872. Nos recenseamentos parciais anteriores, não se perguntava sobre a cor da população. O censo de 1872, ao inserir essa informação, indica uma mudança, orientada por um entendimento do conceito de raça que ancorava a cor em um suporte pretensamente mais rígido. Com a crise da escravidão e do regime monárquico, que levou ao enfraquecimento dos pilares da distinção social, a cor e a raça tornavam-se necessárias.*

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 109, 121.

A partir do enunciado, podemos concluir que há um uso político na maneira de classificar a população, já que

A) o conceito de raça permitia classificar a população a partir de um critério mais objetivo do que a cor, garantindo mais exatidão nas informações, o que era necessário em um momento de transição para um novo regime.

B) no final do Império, o enfraquecimento dos pilares da distinção social era causado pelo fim da escravidão. Nesse contexto, ao perguntar sobre a raça da população, o censo permitiria a elaboração de políticas públicas visando à inclusão social dos ex-escravos.

C) a introdução do conceito de raça no censo devia-se a uma concepção, cada vez mais difundida após 1870, que propunha a organização e o governo da sociedade a partir de critérios objetivos e científicos, o que levaria a uma maior igualdade social.

D) no final do Império, a associação entre a cor da pele e o conceito de raça criava um novo critério de exclusão social, capaz de substituir as formas de distinção que eram próprias da sociedade escravista e monárquica em crise.

14. (PUC Rio–2008) A capa da *Revista Ilustrada* do ano de 1880 apresenta a ilustração de Ângelo Agostini intitulada "Emancipação: uma nuvem que não para de crescer".

A) **EXPLIQUE** por que a "nuvem da emancipação" não parava de crescer naquela conjuntura.

B) Com base na ilustração e nos seus conhecimentos, **IDENTIFIQUE** dois argumentos utilizados por uma parcela dos proprietários de escravos para se oporem ao crescimento da "nuvem da emancipação."

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2007)

Abolição da escravatura

1850	1871	1885	1888
Lei Eusébio de Queirós (fim do tráfico negreiro)	Lei do Ventre Livre (liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir dessa data)	Lei dos Sexagenários (liberdade para os escravos maiores de 60 anos)	Lei Áurea (abolição da escravatura)

Considerando a linha do tempo anterior e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

A) O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.

B) O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.

C) Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.

D) Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.

E) Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

02. (Enem–2000) O texto a seguir foi extraído de uma crônica de Machado de Assis e refere-se ao trabalho de um escravo.

Um dia começou a Guerra do Paraguai e durou cinco anos, João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre dos escravos, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República. João repicou por ela, repicara pelo Império, se o Império retornasse.

MACHADO, Assis de. "Crônica sobre a morte do escravo João", 1897.

A leitura do texto permite afirmar que o sineiro João

A) por ser escravo, tocava os sinos, às escondidas, quando ocorriam fatos ligados à abolição.

B) não poderia tocar os sinos pelo retorno do Império, visto que era escravo.

C) tocou os sinos pela República, proclamada pelos abolicionistas que vieram libertá-lo.

D) tocava os sinos quando ocorriam fatos marcantes porque era costume fazê-lo.

E) tocou os sinos pelo retorno do Império, comemorando a volta da princesa Isabel.

03. (Enem–2008) O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras:

Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1.º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela idéia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], *da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2.º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3.º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4.º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5.º) a ação da família imperial.*

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 144 (Adaptação).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta

A) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.

B) de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.

C) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.

D) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

E) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

04. (Enem–2010) *Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.*

CHIAVENATTO, J. J. *Genocídio americano*: A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979 (Adaptação).

O imperialismo inglês, "destruindo o Paraguai, mantém o status quo *na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre". Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo, essa teoria tem alguma repercussão.*

DORATIOTO. F. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 (Adaptação).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

A) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa guerra.

B) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa guerra.

C) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.

D) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa guerra.

E) o nível de crueldade das ações do Exército brasileiro e argentino durante o conflito.

05. (Enem–2010) *Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.*

AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: *Revista de História.* Ano 1, nº 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (Adaptação).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do século XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a

A) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.

B) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.

C) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.

D) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.

E) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

06. (Enem–2010) *A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.*

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou

A) na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração no trabalho.

B) no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.

C) no "branqueamento" da população, para afastar o predomínio das raças consideradas inferiores e concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.

D) no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.

E) na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

07. (Enem–2010) *Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.*

LYNCH, J. As Repúblicas do Prata: da Independência à guerra do Paraguai. BETHELL, Leslie (Org). *História da América Latina:* da Independência até 1870, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois

A) representou a afirmação do Exército brasileiro como um ator político de primeira ordem.

B) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.

C) concretizou a emancipação dos escravos negros.

D) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.

E) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

08. (Enem–2010)

Ó sublime pergaminho

Libertação geral

A princesa chorou ao receber

A rosa de ouro papal

Uma chuva de flores cobriu o salão

E o negro jornalista

De joelhos beijou a sua mão

Uma voz na varanda do paço ecoou:

"Meu Deus, meu Deus

Está extinta a escravidão"

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. Sublime Pergaminho. Disponível em: <http:// www.letras.terra.com.br>. Acesso em: 28 abr.2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como

A) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.

B) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos e abolicionistas.

C) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.

D) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos na questão: fazendeiros, governo e escravos.

E) forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

GABARITO

Fixação

01. D
02. C
03. C
04. B
05. A

Propostos

01. B
02. D
03. C
04. C
05. E
06. B
07. E
08. A
09. B
10. A
11. A
12. C
13. D
14. A) A "nuvem da emancipação" não parava de crescer naquela conjuntura porque foi a partir da década de 1880 que o movimento abolicionista ganhou força com o surgimento de associações, jornais e com o avanço da propaganda, construindo uma opinião pública favorável à abolição da escravidão no Brasil. Por outro lado, nesse mesmo momento, intensificaram-se as fugas coletivas e as revoltas escravas. Em 1886, atuaram em São Paulo os chamados caifazes, libertando os escravos das fazendas. No contexto internacional, o Brasil figurava como a única nação escravista.

    B) Ao longo da década de 1880, apegavam-se à escravidão os proprietários de terras das zonas cafeeiras do Vale do Paraíba. Diante do crescimento do movimento abolicionista, os defensores dos interesses escravocratas colocavam-se contra o crescimento da "nuvem da emancipação", argumentando que a abolição feria seu direito de propriedade e que, portanto, deveria ser realizada com indenização. Afirmavam, ainda, que a imediata libertação dos escravos provocaria a perturbação da tranquilidade e da segurança pública.

Seção Enem

01. D
02. D
03. A
04. D
05. B
06. B
07. A
08. B

HISTÓRIA

MÓDULO 16 | FRENTE B

República Provisória e da Espada

A transição do Império para a República no Brasil foi caracterizada por um difícil período de instabilidade política e econômica. Da saída de D. Pedro II do poder até a ascensão do primeiro presidente eleito, Prudente de Morais, passaram-se cinco anos. Nesse intervalo, o país obteve uma nova Constituição, enfrentou duas revoltas da Marinha, conviveu com conflitos políticos que culminaram na renúncia de um presidente e elegeu o primeiro governante federal por via direta em 1894. Essa fase da nossa história foi dividida em dois momentos: Governo Provisório e República da Espada.

Tendo papel preponderante na implementação do sistema republicano, deve-se lembrar de que, ao longo do século XIX, o Exército brasileiro organiza suas bases, edifica-se sobre o cientificismo positivista e a valorização tecnológica, construindo para si a imagem de agente do progresso e da promoção do bem público. Atrai para si, em virtude disso, o objetivo de civilizar um Estado Nacional em gestação, atuando como sujeito político gestor da República, bem como interventor intelectual e político capaz de levar adiante o projeto de nacionalidade e modernização.

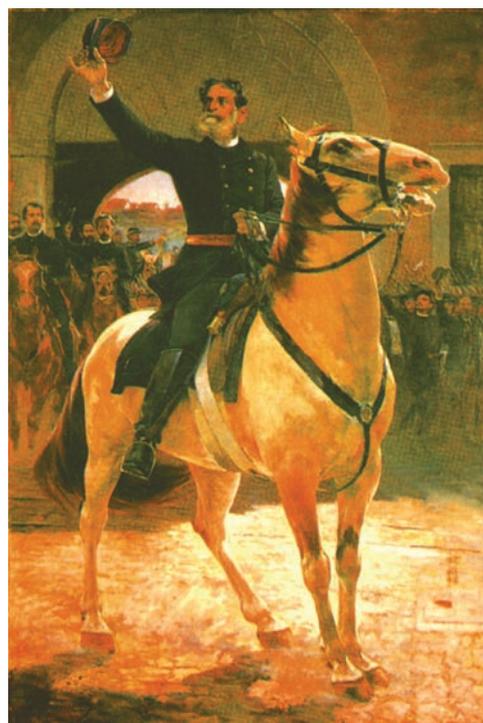
Museu da República

Bandeira republicana içada em Alagoas, no contexto da proclamação

GOVERNO PROVISÓRIO

Entende-se por Governo Provisório o curto período de organização das instituições brasileiras após o Golpe Republicano. A administração do Estado ficou a cargo de Deodoro da Fonseca.

Algumas medidas foram tomadas para o estabelecimento da nova ordem. Entre elas, destacam-se:

- banimento da família real e proclamação de um regime republicano e federativo;
- abolição do Conselho de Estado e do Senado Vitalício. O sistema político herdado do período em que vigia o autoritarismo monárquico concebia Senado, Conselho de Estado e Câmara dos Deputados. O Conselho de Estado e o Senado eram compostos de membros vitalícios, já a Câmara dos Deputados era baseada em eleições. Estavam associados, em termos político-administrativos, às articulações do regime monárquico e, por isso, foram abolidos tão logo foi instaurada a república.
- dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado;
- reconhecimento dos compromissos estabelecidos pelo governo anterior;
- separação da Igreja do Estado (formação do Estado laico) e instituição do casamento civil;
- grande naturalização, ou seja, concessão da cidadania nacional aos estrangeiros interessados;
- criação de uma nova bandeira, já que a anterior remetia ao regime monárquico brasileiro;
- convocação de uma Assembleia Constituinte, visando redigir uma Constituição que assumisse plenamente o ideal republicano do novo regime.

Henrique Bernardelli

Representação de Deodoro da Fonseca lhe conferindo postura heroica e de liderança.

Reforma econômica: o encilhamento

Em janeiro de 1890, o ministro da Fazenda do novo governo, Rui Barbosa, lançou um projeto econômico que objetivava o desenvolvimento industrial e o aumento de recursos financeiros circulantes para solucionar a baixa quantidade de dinheiro em um período em que a mão de obra passou a ser assalariada.

Reprodução / Revista Ilustrada

Satirização do encilhamento

Autorizando a emissão de moeda por parte de alguns bancos, o plano econômico de Rui Barbosa surpreendeu pelas suas graves consequências para a economia brasileira. A elevada inflação, a desvalorização da moeda brasileira, o desequilíbrio nas contas externas da nação e a alta do custo de vida foram acrescidas de um considerável corpo de indústrias fantasmas, que surgiram com o único objetivo de obterem o crédito disponível para o desenvolvimento industrial. A crise foi ampliada pela especulação econômica ocorrida na bolsa de valores do Rio de Janeiro, gerando o apelido pejorativo dado ao plano de Rui Barbosa: **encilhamento**. Essa expressão remete à prática de encilhar cavalos, tendo, portanto, uma nítida associação do universo econômico brasileiro a uma corrida hípica e suas apostas. O encilhamento, responsável pela emissão de três vezes a quantidade de moeda circulante no período, gerou como consequência a demissão do ministro da Fazenda, em janeiro de 1891, e um profundo desarranjo nas estruturas econômicas brasileiras.

Constituição de 1891

A segunda Constituição brasileira, a primeira de caráter republicano, foi elaborada por um Congresso Constituinte que iniciou seu trabalho em dezembro de 1890 e encerrou suas atividades com a promulgação da nova Carta em 24 de fevereiro de 1891.

Influenciada pela Carta Constitucional norte-americana, a Constituição de 1891 confirmou ações do Governo Provisório, como a proclamação da República, o federalismo, o casamento civil e a separação entre Igreja e Estado, o que transformou o Brasil em um país laico. Foi determinada a tripartição dos poderes e uma certa descentralização administrativa, já que os estados poderiam legislar conforme seus interesses, o que conferia certo caráter liberal à Constituição. Apenas em 1926, durante o governo de Artur Bernardes, foram realizadas modificações que possibilitaram uma maior centralização do poder federal. Quanto ao direito de voto, a nova Constituição apresentou uma considerável evolução comparada com a Carta anterior, à medida que estabelecia o voto universal no lugar do voto censitário da Carta de 1824. Apesar das conquistas, ainda existiam limitações à participação política, pois o direito de sufrágio era restrito aos brasileiros do sexo masculino maiores de 21 anos, excluindo-se vários grupos, como mendigos, analfabetos, soldados e religiosos (esses dois últimos não tinham direito a voto, pois estavam sujeitos a uma hierarquia). A restrição aos analfabetos acarretava a exclusão de imensa parcela da população de um país com ínfimo desenvolvimento educacional, como era o Brasil no período. Além das nítidas limitações democráticas mencionadas, as votações não eram secretas (voto aberto), possibilitando um maior controle dos currais eleitorais por parte das oligarquias brasileiras.

Pereira Neto (criador da revista Dom Quixote em 1895)

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. RBS Jornal, p.168.

Deodoro e Floriano eleitos para o primeiro mandato

A Constituição de 1891 definiu que o presidente e o vice deveriam ser eleitos pelo voto direto. Porém, as determinações provisórias da nova Carta abriam uma exceção apenas para a primeira eleição, que seria indireta. As disputas para o cargo de presidente ficaram entre Deodoro da Fonseca, ainda provisoriamente no controle do país, e Prudente de Morais, representante das oligarquias cafeeiras de São Paulo. Deodoro venceu com curta margem de votos, tendo como vice Floriano Peixoto, candidato da chapa adversária (esse sistema valeu para o país até as eleições de Jânio Quadros e João Goulart, em 1961). A ausência de um forte apoio no Congresso, evidente na difícil vitória, seria um preço caro para as pretensões centralizadoras do presidente em um curto prazo.

Como os dois responsáveis por assumir o Poder Executivo do Brasil eram militares, esse período passou a ser conhecido como República da Espada.

REPÚBLICA DA ESPADA

O curto governo de Deodoro da Fonseca, na nova fase, foi caracterizado pelo autoritarismo do presidente e pelos reflexos econômicos do encilhamento. Enfrentando uma oposição acirrada do Parlamento brasileiro, Deodoro mostrou-se indisposto com a Lei de Responsabilidade votada no Congresso, que, na prática, cumpria o papel de limitar as ações do presidente e abria a possibilidade de afastamento do mesmo, caso descumprisse as normas legais do Estado Nacional. Como a lei foi vetada por Deodoro, o Legislativo, agindo na contramão do Poder Executivo, aprovou o projeto no dia 2 de novembro de 1891. Insatisfeito, o presidente fechou a casa no dia seguinte e decretou estado de sítio (suspensão de direitos e garantias individuais, na totalidade ou em parte do território nacional). A Primeira República começava autoritária.

Reprodução / Revista Ilustrada

Deodoro tenta apagar os inúmeros problemas enfrentados pelo seu governo.

A reação à atitude do presidente veio das próprias Forças Armadas. A Marinha brasileira, ainda simpática ao Antigo Regime monárquico, mas sem um projeto de retorno da antiga ordem, deu início à conhecida **Primeira Revolta da Armada**. Conduzida pelo almirante Custódio José de Melo, alguns navios de guerra colocaram suas armas apontadas para a capital e exigiram a restauração da ordem democrática no país. A atitude da Marinha veio acompanhada da oposição de vários setores da sociedade que se indispuseram com a arbitrariedade do presidente da República. Este, pressionado pelas surpreendentes reações, renunciou ao cargo no dia 23 de novembro de 1891.

O controle do Executivo cabia agora ao vice-presidente Floriano Peixoto, que reabriu o Congresso e encerrou o estado de sítio. O novo governante, também autoritário, estava longe de representar uma unanimidade no Brasil do período. Um dos elementos mais agravantes de contestação da ordem vigente cabia a uma falha constitucional. A lei determinava que o vice-presidente, após a renúncia de Deodoro, deveria convocar novas eleições para o cargo Executivo. Entretanto, Floriano argumentava que a lei possuía uma contradição jurídica evidente: como convocar novas eleições em um país que nunca tivera uma eleição para presidente? Aproveitando-se da situação, resolveu cumprir o parágrafo 2º do artigo 1º das disposições transitórias, que estabelecia: "O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial". Assim, Floriano governaria até o fim do mandato. Essa manobra interpretativa já apontava para a corriqueira prática política da história republicana brasileira de descumprir os textos constitucionais.

Artista desconhecido

Floriano Peixoto: o avanço da consolidação republicana

A oposição ao novo presidente foi conduzida em várias frentes. Em março de 1892, Floriano recebeu uma carta-manifesto de treze generais, exigindo convocação de eleições. Foram todos punidos. A Marinha, espelhada no sucesso da reação contra Deodoro, repetiu a fórmula e apontou os canhões dos navios para o Rio de Janeiro, em setembro de 1893, no episódio conhecido como **Segunda Revolta da Armada**, conduzida pelo mesmo almirante, Custódio José de Melo. Paralelamente, no mesmo ano, o Sul foi palco de um dos mais violentos episódios ocorridos em solo nacional durante a República: a **Revolução Federalista** (1893-1895).

No Sul do Brasil, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, as disputas políticas acerca do projeto republicano e pelo poder se intensificavam. Os defensores do ideal positivista, concentrados no PRR (Partido Republicano Rio-grandense), liderados por Júlio de Castilhos, enfrentavam o Partido Federalista, defensor de um projeto liberal e descentralizador. Entre suas lideranças,

destacava-se Gumercindo Saraiva. As disputas no Sul assumiram uma feição de guerra civil a partir do ano de 1893, quando as forças federalistas pegaram em armas contra o governo estadual, chegando a ocupar os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como as tropas de Júlio de Castilhos contavam com o apoio do governo de Floriano Peixoto, os federalistas, também chamados de maragatos, assumiram uma postura antiflorianista, unindo-se aos participantes da Segunda Revolta da Armada, que haviam se deslocado para a cidade de Desterro, capital de Santa Catarina. Apenas em 1895, durante o governo de Prudente de Morais, as tropas federalistas foram derrotadas através da união entre contingentes do governo central e de tropas estaduais. A revolução teve como saldo a morte de mais de cinco mil pessoas, sendo muitos degolados quando capturados pelas tropas inimigas. Quanto à Segunda Revolta da Armada, a rebeldia da Marinha foi derrotada no ano de 1894, com o apoio de navios estrangeiros que colaboraram com o governo de Floriano Peixoto.

As atitudes repressoras de Floriano foram responsáveis por duas homenagens: o tratamento como Marechal de Ferro e a mudança do nome da capital de Santa Catarina, que passou de Desterro para Florianópolis.

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Um considerável debate político marcou a organização da República nos seus primeiros anos. O fortalecimento do novo regime foi pautado pela construção de símbolos que pudessem garantir a autenticidade do projeto que, agora, se firmava como representante do novo e moderno. A Primeira República brasileira foi erigida por meio de um movimento elitista que excluia grande parte da população brasileira. Nesse sentido, era preciso a criação de símbolos que possibilitassem a necessária identificação entre o povo e o nascente Estado republicano. No livro *A Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho retrata como os símbolos republicanos – como hino, bandeira, monumentos, heróis e outros ícones – foram fundamentais para a consolidação de uma nova concepção de pátria. Porém, na mesma obra, o autor destaca a ausência de uma unanimidade quanto ao projeto político republicano a ser implantado. Não existia no Brasil um consenso acerca do encaminhamento do governo inaugurado em 1889, principalmente no que tange ao controle do poder e à atuação dos setores governamentais nas estruturas de nossa sociedade.

Entre as correntes conflitantes, destacam-se três grupos: positivistas, jacobinos e liberais.

Os defensores do **positivismo** articulavam suas ideias em torno do pensamento do francês Auguste Comte, afirmando que um governo fortalecido e consciente das necessidades do Estado seria capaz de arbitrar as questões gerais da nação. O papel centralizador desse modelo, assim como a secundarização de questões sociais, era condizente com os anseios dos militares, principais defensores do positivismo. Da mesma forma, a crença positivista no avanço racional e industrial se conformava com o desejo militar de modernização do Brasil. A própria bandeira brasileira, renovada a partir da Proclamação da República, carregava a máxima positivista: Ordem e Progresso.

Já os **jacobinos** projetavam uma pátria com o ideal de participação popular, apesar de não terem um claro conceito em que consistiria o povo brasileiro e quais os mecanismos de participação para este. Os adeptos de tal corrente, oriundos dos grupos urbanos de média e baixa renda e intelectuais, inspiravam-se nas ações de alguns líderes da Revolução Francesa, como Robespierre e Danton. Cercados do imaginário dessa Revolução, os jacobinos interpretavam Floriano Peixoto como uma referência política no Brasil, apesar de o vice-presidente não ter a mesma identificação com o projeto jacobino. Essa ligação com Floriano se deu por conta de medidas progressistas, como construção de casas populares e o incentivo ao desenvolvimento industrial do Brasil feito pelo vice-presidente, sem contar o fato de que este assumiu o poder no lugar de um líder com traços positivistas.

Reprodução / Revista Ilustrada

Alegoria jacobina – República francesa comemora a República com o Brasil. Publicado na Revista Ilustrada, 21 jun. 1890.

O terceiro projeto, chamado de **liberal**, era defendido pelos cafeicultores, partidários de uma organização política elitista e desejosos de uma estrutura administrativa descentralizada e que garantisse a manutenção da propriedade e da liberdade individual. Inspirado na república norte-americana, esse projeto foi o que mais influenciou os governos posteriores à República da Espada, principalmente após a vitória de Prudente de Morais, em 1894, tornando-se hegemônico na vida política nacional durante o período oligárquico.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

O número de eleitores na República

Nessa linha, o decreto de 19 de novembro de 1889 estabelece nova qualificação eleitoral. Trata-se da primeira regulação republicana no Brasil a respeito dos critérios de inclusão da população no mundo da cidadania política. Pelo decreto, eliminam-se as restrições censitárias do Império, mas prossegue a exclusão dos analfabetos imposta pela Lei Saraiva. A nova lei propicia um acréscimo do eleitorado, se levarmos em conta o número de eleitores definido pela última reforma eleitoral do Império. Se a memória, contudo, alcançar o contingente eleitoral brasileiro quantificado no censo de 1872 – em torno de 1,1 milhão de eleitores, ou 11% da população – o decreto republicano é tímido. Enquanto que com a Lei Saraiva (1881) o eleitorado passa a representar cerca de 1% da população, com a República, levando em conta as eleições presidenciais de 1894, o percentual alcança 2%.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

OBSERVAÇÃO

A Lei Saraiva (1881), decretada ainda durante o Período Imperial, proibia o acesso ao voto aos analfabetos, reduzindo consideravelmente o número de eleitores, conforme o texto anterior.

Texto II

Os símbolos do Novo Regime

O extravasamento das visões de República para o mundo extraelite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, é que me interessarão diretamente. Ele não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos. De fato, um exame preliminar da ação dos jacobinos e positivistas já me tinha revelado o emprego de tais instrumentos, frequentemente sob inspiração francesa. As descrições da época trazem referências ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a república com o barrete frígio; informam também sobre a luta dos positivistas pela nova bandeira e sobre a disputa em torno da definição do panteão cívico do novo regime.

[...]

A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses, tradicionalmente, os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório [...] No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular no novo regime, ganha à revelia da liderança republicana.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (FGV-SP) *Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações* [...] *São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos* [...] *Os candidatos a herói não tinham, eles também, profundidade histórica, não tinham a estatura exigida para o papel. Não pertenciam ao movimento da propaganda republicana, ativa desde 1870* [...] *A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos dos participantes da proclamação*.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas.* O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras. p. 55-57.

A escolha e a construção do principal herói da República recaíram sobre

A) Deodoro da Fonseca, devido à sua imensa popularidade, por ser um republicano histórico e um ferrenho adversário dos poderes monárquicos.

B) Benjamin Constant, líder popular identificado com a causa operária, defensor do positivismo e um representante civil com amplo trânsito entre os militares.

C) Duque de Caxias, grande comandante da Guerra do Paraguai, identificado com uma política centralizadora e patrono do Exército brasileiro.

D) Bento Gonçalves, presidente da república rio-grandense e principal líder da Revolta Farroupilha do século XIX, considerado o patrono militar do republicanismo no Brasil.

E) Tiradentes, militar e republicano transformado em mártir, cuja morte passou a ser associada ao sacrifício de Jesus Cristo.

02. (PUC Minas–2006)

Tudo se torceu, tudo se falseou, tudo se confundiu. De um sistema cheio de correspondências complexas e sutis, onde não se podia tocar em qualquer parte, sem modificar a ação das outras, fizeram um atarrancado de ferros velhos, digno de figurar numa exposição industrial de doidos.

BARBOSA Rui. *Finanças e Política*.

Com esse desabafo, o ministro da Fazenda do Governo Provisório da República tenta justificar, perante a opinião pública, o fracasso de sua política financeira. São efeitos imediatos dessa política, **EXCETO**

A) a inflação desenfreada, falência de inúmeras empresas e desvalorização da moeda nacional em relação à libra esterlina.

B) a substituição dos capitais ingleses por norte-americanos para restaurar e equilibrar o combalido sistema financeiro brasileiro.

C) a alta geral do custo de vida, instabilidade financeira e profundo desequilíbrio nas contas externas do país.

D) a enorme especulação gerada pelo surgimento de empresas-fantasma, cujo objetivo era obter facilidade de crédito bancário.

03. (PUC Minas–2007) Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o povo acompanhou bestializado a criação do regime republicano no Brasil. Essa afirmação pode explicar nossa Proclamação da República no Brasil como

A) adoção das teses sobre a ordem e o progresso, inspiradas na revolução norte-americana do século XVIII.
B) uma ruptura com os valores liberais, instituídos pelo ideário dos membros do clube militar do Rio de Janeiro.
C) um golpe militar ou quartelada, que instaurou novo modelo político nos moldes que tivemos mais tarde em 1964.
D) estabelecimento de uma nova ordem social, que promovia a igualdade social com base na organização do trabalho.

04. (PUCPR–2007) O clima de crise permanente que caracterizou o mandato de Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil, foi provocado

A) pelo problema da sucessão entre "civilistas" e "militaristas", tendo como foco principal a figura de Rui Barbosa.
B) pelo desencadeamento do problema de Canudos, que envolveu grande parte do Exército brasileiro.
C) pela contestação da legalidade da sucessão do vice-presidente e da necessidade de novas eleições após a renúncia de Deodoro da Fonseca.
D) pela manutenção da política de Deodoro, sobretudo quanto à dissolução do Congresso e à permanência do estado de sítio.
E) pelo descontentamento dos cafeicultores, ainda inconformados com a abolição da escravatura.

05. (UFRGS) Observe o cartum a seguir, que faz referência à Proclamação da República no Brasil.

REVISTA ILUSTRADA, 16 nov. 1889.

Considere as seguintes afirmações, referentes a elementos do cartum.

I. A figura feminina empunhando a bandeira representa a nova república brasileira, instaurada através do golpe militar de 15 de novembro.
II. A bandeira representada na imagem constituiria a versão preliminar da atual, que seria acrescida da divisa positivista.
III. Em segundo plano, montado a cavalo, aparece a figura do suposto "proclamador" da República, o marechal Floriano Peixoto.

Quais estão **CORRETAS**?

A) Apenas II
B) Apenas I e II
C) Apenas I e III
D) Apenas II e III
E) I, II e III

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (PUCPR) O estudo da Carta Outorgada de 1824, Ato Adicional de 1834 e Constituição Republicana de 1891 mostra, no Brasil, notável evolução política.

Assinale a alternativa **CORRETA**

A) O Ato Adicional de 1834 atribui às províncias a mesma autonomia estabelecida pela Constituição de 1891.
B) Enquanto a Carta Outorgada de 1824 inspirou-se nos Estados Unidos, a Constituição de 1891 baseou-se em modelo europeu.
C) A Carta Outorgada de 1824 estabelecia quatro poderes, reduzidos a três na Constituição de 1891, com a supressão do Poder Moderador.
D) A religião Católica Apostólica Romana, oficial no Império, assim continuou na República, com base em artigo específico na Constituição de 1891.
E) O Ato Adicional de 1834 transformou a forma de Estado do Brasil de unitária em federativa.

02. (UFF-RJ) A segunda metade do século XIX foi marcada pelo apogeu do cientificismo no mundo ocidental. A ciência transformava-se na panaceia para todos os males, capaz de indicar soluções para tudo, inclusive prever, controlar e disciplinar os homens e seus comportamentos. Desde o evolucionismo de Darwin até o positivismo de Augusto Comte, a ideia de progresso servia como "bússola" no caminho da modernidade.

À luz dessas informações, indique a opção que define o contexto de introdução das ideias positivistas no Brasil.

A) O positivismo ganhou destaque no Brasil ao penetrar na Escola Militar do Rio de Janeiro, que preparava jovens oficiais com vistas à abolição da escravidão e à implantação do regime republicano.
B) O positivismo penetrou no Brasil através da visita de uma missão militar inglesa ao país, atingindo seu apogeu com a Proclamação da República por Deodoro da Fonseca, um de seus principais líderes.
C) A ideia de progresso contida no positivismo baseava-se na crença em um estágio superior da evolução humana a ser atingido, no caso do Brasil, quando toda a população do país fosse alfabetizada e gozasse de cidadania política.
D) O positivismo difundiu-se no Brasil sobretudo através da juventude militar formada pela Escola da Praia Vermelha, que valorizava o mérito individual e acreditava na ciência positiva como religião da humanidade, em oposição ao catolicismo.
E) A difusão do positivismo no Brasil deveu-se à sua penetração no Exército, envolvendo tanto a juventude militar quanto suas lideranças formadas pelos oficiais de alta patente, dentre eles, Deodoro da Fonseca e Caxias.

03. (FGV-SP) Caracterizou-se por "encilhamento" a política econômica que

A) levou o país a uma crise inflacionária pela emissão de moeda, sem lastro-ouro e com escassos empréstimos estrangeiros, gerando inúmeras falências.

B) pôde acomodar os primeiros anos da República à estabilização e ao investimento em políticas públicas, principalmente educacionais.

C) levou o país a pedir empréstimos para a reorganização do parque industrial e para a exploração da borracha na região amazônica.

D) pôde acomodar, por aproximadamente 50 anos, uma economia ainda dependente, permitindo a aplicação de recursos em serviços públicos.

E) levou o país a receber apoio de todas as nações industrializadas para desenvolvimento de parcerias, apesar da crescente inflação decorrente dos inúmeros empréstimos pedidos.

04. (UNESP–2010) Nas palavras de Aristides Lobo, o povo brasileiro assistiu à queda da monarquia "bestializado, atônito, sem conhecer o que significava". Sobre a Proclamação da República no Brasil, analise as afirmações a seguir.

1. A implantação do regime republicano no Brasil, em 1889, entre os seus significados, representou culminância do processo de deterioração do poder político de Pedro II.
2. O povo foi surpreendido com o novo regime, cuja implantação se deveu muito mais ao descontentamento dos militares, após a guerra do Paraguai, do que propriamente às ações do Partido Republicano.
3. A Proclamação da República no Brasil foi um ato há muito planejado e contou com a adesão da família real brasileira.
4. A insatisfação militar com o regime monárquico deveu-se principalmente à abolição da escravidão, uma vez que os soldados escravos eram muito apreciados por serem confiáveis e eficientes nas batalhas.
5. O rol das insatisfações com a monarquia intensificou-se com a crise provocada pela tentativa do bispo de Olinda e Recife, D. Vital, de fazer cumprir as ordens papais que condenavam a maçonaria.

Estão **CORRETAS** apenas

A) 1, 3 e 4.
B) 1, 2 e 5.
C) 3, 4 e 5.
D) 2, 3 e 4.
E) 1, 3 e 5.

05. (Mackenzie-SP)

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.

Aristides Lobo

O texto refere-se à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Podemos, então, concluir que

A) o movimento contou com sólido apoio popular, luta armada e resistência violenta dos monarquistas.

B) a proclamação vitoriosa resultou da conjugação de parte do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e classes médias urbanas.

C) a Guerra do Paraguai não teve relação com o crescimento das ideias republicanas e positivistas, fundamentais para o advento da República.

D) o Terceiro Reinado era visto de forma positiva e otimista pela população, já que a princesa Isabel tinha uma liderança expressiva, apesar dos valores patriarcais da época.

E) as críticas à centralização monárquica e o surgimento de novos segmentos sociais não tiveram influência no sucesso do movimento republicano.

06. (Mackenzie-SP–2011)

Rui Barbosa, quando assumiu a função de ministro da Fazenda durante o Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), pretendeu garantir a independência econômica do Brasil frente ao capitalismo europeu. Para ele, a República somente se consolidaria sobre alicerces seguros, quando suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial. Sua política financeira, contudo, não foi bem sucedida, como mostra a charge dada, devido à

A) emissão de papel-moeda em larga escala para incentivar o crédito para investidores do setor industrial, o que gerou uma política inflacionária, visto que o aumento do meio circulante não foi acompanhado pela elevação da produção interna.

B) restrição de crédito para financiamento de novas empresas, além de cortes no gasto público e aumento dos impostos, o que gerou diversas manifestações, principalmente no meio do operariado nacional, prejudicado pelo aumento no custo de vida.

C) adoção de tarifas alfandegárias protecionistas e estímulo às indústrias nacionais visando a aumentar a produção nacional, porém congelou os salários dos trabalhadores e aumentou os gastos na construção de obras públicas.

D) realização de uma política financeira anti-inflacionária que buscou equilibrar nossa economia frente aos prejuízos herdados do Período Monárquico, graças aos vultosos empréstimos externos, realizados para sanar o déficit orçamentário.

E) especulação financeira graças à facilidade de créditos concedidos pelo governo, que, ao invés de contribuirem para a instalação de novas indústrias no país, foram utilizados para saldar as dívidas dos cafeicultores perante os banqueiros estrangeiros.

07. (UFTM-MG–2006)

[...] *Nada se mudaria. O regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele.* [...] *No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.*

MACHADO, Assis de. *Esaú e Jacó.*

Esse comentário do Conselheiro Aires, personagem de Machado de Assis, revela que a implantação da República no Brasil

A) não acarretou transformações sociais significativas, apesar da nova Constituição.

B) assegurou a modernização da estrutura socioeconômica, mas não da política.

C) dependeu da ação dos militares, que impuseram uma Constituição positivista.

D) alterou o regime político, com a implantação de uma duradoura ditadura militar.

E) levou as camadas baixas à hegemonia no poder, devido às mudanças constitucionais.

08. (UERJ)

A febre especulativa começou ainda sob o Império [...]. *A libertação dos escravos provocara o súbito aumento da necessidade de pagar salários e os fazendeiros sentiam carência de dinheiro* [...]. [O] *primeiro governo republicano,* [...] *convicto de que a circulação monetária era insuficiente e, ademais, aberto a idéias de industrialização,* [...] *estabeleceu um mecanismo de bancos privados emissores, o que incitou ainda mais a especulação* [...].

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*.
São Paulo: Brasiliense, 1986.

O processo descrito anteriormente ilustra a seguinte política econômica desenvolvida no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1891:

A) creditismo

B) federalismo

C) naturalização

D) encilhamento

09. (UFPel-RS–2006) *Entre 1893 e 1895, o Sul do Brasil foi palco de uma sangrenta guerra que colocou frente a frente republicanos jacobinos e positivistas contra os antigos liberais do regime monárquico. A violência das facções, o terror indiscriminado e, sobretudo, o apelo a chavões ideológicos como justificadores da ação bélica e repressiva antecipam as carnificinas do século XX cometidas em nome de ideais progressistas ou reacionários.*

FRANCO, Sérgio da Costa. *A guerra civil de 1893*.
Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1993.

A guerra civil descrita no texto foi a

A) Guerra do Contestado.

B) Revolta dos Mückers.

C) Revolta da Armada.

D) Revolução Federalista.

E) Revolução Farroupilha.

10. (UFRN)

O movimento militar chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, proclamou a República no Brasil, implantando um modelo de governo que se declarava democrático. Décio Saes, ao estudar posteriormente esse movimento, afirma que a democracia nascente definia-se desde logo como uma democracia elitista e limitada, que correspondia a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de terras no plano das instituições políticas, configurando um novo modelo de exclusão política.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*.
São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

Pode-se afirmar que a democracia da República Velha foi um novo modelo de exclusão política na medida em que, nesse período,

A) implantou-se o federalismo, em que cada estado-membro ganhava autonomia para eleger o governador do estado e os deputados, que deveriam ser grandes proprietários rurais.

B) adotou-se como sistema de governo o presidencialismo, em que o presidente da República deveria escolher seus ministros entre os grandes cafeicultores paulistas.

C) garantiu-se o direito de voto aos brasileiros do sexo masculino, maiores de 21 anos, excetuando analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sujeitos à obediência eclesiástica.

D) proclamou-se a independência entre o Estado e a Igreja, pondo fim ao regime do padroado, vigente no Império, embora fosse vetado o acesso de protestantes aos cargos públicos.

11. (UNESP–2011) [...] *"Confeitaria do Custódio". Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes, e conseguintemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. Por que é que não adotava esse alvitre? Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas.*

ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Obra completa, 1904.

O fragmento, extraído do romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, narra a desventura de Custódio, dono de uma confeitaria no Rio de Janeiro, que, às vésperas da Proclamação da República, mandou fazer uma placa com o nome "Confeitaria do Império" e agora temia desagradar ao novo regime. A ironia com que as dúvidas de Custódio são narradas representa o

A) desconsolo popular com o fim da monarquia e a queda do imperador, uma personagem política idolatrada.

B) respaldo da sociedade com que a Proclamação da República contou e que a transformou numa revolução social.

C) alheamento de parte da sociedade brasileira diante do conteúdo ideológico da mudança política.

D) reconhecimento, pelos cidadãos brasileiros, da ampliação dos direitos de cidadania trazidos pela República.

E) impacto profundo da transformação política no cotidiano da população, que imediatamente apoiou o novo regime.

12. (UFSM-RS) A Constituição Brasileira de 1891 estabeleceu a organização de um Estado Federal. Sobre o período histórico e essa Constituição, pode-se afirmar que

A) efetivou a República federal presidencialista, através da divisão dos três poderes e da transformação das províncias em estados-membros com autonomia relativa.

B) consolidou a República no Brasil, através de um governo parlamentar fundamentado na doutrina positivista.

C) seguiu o modelo federal dos EUA, no qual os estados-membros teriam total independência e só permaneceriam unidos em questões relativas ao comércio internacional e em casos de guerra.

D) criou a República e, pela primeira vez, garantiu o voto ao analfabeto, tendo como característica inovadora a concentração do poder no Legislativo.

E) fortaleceu o sistema presidencialista e o pluripartidarismo e restringiu os poderes do Legislativo, enfraquecendo os poderes dos coronéis regionais.

13. (Unimontes-MG) Na última década do século XIX, o Rio Grande do Sul foi palco da Revolução Federalista. Acerca dessa revolução, é **CORRETO** afirmar que

A) o conflito, após longos anos de combate, terminou com a vitória dos federalistas, cuja hegemonia política duraria até os anos 20 do século seguinte.

B) o conflito repetia a Guerra da Cisplatina e, mais uma vez, evoluiu de uma divergência de famílias para um movimento de caráter separatista.

C) o conflito opôs interesses políticos de republicanos e federalistas que disputavam a hegemonia político-administrativa e divergiam quanto ao modelo ideal de nação.

D) o conflito, no qual se opunham estancieiros e as elites urbanas, teve um caráter estritamente regional, motivo pelo qual a União não interferiu no mesmo.

14. (UERJ) Poucos anos após sua proclamação, a república no Brasil já sofria contestações. A Revolta da Armada, que eclodiu no governo de Floriano Peixoto, refletiu as insatisfações decorrentes da implantação do sistema republicano no país, somando-se a outras rebeliões como a Federalista, ocorrida na mesma época, no Rio Grande do Sul. Esta última, apesar de ser uma rebelião regional, também foi influenciada pelas tensões políticas que caracterizaram esse governo.

A) **EXPLIQUE** um fator que tenha levado os membros da Marinha a se rebelarem contra o governo de Floriano Peixoto.

B) **DESCREVA** a situação política do Rio Grande do Sul durante esse governo, de forma a explicar a aproximação entre federalistas gaúchos e integrantes da Revolta da Armada.

15. (UFMG–2009) Observe a imagem:

REVISTA ILUSTRADA, 16 nov. 1889.

A partir dessa análise e considerando outros conhecimentos sobre o assunto,

1. **IDENTIFIQUE** o significado de cada uma das três figuras humanas que aparecem em destaque nessa imagem e **ANALISE** a mensagem política nela contida.
2. **ANALISE** o papel dos militares no processo referido nessa imagem.

16. (UERJ–2010)

Bandeira do Império do Brasil

Bandeira adotada pela República

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, instituiu a necessidade de revisão dos símbolos nacionais. A nova bandeira, por exemplo, expressou rupturas e continuidades, bem como a valorização de determinadas ideias para o novo regime. **APONTE** a corrente político-filosófica que interferiu na remodelação da bandeira brasileira e o argumento dessa corrente para a condenação do regime monárquico.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

A) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.
B) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.
C) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.
D) o texto da Carta de 1891 já permitia o voto feminino.
E) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas os indivíduos do sexo masculino.

02. (Enem–2010)

Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro.

CARVALHO, J. M. C. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Ei-lo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão! É Tiradentes quem passa / Deixem passar o Titão.

ALVES, C. Gonzaga ou a revolução de Minas. In: CARVALHO, J. M. C. *A formação das almas:* o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A 1ª República brasileira, nos seus primórdios, precisava constituir uma figura heroica capaz de congregar diferenças e sustentar simbolicamente o novo regime. Optando pela figura de Tiradentes, deixou de lado figuras como frei Caneca ou Bento Gonçalves. A transformação do inconfidente em herói nacional evidencia que o esforço de construção de um simbolismo por parte da República estava relacionado

A) ao caráter nacionalista e republicano da Inconfidência, evidenciado nas ideias e na atuação de Tiradentes.
B) à identificação da Conjuração Mineira como o movimento precursor do positivismo brasileiro.
C) ao fato de a Proclamação da República ter sido um movimento de poucas raízes populares, que precisava de legitimação.
D) à semelhança física entre Tiradentes e Jesus, que proporcionaria, a um povo católico como o brasileiro, uma fácil identificação.
E) ao fato de frei Caneca e Bento Gonçalves terem liderado movimentos separatistas no Nordeste e no Sul do país.

GABARITO

Fixação

01. E 02. B 03. C 04. C 05. B

Propostos

01. C 04. B 07. A 10. C 13. C
02. D 05. B 08. D 11. C
03. A 06. A 09. D 12. A

14. A) Considere uma, entre as explicações:
- Descontentamento de oficiais da Marinha, com a perda dos postos de destaque no cenário político nacional, em detrimento dos oficiais do Exército.
- Eram contrários à posse de Floriano Peixoto na Presidência, considerando-a inconstitucional por não haver transcorrido o período de dois anos do mandato de Deodoro da Fonseca.

B) Os dois grupos oligárquicos gaúchos – os maragatos e os chimangos ou pica-paus – divergiam quanto ao caráter da política nos níveis regional e nacional. Os maragatos eram federalistas, defensores do liberalismo, e acusados de simpatizantes da monarquia, levando o Governo Federal a apoiar os chimangos, positivistas e defensores da centralização política que caracterizava o governo de Floriano Peixoto.

15. 1. A imagem ao fundo simboliza os militares responsáveis pelo Golpe Republicano, representados na figura de Deodoro da Fonseca. A mulher ao centro idealiza a imagem da República brasileira, indicada pela nova bandeira nacional influenciada pela ideologia positivista. A terceira figura simboliza a monarquia em declínio, através de um gesto de plena submissão à nova ordem republicana.

2. O Exército, em processo de ascensão desde a Guerra do Paraguai, assumiu uma posição de destaque no cenário nacional e exigiu maior participação nos destinos do país. Nessa condição, os militares atuaram como elemento transformador da ordem política, responsáveis pela derrubada da monarquia e pela implantação da República.

16. O positivismo, que compreendia a monarquia como símbolo de atraso, identificando-a como organização política arcaica, e a República como o regime que traria a modernização e o progresso.

Seção Enem

01. E 02. C